



A PRAÇA, A RUA... A TV DE RUA;
USOS DO ESPAÇO,
PERMANÊNCIAS DO LUGAR



GENOVAN P. DE MORAES FERREIRA

ORIENTADA POR:
ANA FANI ALMEIDA ANDRI CARLOS



FERREIRA, GENOVAN P. DE M.
1999

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

***A PRAÇA, A RUA... A TV DE RUA: USOS DO
ESPAÇO, PERMANÊNCIAS DO LUGAR***

GENOVAN PESSOA DE MORAES FERREIRA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dr. Ana Fani Alessandri Carlos.

SÃO PAULO – 1999

**NAScer DE UMA É ALGO COMUM A
TODOS. SER AMADO POR DUAS É
PRIVILÉGIO PARA POUcos. ESTE
TRABALHO É DEDICADO A NALINGE
(In memorian) E A VITÓRIA, DUAS
MÃES, CADA UMA A SEU MODO,
PERSONAGENS CENTRAIS NA MINHA
HISTÓRIA.**

PARA NÃO ESQUECER...

Em recente entrevista na televisão, Marilena Chauí com o propósito de responder a um espectador sobre o sentido do aprender Filosofia, dava uma definição singela da mesma ao dizer que sempre que algo ou alguma coisa nos deixa de ser evidente, natural e, em função dela, passamos a nos interrogar, a desenvolver operações mentais, procurando seu significado profundo, as eventuais leis que a rege, ou seja, sempre que desconfiamos da naturalidade dos fenômenos e mobilizamos nosso pensamento para a busca do seu sentido, estamos fazendo Filosofia. Não é difícil perceber que o mundo contemporâneo padece de uma carência epidêmica, de uma indigência crônica de Filosofia.

O desenvolvimento extraordinário da técnica parece ter embotado a capacidade humana de refletir sobre o sentido das pequenas atitudes da existência cotidiana. Assim, comportamentos como dar *bom-dia*, pedir *licença*, *por favor* ou *obrigado* vão compondo o acervo de *gestuais naturalizados*, tanto quanto a morte no meio da multidão da cidade, a dança da criança na ‘boquinha da garrafa’, a fome, atear fogo em pessoas vivas vão virando *reflexo condicionado* e ameaçam ‘ganhar o mundo’ com a anunciada civilização global.

Mesmo nos fóruns privilegiados de reflexão humanista, quanto não escondem, por trás do pensamento racional sério, o elitismo reacionário, o discurso libertário verboso em detrimento de simples valores humanos? Ora, será que nem a riqueza que o ato de conhecer proporciona nos livra dos automatismos e das alienações? Por que permitimos que vilanias e aberrações dominem e colonizem nosso pensamento?

A intenção aqui não é dar respostas, mas seguramente construir alguma, exige que retomemos criticamente o sentido que as coisas têm, inclusive as aparentemente mais banais, sobre nosso posicionamento diante delas e de nós mesmos.

Agradecer, assim como cumprimentar com um bom-dia, guarda significados. Não é e não pode ser simples adendo de civilidade ou requisito formal da pesquisa acadêmica. Também, não confunde-se, nem traz consigo promessa de obediência ou fidelidade. Agradecer é sobretudo reconhecer, lembrar a presença coletiva, a marca, indício, vestígio do *outro* na experiência de fruição iminentemente individual do pesquisador nas várias etapas de suas procuras. Claro está que não se trata de um fazer coletivo, mas de uma inquietação particular produzida a partir da colaboração e da reciprocidade de muitos, pessoas e instituições, que direta ou indiretamente ajudaram na materialização do trabalho e aos quais nos tornamos gratos.

Aos aqui nomeados o meu obrigado, aos porventura esquecidos também, pois não terão sido traídos senão pelos lapsos da memória:

Alzenir Silva, mulher, companheira, amiga e principal interlocutora das venturas e desventuras no decorrer da pesquisa, além das inquietações e do meu humor instável desde que nos conhecemos, ainda na graduação. A significação da sua importância extrapola a trajetória desta pesquisa.

Prof. Dr. Ana Fani A. Carlos, minha orientadora. A primeira vez que conversamos em sua sala poderia ter sido a única, não fosse sua capacidade de ouvir os iniciados com paciência e generosidade. Pelos ensinamentos, atenção, confiança e respeito dispensados.

Profs. Dr. Jan Bitoun, pelos estímulos dados a minha ida para São Paulo e às contribuições perspicazes ao Projeto de Qualificação; *Dr. Edvânia Torres Aguiar*, pela leitura e sugestões trazidas ao mesmo projeto e *Dr. José Borzachiello da Silva*, pelas “pressões” estimuladoras, particularmente necessárias nos momentos em que a pesquisa parecia não deslanchar.

CAPES, pela Bolsa que financiou parte significativa deste trabalho.

Moradores do Morro da Conceição, que me ajudaram com seus depoimentos, a entender um fragmento de suas vivências que impregnam cotidianamente de relações aquele espaço.

Domingos Carlos e Luiz Carlos, que não apenas me ajudaram a ir perdendo aquela sensação incômoda de ‘visitante’ do Morro, como tornaram-se interlocutores efetivos do trabalho e promessa de amizade. Ainda, ao Domingos pelas horas gastas com a leitura

crítica e meticulosa da última versão do trabalho. *Conselho de Moradores* do Morro da Conceição, pela acolhida e informações dadas ao trabalho.

Hiram, Fábio, Walter, Vavá e Amaro, ex-membros da equipe de exibição da TV VIVA, pelas entrevistas concedidas. *Didiê Bertrand e Eduardo Homem*, dirigentes da referida tevê, pela disposição em falar sobre a experiência da TV de rua. *Fátima*, secretária da TV VIVA, pela atenção dispensada nas diversas vezes que a importunei em busca de entrevista e de material sobre a tevê.

Vitória Saryne e Tony. A eles sou devedor de alguns dos melhores momentos vividos em São Paulo, além do apoio afetivo e material recebidos em toda a minha primeira fase na pós-graduação. *Sayonara*, pelos estímulos, interesse e carinho permanentemente dispensados. *Francisco Pires*, com quem não somente mantenho freqüentes diálogos interessantes, inclusive a respeito da pesquisa, como financiou parte de sua conclusão. Tias e demais parentes próximos, pelo freqüente apoio, interesse e estímulos.

Dilma Apolônio e Kátia Ribeiro, amigos que de alguma maneira estão sempre presentes acompanhando com atenção, incentivo, expectativa e carinho a minha trajetória. *Alexandrina Conceição, Alex Ratts, Carlos Augusto, Doralice Maia, Paola Verri, Paulo Scarim, Regina Nogueira e Mary Anne*, relações que surgiram com a pós-graduação e espero sobrevivam para muito além dela, pelos estímulos recebidos e pela amizade.

Valmira Nóbrega Barbosa, Diretora da DERE Norte, *Maria das Graças Bentzen e Márcia D'Almeida Paiva* respectivamente, Diretora e Coordenadora do Ginásio Pernambucano, escola na qual trabalho e aos meus *alunos*, pela concordância e compreensão nas minhas repetidas ausências das atividades docentes no período de finalização da pesquisa.

Cláudio Martins, pela edição dos mapas, fotografias e texto.

Funcionários da Secretaria de Pós-graduação em Geografia e do Serviço de Pós-graduação da Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

Dedicatória

Para Não Esquecer...

Resumo

Resumé

Lista de Figuras

Lista de Fotos

Lista de Painéis

Lista de Quadros

Entrando no Compasso

1. UM PERCURSO PELO ESPAÇO SOCIAL E O LUGAR.....	19
1.1 Do Espaço Que Se Vive ao Espaço Vendido.....	20
1.2 Na Cidade o Lugar é a Questão.....	29
1.3 Na Primazia do Mundo, a Viabilidade do lugar.....	35
2. A REPRODUÇÃO DA CIDADE PRODUZ O LUGAR.....	41
2.1 Da Planície 'Sem Chão' ao Espaço do Morro.....	47
3. MORRO DA CONCEIÇÃO: A IDENTIDADE DO LUGAR.....	66
3.1 Momentos e Usos do Espaço Cotidiano.....	74
3.2 Os Movimentos Que Animam o Bairro Também Produzem o Lugar.....	87
3.3 Quase Tudo Acontece Na Praça e Na Rua.....	108
4. DA NÃO COMUNICAÇÃO À COMUNICAÇÃO DE RUA.....	116
4.1 Os Movimentos Sociais e a Mídia Alternativa.....	116
4.2 A TV Sai de Casa e Ganha a Rua.....	124
4.3 TV VIVA: Fazendo História e Comunicação na Rua.....	130
4.4 As Imagens Que Ficam no Lugar Que Permanece.....	147
BIBLIOGRAFIA.....	160
ANEXOS	

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Unidades Ambientais do Recife.....	48
FIGURA 2 - Morro da Conceição e Altos de Casa Amarela.....	69
FIGURA 3 - Altimetria do Morro da Conceição e Áreas Circunvizinhas.....	70
FIGURA 4 - Morfologia Urbana do Morro da Conceição.....	83

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - Planície do Recife Vista do Morro da Conceição.....	71
FOTO 2 - Mobilização Social em Casa Amarela.....	77
FOTO 3 - Vista Aérea do Morro da Conceição.....	79
FOTO 4 - Passos e Espaço da Devoção I.....	86
FOTO 5 - Passos e Espaço da Devoção II.....	86
FOTO 6 - Encontro das CEB's no Morro da Conceição.....	92

LISTA DE PAINÉIS

PAINEL FOTOGRÁFICO 1 - O Conselho de Moradores no Cotidiano do Lugar.....	92
PAINEL FOTOGRÁFICO 2 - Alguns Pontos de Sociabilidade do Lugar.....	105
PAINEL FOTOGRÁFICO 3 - A Praça, A Rua: Manifestações de Uso no Lugar.....	111
PAINEL FOTOGRÁFICO 4 - Momentos da Atuação da TV VIVA no Lugar.....	134

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Formas de Ocupação e Distribuição da População Por Área de Morro do Recife – 1993.....	52
QUADRO 2 - População e Densidade/ha dos Morros e Córregos de Casa Amarela: Recife –1996.....	76
QUADRO 3 – Alguns Aspectos das TV's de rua no Brasil.....	128

RESUMO

Em um mundo em franco processo de homogeneização com a mundialização promovida pelo capital, tendo como suporte sistemas de comunicação ou, antes, de não-comunicação, incorporando o espaço do planeta inteiro, como entender a (re)emergência de valores locais, particularmente, os relacionados à identidade espacial? Considerando que as relações sociais continuam – embora envolvendo em grau crescente as mediações eletrônicas – sendo exercidas no e através do espaço, o que implica, necessariamente, seu uso, o que explica a construção da identidade espacial e o que define sua própria reafirmação em meio a diluição promovida pelo processo de mundialização? Nosso estudo procurou fazer essa análise no Morro da Conceição, bairro periférico do Recife, perseguindo dois caminhos: o primeiro, procura identificar, pela análise dos usos do espaço, as sobrevivências da vida de relações que caracterizam o *lugar*, bem como, os conteúdos que lhes deram forma historicamente. Nesta parte, o acento encontra-se na análise de práticas espaciais que, baseadas na prevalência dos *valores de uso*, promovem laços de identificação dos moradores com o que definimos de *lugar*. O segundo, tenta associar a discussão sobre o papel que a grande mídia tem como produtora de não-comunicação e, portanto, como fonte de diluição da vida de relações, particularmente, de relações entre as pessoas a partir de uma base material concreta, prático sensível, com o contraponto da mídia alternativa, as chamadas *TVs de rua*, cuja dimensão dos espaços públicos, como a praça e a rua, é vislumbrada por essas tevês como atitude afirmativa de processos comunicativos baseados nas relações interpessoais, no encontro, na festa, em *usos* do espaço não absorvidos pela *troca*. É por meio da experiência específica da TV VIVA no Morro da Conceição que vamos procurar elementos de análise que a associe a um papel de reforço da identidade e de manutenção do *lugar*.

Palavras-chave: Recife – Lugar – Identidade espacial – TV de rua – Usos do espaço – Urbano.

ABSTRACT

In a world in frank process of homogenization with the mundialization promoted by capital, having as support communication systems or, rather than, non-communication systems, incorporating all the planet, how to understand the (re)emergence of local values, particularly, those related to spatial identity? Whereas the social relations continue – although involving an increasing degree the electronic mediations – being exercised in and through the space, what necessarily implies its use? What explains the construction of the spatial identity? And what defines its own reaffirmation into the dilution promoted by the mundialization process? Our study sought to make this analysis in Morro da Conceição, peripheral neighborhood of Recife pursuing two ways: the first, seeks to identify, by analyzing the uses of space, the survival of life of relations that characterize the *place* as well as the contents that shaped them historically. In this part, the accent is on the analysis of spatial practices, that, based on the prevalence of *use values*, promoting the identification of residents with what we define as *place*. The second tries to associate the discussion about the role that the mainstream media has as a producer of non-communication and therefore as a source of dilution of life relations, particularly relations between people from a material base, practical-sensitive, with the counterpoint of the alternative media, the so-called *street TVs*, whose dimension of public spaces, such as the square and the street, is envisioned for these TVs as assertiveness communicative processes based on interpersonal relationships; at the meeting; at the party; in uses of space not absorbed by the *exchange*. It is through the specific experience of the TV VIVA in Morro da Conceição that we will seek analysis elements that associate it with the role of strengthening of identity and maintenance of the *place*.

Keywords: Recife – *place* – *spatial identity* – *The Street TV* – *Uses of space* – *Urban*

RESUMÉ

A une époque où l'homogénéisation est la règle et la mondialisation stimulée par le capital ayant comme support les systèmes de communication ou plutôt de non-communication s'étendant à toute notre planète, comment comprendre la réapparition de valeurs locales et en particulier celles qui concernent l'identité spatiale? Si l'on considère que les relations sociales continuent – bien qu'avec la participation croissante des intermédiaires électroniques – s'exerçant partout dans l'espace, ce qui implique son usage, comment expliquer la construction de l'identité spatiale et comment définir sa propre réaffirmation au milieu de la dilution provenant de la mondialisation? Notre analyse, faite au Morro da Conceição, quartier périphérique de Recife, a suivi deux directions: la première a consisté dans l'identification, par l'analyse des usages de l'espace, des survivances de la vie des rapports caractérisant le *lieu* ainsi que les contenus qui leur ont donné forme au cours du temps. Dans ce cas, se détache l'analyse des pratiques spatiales qui, établies sur l'avantage des *valeurs d'usage*, donnent lieu à des liens d'identification des habitants avec ce que nous dénomons lieu. L'autre chemin cherche à associer la discussion sur le rôle qu'a la grande media en tant que productrice de non-communication et, de ce fait, comme source de dilution de la vie de rapports particulièrement en ce qui concerne les personnes entre elles à partir d'une base matérielle concrète, pratique et sensible, accompagnée de la media alternative, appelée *Téles Publices* dont la dimension des lieux publics, tels que places et rues, est considérée par ces téles comme l'attitude affirmative des procédés de communication établis sur les rapports entre personnes lors de réunions et de fêtes dans les *usages* de l'espace qui ne sont pas absorbés par l'échange. Grâce à l'expérience particulière de la *TV VIVA* du Morro da Conceição nous chercherons les éléments d'analyse qui l'associent à un rôle de renfort de l'identité et de la conservation du lieu.

Mots-clé: Recife – Lieu – Identité spatiale – TV de rue – usages de l'espace – urbain.

ENTRANDO NO COMPASSO

É difícil que um tema de pesquisa, desde o instante em que surge, na cabeça do pesquisador, não seja a expressão viva dos seus sonhos (mesmo do mais reacionário), esperanças e desejos, frustrações e expectativas de, com sua experiência vivida e seu conhecimento acumulado, vir a produzir algo relevante.

Contudo, no estágio na qual se encontra a produção do conhecimento no Brasil, percebe-se que não há muito tempo para enganos. Imperativos como os das simplificações, reduções de prazo e de recursos, além de tantas outras iniciativas, desdobramentos do projeto político neoliberal em andamento no país, contribuem cada vez menos para uma formação sólida, assim como, minimiza a possibilidade de invenção de um pensamento 'original' tão necessário ao avanço do conhecimento. A Construção deste requer tempo, empenho, dinheiro e seriedade. Não combina com a atmosfera produtivista de linha de montagem, nem com o frenesi onipresente do mercado.

Como entender esse processo, entretanto, se perdemos de vista que a produção do conhecimento há muito tornou-se reflexo do universo econômico estendido a todos os setores da sociedade? Isto é, que o conhecimento foi sendo crescentemente imbricado ao modelo de acumulação? No limite, no atual estágio do capitalismo globalizado, ciência e técnica são condicionantes inseparáveis, absolutos para a sua realização.

Não obstante, tentando-se ultrapassar as injunções que pretendem eliminar os riscos da reflexão e da crítica a esse modelo conservador de homem e de sociedade, mais que nunca precisamos que a investigação crítica se imponha como uma necessidade de

teorização e, ao mesmo tempo, de comprometimento com a transformação do *real* em algo melhor, ou pelo menos, com sua desmistificação.

Neste processo eis uma atitude necessária: construir o conhecimento desvendando o real concreto ao mesmo tempo que praticando sua transformação, requer que abandonemos o compromisso obcecado dos dias que correm com um saber aplicado, um meio para ação exigido por um atavismo social onde o *business* parece ser o destino de tudo.

Dentro do pensamento geográfico, este comportamento implica em passar da perspectiva de conhecimento subsidiário de práticas espaciais reprodutoras do *status quo*, para uma que as desmistifique pelo exame de suas contradições. Portanto, que encontre na *sociedade dos homens e mulheres*, enquanto sujeitos de processos sociais que se dão em um tempo/espaço históricos, seu caminho de reflexão, de inserção social crítica e de produção do espaço para além da espetacularização consumista.

Dessa forma, o espaço social, como ponto de partida, deixa de ser mero substrato onde se desenvolvem ações sociais, para ser condição e conteúdo deste agir. E este, necessariamente, implica em estratégias e práticas espaciais que se distinguem segundo os grupos, o período histórico e, especialmente, segundo os interesses e embates entre os atores envolvidos.

Será que as contradições do desenrolar das relações sociais no espaço e provenientes dele propriamente, abrem brechas à não realização plena do espaço produto? Em outras palavras, o espaço onde circula a mercadoria não é o mesmo em que circulam os homens e mulheres para realizar as várias dimensões da vida: trabalhar, divertir-se, morar, etc.? Pois, a conservação por estes de espaços de comunicação direta, de sociabilidade não mediatizada, só plenamente realizada pela apropriação do espaço, não abre possibilidades

de se pensar relações baseadas no *valor de uso* do espaço como expressão de produzir o *lugar* e o urbano?

E se é esse o caso, em que medida o *acaso* e os *resíduos* irredutíveis à lógica do mercado, podem ser apreendidos no cotidiano repetitivo dos moradores do lugar em práticas espaciais de resistência, de construção da identidade e de manutenção da diferença? Mais, até que ponto essas práticas negando os conteúdos que impõem o cotidiano homogeneizante (do ser, do pensar, do agir) podem se constituir em *possibilidades* para se produzir um outro espaço? A comunicação feita na rua participa no fortalecimento e no resgate dessas práticas quando no *uso* há o reforço do encontro e da *fala*? Por fim, se se consegue apreender esses resíduos, abrem-se caminhos a um repensar da cidade e do urbano? E no limite se o mundo é urbano, pelo menos enquanto tendência, permite repensá-lo?

Devemos dizer que a emergência da questão do *lugar* colocou a *TV de rua* e a discussão da mídia em outro patamar. Em um espaço em que vários atores locais são importantes, suscitou novas perguntas, sendo a principal: na produção do lugar qual parcela efetivamente teria cabido a inserção da TV VIVA? No limite, os questionamentos apontavam que o papel dos processos comunicativos através dela passou a coadjuvar ante o significado e a força de relações e práticas espaciais produzidas e mantidas no seio do espaço local como o da festa e o das lutas sociais. Portanto, o desenvolvimento da pesquisa distancia-nos das representações construídas pelas imagens da tevê e nos aproxima do papel que esta presença, enquanto equipamento de comunicação, conseguiu ter na vida e no espaço concretos do *lugar*.

Portanto, nossa principal discussão com relação à mídia passa antes por sua negação enquanto meio técnico estruturalmente produtor de *não-comunicação*. Por outro, a partir da

identificação da vida de relações existente no bairro, portanto, da permanência do *lugar*, no que, uma tevê que leva seu processo comunicativo a termo no espaço da rua, ajuda a fortalecê-lo como expressão de uma dimensão coletiva de sociabilidade que se materializa nos usos que não apenas se conservam no espaço local, como lhes dão identidade abrindo possibilidade para se pensar a cidade e o urbano?

Neste sentido, a discussão de processos comunicativos a partir da *TV de rua* avança somente até o limite em que identificamos a promoção de um *fazer comunicativo* onde está implicado o uso do espaço da rua como condição obrigatória, alicerce mesmo, desse *comunicar-se*. Pois, ela não lidera a construção de práticas espaciais novas e sim, fortalece as já existentes no local, formando uma soma de anteparos de resistência frente aos processos de homogeneização socioespaciais levados a termo pela reprodução capitalista do espaço em relação direta com a televisão e os outros meios de comunicação deste final de século.

Foi nessa direção que tentamos encaminhar a presente investigação. A jornada é lenta e as questões de partida não são necessariamente as de chegada. Estas vão se impondo, redefinem-se perante àquelas na medida em que a análise pretendida esteja ancorada, o máximo possível, na “vitalidade” de um percurso metodológico que possa orientar a pesquisa nas suas idas e vindas entre o empírico e o teórico.

Essa caminhada que constitui propriamente o trajeto da pesquisa é espinhosa, trôpega, muitas vezes até desanimadora, outras tantas prazerosa, repleta de contentamentos cujas significações são indescritíveis. Sim, pois os júbilos e tormentos da descoberta são experiências singulares para cada pesquisador. A Fruição, o malogro ou o onirismo do *porvir* podem até serem compartilhados coletivamente, mas são únicos e intransferíveis na forma como os indivíduos os sentem. Aliás não será esse “resíduo” de unicidade – em uma

trajetória em que o desconhecido permanentemente nos espreita – que resta como chama para as nossas procuras obstinadas?

Embora o término de um trabalho nos revele que cruzamos por trilhas inesperadas, muitas vezes até contrárias às que havíamos nos proposto originalmente, a temática que lhe deu vida, sempre é produto de uma anterioridade que a investigação metodologicamente orientada vai se encarregando de modificar.

Isto apenas demonstra que os temas de pesquisa muitas vezes possuem origem remota. Frequentemente eles repousam latentes em nossas mentes à espera de um momento que junte experiência e conhecimento, para dar-lhes concretude. Outras vezes são abortados sem que a reflexão consiga trazê-los à luz. Outras tantas ainda, eles se materializam com novos elementos e significados. É o que ocorre aqui.

No nosso caso, pouco a pouco, a euforia inicial com o mundo das imagens, herdado de uma infância já distante, dará lugar às relações que os sujeitos sociais estabelecem com o espaço do bairro produzindo uma identidade e como estas permeadas por um quadro de mundialidade em constituição o fazem permanecer.

Portanto, do entusiasmo pela virtualidade das imagens de tevê chega-se ao *lugar* e, neste, encontram-se formas de sociabilidade que permanecem a despeito da proliferação das relações mediatizadas produzidas pela televisão e por todo aparato eletrônico de comunicação viabilizador da sociedade globalizada.

Assim sendo, as páginas que seguem são mais sobre o que permanece enquanto prática espacial no Morro da Conceição sob a ótica dos produtores do *lugar*, entre os quais a TV VIVA será parte num determinado período histórico, do que sobre este *meio* e sua imagem como agentes exclusivos de produção do espaço local, como havíamos proposto inicialmente.

É a comunicação espontânea experimentada nas diversas instâncias da vida cotidiana dos habitantes do Morro (Igreja, Concelho de Moradores, rua, praça, escadaria, vizinhança, etc.) que encontra na TV VIVA um elemento a mais de reforço materializado nos espaços de sociabilidade do *lugar*.

Portanto, os processos comunicativos são elementos familiares à própria história do *lugar* e, como tais, vividos na prática cotidiana dos seus habitantes que através deles produzem e reproduzem seu espaço e nele constróem laços de identificação.

Assim sendo assim, a *TV de rua* é apenas o pretexto para se entender o espaço: o do lugar e do seu cotidiano e o do modo de vida urbano, o da reprodução das relações sociais de produção e o da reprodução da vida, o da dominação, mas também o da apropriação.

As técnicas usadas no desenvolvimento da pesquisa envolveram: *levantamento* de dados secundários a respeito da cidade do Recife e de sua região de morros e principalmente sobre o próprio Morro da Conceição como: população, dados socioeconômicos e de infra-estrutura, etc. *Observação* in loco para levantamento de dados primários: equipamentos urbanos, estabelecimentos comerciais, espaços de diversão, etc. *Realização* de entrevistas orientadas (25) em um primeiro momento (jan/95) e semi-orientadas (13), com o uso do gravador, em um segundo (abril/maio/98), onde colhemos *depoimentos pessoais* sobre a vida dos moradores no bairro e de suas lembranças a respeito da TV VIVA (cf. anexo). A seleção dos entrevistados teve como principais critérios o tempo de moradia no Morro e ter assistido às exibições da TV VIVA. *Vivência* em caráter assistemático em atividades da vida cotidiana do bairro como: festa de N. Srª da Conceição nos anos 97/98; conversa nos bares, em casa de conhecidos, nas serestas promovidas pelo conselho de moradores, no bloco de carnaval, no campeonato de futebol realizado na praça do Morro entre maio/jul. nos anos de 98/99, nas rodas de capoeira realizadas nas manhãs de

sábado na escola pública local, entre outras. Realizamos ainda, quatro entrevistas semi-orientadas (cf. anexo) a partir de depoimento pessoal a respeito da TV VIVA, com a antiga equipe de exibidores da tevê (maio/98); e duas com seus dirigentes (maio/98).

O método de exposição, resultado do processo investigativo, aparece encadeado na forma de quatro capítulos: no primeiro, a discussão se dá sobre a compreensão que se tem a respeito do *espaço social* e do *lugar* e marginalmente sobre a *cidade*. Embora tenha uma carga teórica maior que os demais não se encontra apartado da relação com o objeto de estudo. A reflexão sobre as categorias do estudo busca, desde o primeiro momento, estabelecer-se em diálogo permanente e recíproco com o empírico. O segundo, dedica-se ao entendimento do Morro da Conceição como espaço produzido na esteira do processo de reprodução urbana do Recife. Embora tenha uma natureza histórica, não pretende fazer uma discussão historicista do bairro na qual se apreenderia sua evolução através dos tempos. Pelo contrário, a intenção aqui foi analisar como sua configuração no presente, guarda relações estreitas com momentos passados do mesmo processo capitalista de reprodução urbana. No terceiro, refletimos sobre os usos do espaço cotidiano do bairro, seus movimentos e lutas na perspectiva de revelar a construção da identidade e a permanência de espaços gerados a partir da sociabilidade do encontro principalmente na praça e na rua e como desdobramento da comunicação interpessoal vivida no lugar. O quarto e último, traz a discussão da inserção da *TV de rua* no movimento mais geral dos meios de comunicação de massa, o diferencial resultante de sua atuação na rua, o histórico da TV VIVA, fechando com os significados de sua presença no bairro, particularmente no fortalecimento da identidade espacial do *lugar*.

Do encantamento concebido aos desmentidos experimentados, operou-se uma dinâmica de aprendizado e discernimento crítico em busca de entender o real. Certamente

os resultados revelados nas próximas páginas não são os mesmos que pensávamos encontrar inicialmente. Nem poderiam, pois não se querem e não se prestam às inconseqüências naturais de todos os princípios. Conserva dele, porém, o otimismo comum a todos que procuram pensar a natureza do espaço humano dentro de suas possibilidades materiais concretas e de suas contradições.

Uma pesquisa não é garantia de muita coisa, quem a realiza, porém, sempre alimenta a perspectiva de o que venha a fazer possa ajudar a restituir alguma vida ao que foi abortado, impedir o que está para sê-lo, ajudar a brotar o novo. Neste sentido, é significativo que nosso conhecimento possa de alguma forma ajudar na ultrapassagem das frustrações que trazem as possibilidades que nunca se realizam. O conhecimento pode revelar que estas se encontram por aí acontecendo nos interstícios do cotidiano e isso permite pensar vidas e espaços diferentes, quem sabe...

Nós pesquisadores, em geral, não somos os iluminados de cujas cabeças sairiam o projeto e o modelo do novo, não somos *taumaturgos*. Podemos, contudo, ajudar a limpar o caminho, propor, tentar... “*ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência*”¹.

¹ LEFÉBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991, p.107-108.

1. UM PERCURSO PELO ESPAÇO SOCIAL E O LUGAR

Neste capítulo o que se pretende realizar é, primeiramente, a discussão do que entendemos por espaço social. Uma vez explicitando-o enquanto conceito, portanto, em um plano mais teórico, devemos em seguida, proceder a articulação necessária entre os dois momentos metodológicos: o teórico e o empírico. Assim fazendo, procuraremos dar conta de que espaço social estamos falando, procurando dar ênfase à reflexão sobre o *lugar* à luz da produção social do espaço urbano e da cidade.

Fazendo um corte histórico que deve recobrir os últimos cinquenta anos, vamos discutir a produção do espaço social concreto da cidade do Recife. A concentração das análises aqui, porém, não deverá recair sobre Recife em si, posto não ser a cidade o nosso objeto de estudo. Antes, a análise desta, será um recurso do método para se chegar à discussão dos espaços segregados historicamente promovidos no processo de reprodução da cidade. Para o caso que nos interessa, a ocupação dos morros que contornam o Recife, é a expressão desta reprodução a qual se quer referir.

Por fim, a compreensão do processo de reprodução nos levará a uma única região da cidade: a dos morros de Casa Amarela. É nela que, encontrando-se o Morro da Conceição, faremos a discussão do conjunto das relações – a partir de uma *Tv de rua* – que eventualmente apontem permanências de uma sociabilidade do *lugar*; de permanência e de reelaboração de uma identidade espacial, em um mundo em acelerado processo de fragmentação e homogeneização.

Uma vez entendendo o *lugar* através do Morro da Conceição, poderemos melhor compreender a produção do espaço urbano recifense em particular e o da sociedade urbana como um todo.

1.1 Do Espaço Que Se Vive Ao Espaço Vendido

Começemos pelo espaço social. Em primeiro lugar, não se trata de uma idéia abstrata, vazia, sem conteúdo ou realidade. Não estamos falando, portanto, de uma coisa entre outras. Mesmo quando, veremos adiante, no processo de coisificação do mundo atual, o espaço tenha sido, tanto quanto o homem, reduzido a condição de objeto.

Não é igualmente, de um espaço tratado como receptáculo passivo de homens, conteúdos e objetos diversos, que estamos falando. Embora esta forma de abordagem do espaço tenha, aliás, alimentado uma longa tradição de estudos e reflexões dentro das ciências humanas, entre elas, a própria Geografia, desde o último século².

Com efeito, na perspectiva acima indicada, não se concebia o espaço como um produto social; não se concebia o espaço, como materialidade, condição e resultado da combinação contraditória de relações sociais no espaço e geradoras de práticas produtoras

² Quando levantamos as discussões teóricas sobre o espaço, a Geografia é logo lembrada, particularmente, pela longa tradição dos seus estudos descritivos de forte conteúdo empírico. Nesta tradição de espaço 'palco', de espaço destituído de relações sociais e componente mesmo da realidade social, porém, a Geografia não está sozinha, ainda que tenha sido a que mais demorou a sair dela. As Ciências Humanas e Sociais como um todo, também contribuíram, cada uma a seu modo, para o obscurecimento e o tratamento acrítico do espaço. As matrizes teórico-metodológicas produzidas pela "Escola Francesa" de Vidal de la Blache e "Alemã" de Humboldt, K. Ritter e F. Ratzel no século passado, formam o suporte teórico do que ficou conhecido na história do pensamento geográfico por Geografia Clássica ou Tradicional. Fortemente fundamentada no positivismo, de um modo geral, baseava seu método na observação/descrição da paisagem e dos lugares. Este tipo de abordagem – com seus desdobramentos e variantes, entre elas a dos estudos regionais – domina o pensamento geográfico até tempos bem recentes. Salvo exceções, é da década de sessenta a introdução mais sistemática de abordagens sociais críticas na Geografia, isto é, aquelas fundamentadas no método dialético, de inspiração marxista ou não, de interpretação da realidade, dando ensejo a um amplo movimento de renovação dessa disciplina.

de espaço. Pelo contrário, este espaço reduzido à *morada* do homem se restringe à descrição, quase nunca à reflexão crítica e à análise interpretativa.

Nossas palavras podem ser corroboradas pelas de Carlos³ quando diz: “*a descrição tornou-se uma marca registrada da Geografia, que, em sua expressão última, foi incapaz de analisar o homem como ser social, membro de uma sociedade que tem na contradição de classes sua característica básica*. Ou ainda, quando afirma que *a dimensão de exterioridade que o espaço geográfico tem em relação à sociedade é, a nosso ver, a principal característica da chamada geografia clássica (...)*”.

Assim, podemos dizer que o discurso produzido sobre o espaço, que genericamente reunimos aqui sob o rótulo de Geografia Tradicional, – ao tratar o espaço como palco das relações homem-natureza – se prestou ao escamoteamento das contradições e à justificação das desigualdades sociais. Inclusive, na vertente cientificista mais recente, a do quantitativismo, colaborando e servindo de modo decisivo, como instrumento de planejamento de Estado. Nas palavras de Santos⁴ “*(...) a chamada geografia quantitativa prestou-se maravilhosamente ao jogo de certo número de geógrafos aplicados exageradamente à tarefa de manutenção de todo tipo de status quo... numa época em que os negócios buscam na ciência uma legitimação (...)*”[grifos no original].

Dessa forma, se todo arcabouço teórico produzido pela Geografia desde a sua fundação como ciência, não ajudava a desembaraçar o real, àquele que se impôs com o quantitativismo então, veio subsidiar de maneira escancarada as ações do capital e do Estado no espaço. Mais que nunca identificada como uma ciência do poder, através da

³ CARLOS, A. F. A. *A (Re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p.32-33.

⁴ SANTOS, M. *Por uma Geografia nova*. 3. ed., São Paulo: Hucitec, p.79-80.

planificação, prestou-se ao auxílio eficaz das práticas espaciais de dominação generalizada e de obscurecimento das relações sociais.

Não obstante a descrição tenha sido o recurso metodológico mais constante no percurso de formação da Geografia, acompanhando-a de perto desde o século passado até décadas recentes, felizmente, suas bases conceituais vêm passando por profundas e significativas transformações. Iniciado no Brasil ainda na década de setenta, o movimento de renovação expressa um momento de crítica radical e de ruptura com o pensamento tradicional até então dominante. Doravante, de maneira mais sistemática, profundas mudanças teórico-metodológicas foram operadas na forma de abordar as relações homem-espaço no interior da Geografia.

Para o que nos importa aqui, a mais significativa foi a incorporação do método materialista-dialético de compreensão e interpretação do movimento da sociedade. Desta incorporação é que se chega ao espaço social forjado a partir da dinâmica social, como resultado de um processo histórico, obra do trabalho dos homens.

Nesta perspectiva de análise, não há mais lugar para o tratamento do espaço como mero substrato das ações humanas, ou seja, como suporte onde se localizam as atividades da sociedade. Sujeito de sua história, produtor de coisas, valores, símbolos e da vida, o homem é também produtor de espaço e não simples elemento dele. Neste sentido, o espaço geográfico não é social apenas porque o homem vive nele, mas sobretudo porque é 'produto', 'condição' e 'meio' de toda atividade humana⁵.

Assim encarado, o espaço perde o caráter de passividade/acriticidade a ele dispensado pela análise tradicional, e incorpora a idéia de movimento – e, por conseguinte, a de tempo

⁵ CARLOS, A. F. A., op.cit., p.33

histórico e a de contradição – inerente às relações sociais, que em amálgamas incessantes se inscrevem no espaço a partir de práticas espaciais, não raras vezes conflituosas, de produção e de apropriação do espaço. Pode-se mesmo falar em uma verdadeira dimensão espacial da sociedade, na qual estão imbricadas temporalidades diversas: as que geram processos sociais cuja elaboração deitam raízes no passado, e as que se combinam a partir de elementos contemporâneos.

Daí porque, no percurso de análise de qualquer fenômeno social, se faça necessário a articulação de tempos. Primeiro, o tempo no qual o fenômeno se coloca, ou seja, como o conjunto de condicionantes ou variáveis contemporâneas ao mesmo, interfere conferindo-lhe uma certa especificidade. Segundo, o isolamento – a definir-se a partir do recorte histórico – das variáveis relevantes do passado que se configuram como ‘heranças’ no presente. Trata-se, portanto, de alinhar *sincronismo/diacronismo*, simultaneamente, como forma de buscar apreender a natureza de todo fenômeno social.

No que concerne ao espaço social não é diferente. Como uma instância que tem um papel na forma como a sociedade se configura, ele é ao mesmo tempo, expressão de quantos elementos concorram para sua produção e reprodução num determinado momento histórico, como de sobrevivências oriundas de determinações sociais preexistentes. Como escreve Lefebvre⁶ “*ora, na história do espaço como tal, o histórico, a diacronia, o passado gerador se inscreve incessantemente sobre o espacial, como sobre um quadro. Há mais sobre o espaço, que traços incertos deixados pelos acontecimentos; há a inscrição da sociedade em ato, o resultado e o produto das atividades sociais. (...)O espaço gerado pelo*

⁶ LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974, p.131.

tempo é sempre atual, sincrônico e dado como um todo; as ligações internas, as conexões religam seus elementos, elas também produzem tempos”.

Portanto, é do entendimento do espaço social como realidade concreta e como conceito, do espaço como expressão da coexistência e da simultaneidade das relações de produção e de reprodução, cuja existência é tanto social quanto espacial, que vamos nos ocupar quando da análise da teia de relações que produz o bairro do Morro da Conceição – área objeto de nossa pesquisa – em suas especificidades e articulações com os níveis da cidade, do país e do mundo.

A análise dessas relações deve buscar sempre a unidade analítica entre o percebido, o concebido e o vivido; entre a forma, a função e a estrutura, entre produto e obra, que se misturam no processo de elaboração do espaço social. Sobre as relações sociais nos diz Lefebvre⁷: “(...) *qual é exatamente o modo de existência das relações sociais? Substancialidade? Naturalidade? Abstração formal? O estudo do espaço permite responder: as relações sociais de produção têm uma existência social, tanto quanto espacial: elas se projetam num espaço, elas aí se inscrevem produzindo-o*”. Se não agimos dessa maneira, caímos na pura abstração, em representações descoladas do real.

Com relação aos níveis da prática espacial (percebido), das representações do espaço (concebido) e dos espaços de representação (vivido), segundo Lefebvre, variáveis de acordo com o modo de produção e o momento histórico, influenciam de formas diferentes na produção do espaço⁸. Assim, no estágio atual do modo de produção capitalista, em que o espaço é instrumentalizado pelo capital e pelo poder estatal, ainda seguindo o pensamento do mesmo autor, o vivido e o percebido (espaços da criação, do encontro e da festa) se

⁷ op. cit., p.152-153.

⁸ op. cit., p.57.

vêm destruídos, dominados pelo nível das representações do espaço. Amplamente manipulado pela ciência, pelo poder de Estado e pelo planejamento, essa esfera, embora permeada de contradições, exerce sua hegemonia produzindo espaços dominados.

No que tange aos domínios da forma, da função e da estrutura Lefebvre adverte quanto a inseparabilidade dessas três categorias, quando diz: *“como toda realidade o espaço social levanta metodologicamente e teoricamente três conceitos gerais: a forma, a estrutura, a função. Isto é, todo espaço social pode tornar-se objeto de uma análise formal, de uma análise estrutural, de uma análise funcional.* Contudo, ainda que um dos elementos possa sobressair-se em algum momento da análise, a idéia é que haja uma unidade entre os termos pois, *formas, funções e estruturas são em geral dadas na e por uma materialidade que simultaneamente as une e as distingue. Cada emprego exclusivo, portanto redutor, de uma dessas categorias está a serviço de alguma estratégia de homogeneização”*⁹.

É portanto, de um espaço social como produto e como obra gerado pelas classes e frações de classe de uma sociedade que estamos falando. De um espaço construído a partir dos atos da coletividade, mas que envolve também práticas individuais; que se dão através da apropriação pelo corpo e um uso. Em resumo, é como espaço das relações sociais de produção, onde são produzidas coisas e o espaço ele próprio, mas que antes é condição e meio onde se plasmam os atos e gestos do homem na realização concreta da vida.

Esse espaço como construção social gestado num tempo histórico, lentamente transformar-se-á em componente essencial, instrumentalidade do capital no processo de extensão da mercadoria aos mais longínquos rincões do planeta. Não apenas enquanto suporte para a realização desta. O espaço, ele próprio, com a generalização da propriedade

⁹ op. cit., p.172,173,426.

privada e, por conseguinte, com sua inserção no circuito da *troca*, tornar-se-á também uma mercadoria. A mais preciosa das mercadorias, ousamos dizer, pois, quer a produção¹⁰ das coisas/objetos, quer as relações que produzem a vida, não prescindem de uma existência e de uma prática espacial.

Como veremos mais adiante, o processo de segregação das populações de baixo poder aquisitivo, nos morros e periferias das cidades, é a expressão tanto do imperativo geral da *troca*, isto é, o que quer reduzir o espaço inteiro a uma natureza puramente mercantil, assim como, o retalhamento da cidade é sua expressão material contundente.

Assim, o espaço aparece enquanto produto do/para o capital, como dissemos acima, como a mais preciosa das mercadorias, pelo menos em dois momentos: enquanto sede onde a forma-mercadoria se realiza, ou seja, toda atividade produtora ganha materialidade no espaço. Enfim, quando através do parcelamento, oferece-se à negociação, transforma-se em poderoso instrumento de generalização do *valor de troca*.

A constituição desse espaço obedeceu a um longo processo de desenvolvimento. Ele se estende da acumulação primitiva ao mercado mundial. E prossegue no presente com o capitalismo globalizado, no qual o domínio das relações abstratas promovidas pelo *valor de troca*, vem açambarcando de tal maneira as diversas esferas da vida, que praticamente nada permanece intacto, ou seja, sem que sejam subjugadas pelo dinheiro. Assim, a festa, o gesto, a brincadeira, o sol, o ar, até a gestação materna! serão cambiáveis e oferecidos ao consumo através da publicidade, na ordem do capital globalizado, tanto quanto mercadorias

¹⁰ Adotamos aqui, o conceito de *produção* tanto no sentido lato, quanto no sentido restrito definido por Marx e incorporado por H. Lefebvre em vários de seus trabalhos, entre eles *La production de l'espace.*, p.83 e ss e *O Pensamento Marxista e a Cidade.*, p.47-48. Deste último utilizamos a seguinte referência: “no sentido amplo, há *produção* de obras, de idéias, de <<espiritualidade>> aparente, em resumo, de tudo o que faz uma sociedade e uma civilização. Em sentido restrito, há *produção* de bens, de alimentos, de habitação, de coisas. O segundo sentido apoia o primeiro e designa a sua <<base>> material”[grifos no original]. Portanto, a análise da produção e da reprodução do espaço, comporta de modo inseparável, os dois sentidos.

mais palpáveis como, por exemplo, sapatos, sabonetes ou automóveis fizeram a fortuna da acumulação na fase *fordista*.

Espaço dotado de historicidade, não se trata no entanto, de espaço constituído em qualquer etapa da história humana. Para Lefebvre, a história desse espaço se inicia propriamente quando o ‘reprodutível’, a ‘repetição’ e a ‘reprodução das relações sociais’ se impõem sobre a *obra* e sobre a natureza. Se a história do homem tem início com sua total submissão aos ritmos da natureza, sua evolução será a da subjugação progressiva desta, ao conhecimento e à técnica. Isto se dará – no decorrer de um vasto processo histórico – sob o domínio crescente de uma “lógica visual” e da simultânea expansão das relações abstratas: as do *valor de troca* que se generalizam e as de seu equivalente geral, o dinheiro¹¹.

Desse modo, o espaço social ao qual nos referimos aqui, embora não exclua os elementos geradores de outros períodos da história, é aquele que caracteriza a *modernidade*, ou pelo menos ao que esta se vê reduzida. Espaço cujos pilares fundadores não se encontram na modernidade, mas que nela ganham possibilidade de realização. Espaço da acumulação capitalista, pouco a pouco transformado numa abstração-concreta; da primazia dos *valores de troca* sobre os *valores de uso*, em suma, espaço da produção de mercadorias e espaço, ele próprio, tornado mercadoria. Neste estágio, homem e espaço confundidos em uma só abstração: “a oposição paradigmática (*pertinente*) entre a troca e o uso, entre os circuitos globais e os lugares definidos da produção e do consumo, se transforma aqui em contradição dialética, se espacializando. O espaço assim definido tem um caráter *abstrato-concreto*: abstrato porque não tendo existência senão através da cambialidade de todas as

¹¹ LEFEBVRE, H. *La production de l'espace...*, op. cit., p.142.

*suas partes componentes – concreto porque socialmente real e localizado como tal*¹²
[grifos no original].

E se julgamos ter explicitado o que compreendemos por espaço social, espaço convertido em uma *abstração-concreta*, espaço instrumento, expressão das estratégias do capital com aparência de sentido pleno, podemos encaminharmo-nos em direção do lugar onde ele melhor se realiza: o da cidade e do urbano.

Poderemos ver que o processo de mercantilização do espaço encontra na cidade campo fértil para se realizar. A reunião em seu solo dos capitais, da divisão do trabalho, enfim, dos aparatos mais relevantes necessários à produção (instalações industriais, centros de pesquisa, concentração de pessoas para atividades produtoras e para o consumo etc.), inclusive os de classe e os de poder, permitem que a partir de seu espaço se produzam e reproduzam as relações que animam o modo de vida urbano.

Processo que se dá, necessariamente, de maneira desigual dentro de um sistema que estabelece usos diferenciados/funcionalizados para cada pedaço da cidade, podem ser percebidos em uma de suas expressões mais perversas nas periferias que se formam entorno das grandes cidades. Os bairros pobres instalados nos morros que contornam o Recife, constituem o exemplo que discutidos mais adiante, refletem as contradições do binômio *uso-troca* no processo de reprodução dos espaços segregados na metrópole recifense.

¹²op. cit., p.394.

1.2 Na Cidade o *Lugar* é a Questão

A discussão do processo de produção do espaço de um modo geral, envolve a compreensão e a articulação dos diferentes aspectos – econômicos, políticos, culturais, jurídicos – que se interpenetram sob o domínio do sistema capitalista dentro de uma totalidade: a de um espaço global permanentemente produzido e reproduzido sob o jugo da propriedade privada e das relações baseadas na *troca*. Com efeito, sabemos no entanto, que se atuam e triunfam, de um lado, processos homogeneizantes, – os que transformam o espaço e a vida inteiras em um grande supermercado – de outro, como já foi dito acima, esses processos manifestam-se de maneira desigual nas várias parcelas do espaço. Se a extração de mais-valia é mundial, sua aplicação contempla somente alguns locais.

Assim, em um nível primário, podemos dizer que a acumulação desigual, produz espaços desiguais. Por sua vez, ela explica, por exemplo, processos tão amplos como a desigualdade Norte/Sul (mundo desenvolvido/mundo subdesenvolvido), a pobreza do Nordeste frente ao Centro-Sul do Brasil, ou ainda, os contrastes entre os bairros de elite e os das camadas subalternas nas grandes cidades.

Neste sentido, as manifestações espacialmente localizadas de fenômenos de caráter geral, encontram nas abordagens geográficas do *lugar*, possibilidade coerente de análise de parcelas do espaço total.

No nosso trabalho, a totalidade espacial – que se exprime pela discussão do modo de vida urbano, como algo que, enquanto tendência, se estende a toda sociedade e, ao fazê-lo, encontra nos meios eletrônicos de reprodução da imagem, um poderoso aliado – guarda na investigação do *lugar* a possibilidade concreta de sua apreensão. Em primeiro lugar, enquanto parcela da totalidade espacial que reproduz as determinações gerais desta. Em

segundo, como produto de sua própria história, resultado dos acontecimentos que ali se desdobram cotidianamente.

De modo que temos de um lado, o bairro, objeto de nosso estudo (Morro da Conceição) como resultado de sua vinculação estreita à reprodução urbana da cidade (no caso Recife), que por sua vez, é fruto da subordinação desta, a apropriação privada no mundo moderno. De outro, temos, além dos seus movimentos internos, de sua história, o papel da mídia eletrônica representada por uma *TV de rua* a lhe reforçar feições e usos particulares do/no espaço, como veremos adiante.

Se está claro que *lugar* é uma das categorias centrais do nosso trabalho, é preciso ainda definir o que entendemos e o que estará subjacente enquanto conteúdo de investigação, quando nos referirmos a ele.

Com efeito, o processo da mundialidade em constituição e da instantaneidade dos fluxos de comunicação que a sustentam, da dessimbolização do mundo em benefício dos signos, da 'metáfora do globo terrestre', difundido em larga medida pela profusão das mensagens publicitárias na atualidade, parecem contribuir de modo decisivo para um desenraizamento generalizado: das gentes, culturas, lugares, espaços.

Não obstante tais desenraizamentos terem sido engendrados simultaneamente ao que convencionalmente chamamos de 'modernidade capitalista', em uma longa e progressiva marcha de aceleração do tempo e de compressão do espaço, potencializa-se nesta segunda metade de século com a sofisticação das tecnologias de comunicação, particularmente com a eletrônica e a informática.

Processo que guarda correspondência nas várias dimensões sociais – econômica, política, cultural, artística e espacial – se expressa nesta última, especialmente no que tange ao espaço da cidade, em sua dissolução, fragmentação e homogeneidade. Para Olgária

Mattos, é aliás, no espaço urbano da metrópole moderna, que a exclusão da diferença é vislumbrada de maneira mais flagrante e, onde, o triunfo da razão instrumental, produz um verdadeiro desencantamento do mundo, legitimador do pensamento e da ação homogeneizantes.

Afirma a autora *“este processo de desencantamento do mundo é resultado da ação formalizadora do pensamento abstrato e matematizante e se traduz no espaço urbano pela exclusão de seus rituais, e de seus mistérios”*. E mais adiante citando F. Barré: *“(...) A cidade tinha um passado, uma história descentralizada, uma soma de experiências próprias, de práticas cotidianas. O bairro tinha ele próprio seus micro-lugares, suas aventuras, sua identidade. (...) Fanfarras, desfiles, procissões, bailes, quermesses, faziam da cidade um espaço coletivo apropriável, o bem de uma comunidade diversa”*. Já a metrópole, continua, é a negação da cidade. Naquela *“o que está em jogo é a liquidação do indivíduo autônomo, sua desindividualização na multidão da metrópole”*¹³[grifos no original].

Contudo, se por um lado, como nos diz Olgária Mattos, a cidade, pouco a pouco, foi perdendo o sentido de ‘espaço coletivo apropriável’, submetida a um tempo-espaço da fluidez de capitais, sons, notícias e imagens, tributário de uma revolução científico-tecnológica e nas comunicações, cuja mundialização não se faz sem arrasar com as particularidades dos lugares, seus universos culturais, seus símbolos e tudo que lhe era próprio. Por outro, esse processo corrosivo de todas as consistências, não ocorre sem que se depare com as forças inerciais próprias a todo esforço de resistência.

¹³ MATTOS, O. “A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças”. *Espaço & Debates*, n.07, 1983, p.45-52 (cit. p.47).

O que acreditamos constituir e nomeamos de ‘esforço de resistência’, frente ao caráter profundamente desigual, excludente e desumanizante desse processo unificador de valores, modos de vida e espaços, encontra-se no cerne mesmo do que levou nossas reflexões a partir do eixo *lugar-urbano-mundo*.

Posto que, o *lugar* é a expressão concreta da relação dialética entre o que Lefebvre chamou de *ordem próxima*, ou seja, o cadinho dos acontecimentos cotidianos que formam uma ‘história local’, e da *ordem distante*, isto é, as relações que permeiam de maneira mais ampla o conjunto da sociedade, dando significado a uma ‘história mundial’, é nesta instância que se pode melhor compreender os pequenos movimentos que privilegiam a heterogeneidade e apontam para uma primazia dos *valores de uso*, portanto, para possibilidade da *apropriação* como prática espacial.

Assim, toda exposição que se faz nesse trabalho, tem como proposta guia, a tentativa de inventariar/articular o máximo de elementos empíricos/teóricos representativos da permanência do *lugar*. Além dos usos “convencionais”, o elemento âncora é uma *TV de rua* e a utilização que faz do espaço. É, principalmente, a partir da sua presença neste, que fazemos a discussão do *uso* como efetivação da *apropriação* do espaço do *lugar*; da relativa manutenção de sua *identidade*; e deste, como possuidor de uma *centralidade* restituidora do encontro e da festa à cidade. Em outras palavras, a discussão da *centralidade* produzida no *lugar/bairro*, isto é, pela vivência cotidiana de seus habitantes, como possibilidade de ser pensada e, enquanto estratégia, restituída à realidade urbana como um todo.

Portanto, a compreensão de que “o *lugar* é a *porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o*

*bairro, é a praça, é a rua (...)*¹⁴ e que nele se impõe o mundo do vivido “(...) *é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos*”¹⁵, pois, os indivíduos vivem e produzem espaço, colocam-nos a necessidade de entendê-lo na multiplicidade das relações cotidianas que lhes confere um tempo e um ritmo particulares. Assim fazendo, estaremos buscando entender os conteúdos mundiais que se reproduzem no lugar, ao mesmo tempo assinalando as mudanças no espaço urbano como um todo.

Por conseguinte, no plano metodológico, o nosso espaço de estudo (o bairro do Morro da Conceição), é a revelação de um momento da produção e da reprodução do espaço urbano do Recife, no curso da qual a valorização dos seus espaços centrais, determina o deslocamento das populações pobres para os morros e periferias distantes. Como afirma Carlos, distinguindo forma e conteúdo dos espaços das elites, dos das camadas subalternas nas metrópoles: “*a densidade e a quantidade dos bairros pobres que pontuam a mancha urbana metropolitana (...) – revela o fato de que as formas de uso, mediadas pela propriedade privada da terra, restringem o acesso de parcela significativa da sociedade à metrópole*”¹⁶.

Portanto, contrapartida a evidenciar a face segregadora de toda produção capitalista da cidade, com seus tradicionais corolários de privação ou usufruto precário impostos a parcelas consideráveis de seus habitantes – dos direitos mais elementares (infra-estruturas de habitação, saneamento, transporte, educação, etc.) necessários à reprodução da existência.

¹⁴ CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.20.

¹⁵ op. cit., p.26.

¹⁶ op. cit., p.72.

Entretanto, e isto decorre do movimento anterior, o próprio processo de reprodução que se realiza segregando, torna-se o meio gerador de lutas pela apropriação de novos espaços da cidade. Apropriação que se dá com acento nas relações coletivas, portanto, baseadas no *uso* não reduzido à troca, acabam por produzir no tempo, uma identidade do/no *lugar*. A citação a seguir exprime bem o que queremos dizer: “*ao questionar a propriedade privada da terra que inibe o livre acesso à moradia, esses movimentos reavivam o uso sem reduzi-lo a um simples consumo do espaço e, nesse sentido, colocam acento nas relações entre as pessoas (...) com o lugar seja no que se refere à vizinhança e o imediato, ou com a região mais ampla ou mesmo com todas as dimensões do urbano. Constituem-se a partir de laços de solidariedade tendo na base o reconhecimento do ‘outro’, constituem uma identidade forjada e criada no plano da vida num determinado lugar da cidade – onde também se revela o sentido do ‘pertencer a um lugar e a um determinado grupo’*”¹⁷. [grifos nossos].

A partir do momento em que fomos travando contato com o espaço da vida cotidiana do Morro da Conceição, percebendo suas carências, conhecendo sua história, duas constatações se impuseram: a primeira, é que estávamos perante uma nítida situação de segregação espacial, que se materializa para qualquer população pobre, no dia a dia de dificuldades de toda ordem. A segunda, e um olhar atento na sua história não esconde, que as lutas ali vividas forjaram uma identidade comum entre seus moradores, uma vida de bairro.

Cabia-nos então, com os propósitos que tínhamos em mente, verificar o que realmente sobrevivia naquele espaço que justificasse falar na existência de uma *identidade*

¹⁷ *ibidem*.

do lugar, num tempo/espaço mundializado no qual essas realidades parecem caducar. Daí, porque recorrer aos processos comunicativos gerados por uma *TV de rua* no espaço do bairro, foi uma das mediações tentadas para entender as modalidades de *uso* que ainda permanecem, conferindo uma possível feição particular a esse bairro do Recife.

No limiar das questões centrais que devemos explicitar nos capítulos seguintes, estão aquelas que as permeiam de modo indireto. Outrossim, subordinadas e decorrentes do núcleo principal da investigação, nos perguntamos: em que termos, porções do espaço como o bairro, podem estabelecer novas bases às relações homem-lugar? Considerando a crescente homogeneização produzida pela mundialidade em constituição, inclusive, tendo por baluarte os modernos meios de comunicação, até que ponto essas mesmas tecnologias podem fortalecer valores e conteúdos do *lugar*? Até onde o *uso* é restituído ao *valor de uso* no espaço, quando uma *TV de rua* promove a apropriação da rua para o encontro e a festa? Isto produziu mudanças qualitativas na vida cotidiana dos moradores do lugar? Por fim, em que medida o cotidiano repetitivo do *lugar*, se presta à apreensão da diferença, como instância reveladora de conteúdos de rebeldias e insurgências, com as quais se possa pensar a cidade e o urbano como espaço da apropriação coletiva, do encontro e da festa, da realização humana em sua plenitude?

1.3 Na Primazia do Mundo, a Viabilidade do *Lugar*

Em que pese o recorte espacial do *lugar*, da sua pretendida sobrevivência enquanto espaço sensível de vivência de setores significativos da população na metrópole moderna, o movimento de ampliação das trocas e dos espaços de circulação à escala planetária, propiciada pela aceleração contemporânea, tem sido cada vez mais, um poderoso vetor a

incorporar todos os homens a uma história única, qual seja, a de um tempo/espaço hegemônicos que se define, por assim dizer, por uma sociedade mundializada.

Neste sentido, a evolução do capitalismo tem se dado na direção, ainda que não linear, de uma progressiva unificação espaço/tempo. Pelo lado do espaço, com o inexorável e crescente enfraquecimento dos laços *homem/lugar*. Pelo do tempo, através do binômio *simultaneidade/necessidades*, ou seja, comunicabilidade e imposição do consumo generalizado ao mundo inteiro. Como diz Santos, se durante muitos séculos a história do homem foi feita de ‘momentos divergentes’, a das gerações atuais é feita de ‘momentos convergentes’, onde a simultaneidade dos acontecimentos se impõe a todos lugares¹⁸.

Não obstante, esse distanciamento homem-lugar é um, entre tantos processos de separação (homem-natureza, campo-cidade, trabalho-lazer, obra-produto, etc.) promovidos pelo capitalismo, que no seu curso, estende as relações de troca ao espaço inteiro, constituindo a ‘sociedade global’ tal como hoje a conhecemos.

A introdução de uma divisão técnica, juntamente com uma divisão territorial do trabalho, facilitadas pela ampliação das redes de circulação, pela multiplicação das inovações técnicas e pela revolução nos meios de comunicação (surgimento das estradas de ferro, do telégrafo, telefone, automóvel, rádio, televisão, computador, etc.), são apenas alguns dos componentes do processo civilizatório capitalista, responsáveis pela aceleração tempo/espaço, característico do espaço globalizado e que resultou, tanto na extrema segregação quanto na funcionalização socioespacial¹⁹.

¹⁸ SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994, p.43.

¹⁹ Sobre esse longo processo histórico de como a constituição do espaço mundial vai impingindo os ‘conteúdos do mundo’ aos homens e aos lugares a revelia de seus interesses, cultura, identidade., cf.: ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996; CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo...*, op. cit.; AUGÉ, M. *Não-lugares*. São Paulo: Papirus, 1994. SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional...*, op. cit.; IANNI, O. *A sociedade global*. 2.ed. Rio de

Assim, é nos marcos de uma sociedade globalizada que tende a esvaziar os conteúdos sociais localizados e a homogeneizá-los como mero espaço de consumo, que se pretende discutir aqui o que sobrevive enquanto unidade da vida social no bairro do Morro da Conceição. Pois, se a reprodução da vida comunitária mais remota se fazia sob o impulso de laços de semelhanças fortemente estruturados no tempo do *lugar*, os bairros da atualidade sob poderosa pressão de tempos e conteúdos diversos e, não raro estranhos, buscam resistir à ameaça de diluição reelaborando sua identidade numa dialética permanente local/global.

Em outras palavras, o movimento produzido pelo conjunto dos agentes sociais no âmbito do *lugar*, garantindo a dialetização entre os conteúdos que lhes são próprios, e os conteúdos da mundialidade que nele vêm se realizar, acaba conferindo nova identidade aos habitantes e ao espaço do *lugar*. É neste sentido, inclusive, que os meios de comunicação e todo aparato eletrônico da atualidade (televisão, computador, telefone celular, etc.) assumem papel fundamental na discussão do *lugar, da cidade e do urbano*.

Ilustremos rapidamente com o exemplo da televisão no Brasil. Se no princípio de sua instalação no país, nos anos cinquenta e sessenta, dedicava parcela significativa de sua programação, ao registro de questões de interesse das populações locais e regionais, sua estruturação em redes nacionais a partir dos anos setenta, levou a uma redução expressiva desse 'olhar' local. Com uma produção centralizada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a tv brasileira vai impondo a perspectiva dessa parcela do espaço nacional a todo o país.

Janeiro: Civilização Brasileira, 1993; SOUZA, M. J. L. de. "O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política". *Revista Brasileira de Geografia*, n.51, 1989, p.139-172; MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. da. *A valorização do espaço*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987; LEFEBVRE, H. *La production de l'espace...*, op. cit., especialmente caps. 4 e 5; e o artigo "Barrio y vida de barrio". In: *De lo rural a lo urbano*. 4.ed. Barcelona: Edicions 62, 1978, p.195-203.

Caudatária de um modelo econômico que se sustenta no aumento da produção industrial e na expansão do modo de vida urbano, será veículo de um rápido e avassalador processo de integração de diferentes regiões, modos de ser e culturas do país ao consumo. Desaparecem assim, as emissões domésticas ao mesmo tempo que afrouxam-se seus valores.

Devemos lembrar que, embora a discussão sobre a constituição da mundialidade apóie necessariamente, qualquer iniciativa que pretenda diagnosticar as razões que geraram o enfraquecimento dos laços locais, todavia, as preocupações norteadoras deste trabalho não se detêm em analisar se o modo como essa mundialidade materializa-se no lugar, criando novas modalidades de *uso*, é capaz de produzir outras identidades espaciais. Nossas buscas, pelo contrário, partem dos *usos* já existentes no bairro, para explicar como estes, através de uma tecnologia de comunicação (a tv de rua), contribuem para reforçar os conteúdos de permanência e os vínculos dos habitantes com o *lugar*.

As primeiras pistas que temos, nos apontam que o desenvolvimento do trabalho de comunicação da TV VIVA, através da ocupação do espaço, promoveu *usos* que afirmam a vida do *lugar*. Não somente por meio do processo comunicativo, ele mesmo realizado no espaço. As próprias imagens oferecidas aos moradores nas exibições, privilegiam os conteúdos do *lugar*. Dessa forma, se as grandes redes pretendem a homogeneização, a TV VIVA valoriza a diferença. Se as redes trazendo consigo o 'mundo', fragilizam os liames identitários coletivamente construídos, a TV VIVA reitera-os a partir do estímulo ao encontro, a fala, a comunicação interpessoal no *lugar*.

Estamos certos assim, que do mesmo modo pelo qual o bairro do Morro da Conceição, só existe como resultado do processo de produção e de reprodução privada dos espaços urbanos metropolitanos (no caso Recife), particularmente nos termos em que se dá a urbanização nos países subdesenvolvidos – e esta obriga as classes subalternas a se

reproduzirem nas favelas e morros da cidade. O Morro existe por outro lado, como espaço da vida, pois, nessas áreas precárias, há também a riqueza da vida; as pessoas vivem, ao mesmo tempo, o cotidiano de opressões e carências e engendram concomitantemente movimentos de luta por melhores condições de existência. Forjam seus ambientes de sociabilidade e de encontro, seus espaços apropriados para a festa, para a troca de experiências e o desabafo das alegrias e dos rancores, e neles, quem sabe, gestam o novo.

Cabe lembrar ainda uma vez, que se estudamos a dimensão *lugar*, representando-o no estudo de um bairro, é porque acreditamos que a partir da valorização dessa dimensão espacial – expressão de contradições sociais mais amplas – abrem-se possibilidades estratégicas de se estender o que resta da vida de relações no espaço de uma forma mais abrangente.

No nosso espaço de estudo, por exemplo, a forma espacial que animava a fruição da cidade em tempos pretéritos, isto é, aquela que brotava de um ritmo de vida cujas práticas espaciais se baseavam no encontro para o diálogo e a festa – vivenciados nas ruas e praças, e ainda desvinculados de um compromisso com a *troca* – parece conservar-se, quer através de antigos como de novos *usos*, como a exemplo dos que foram promovidos pela TV VIVA, contribuindo assim, para uma relativa unidade do *lugar*.

Contudo, se acreditamos na hipótese de que no estágio atual de complexidade da vida urbana, o bairro possa manter uma certa unidade afirmadora da sua existência, não é para fazer uma apologia da paróquia, nem para elevá-lo a modelo de organização da vida urbana moderna, pois achamos tal como Lefebvre, que embora o bairro se apresente como unidade social necessária, ele não define a realidade social, estando subordinado a estruturas sociais mais amplas. Se no nível do espaço urbano é a dimensão sensível onde a vida dos habitantes toma forma e sentido, por outro, “*não é no bairro que se formam, nem se*

instituem os papéis sociais, as condutas, os comportamentos, nem mesmo quando utilizam este nível de acessibilidade para se impor”²⁰.

Com efeito, para que evitemos cair no que Lefebvre denuncia ser uma ‘ideologia do bairro’, ou seja, o tratamento deste como uma essência da vida urbana, o procedimento metodológico levado a efeito aqui, tem na cidade a totalidade considerada para tentar examinar o “grau de realidade” existente no bairro. Na perspectiva desse autor “*o único processo científico para chegar a ele, para defini-lo, determinando seus limites e grau de realidade, é aquele baseado na cidade como totalidade e não como conjunto de elementos ou coleção de aspectos (e em consequência da sociedade como um todo superior às formas, às estruturas, às funções) que engloba. Sejam quais forem as dificuldades teórico-metodológicas de acesso à totalidade e à globalidade, este processo é o único aceitável; é o único que impede a inadmissível redução do conjunto aos elementos*”²¹.

É com esta antevisão que começaremos o capítulo seguinte, procurando nas articulações entre a reprodução do espaço urbano do Recife e a ocupação dos morros que lhes são circunvizinhos, a manutenção ou ‘grau de realidade’ do *lugar* manifesto no bairro do Morro da Conceição. A discussão dos *usos* que sedimentaram sua identidade como bairro, como os da festa religiosa ou aqueles ligados ao cotidiano dos seus habitantes, compõe o núcleo principal dessa parte. Noutra seguimento virão o que nomeamos de novos *usos* ou *usos* fortalecidos. Aqueles investigados a partir do papel desempenhado pela TV VIVA na vida do *lugar* os quais julgamos reforçá-lo, quer diretamente através do espaço, quer por suas imagens.

²⁰ LEFEBVRE, H. “Barrio y vida de barrio”. In: *De lo rural a lo urbano...*, op. cit., p.199.

²¹ *ibidem*.

2. A REPRODUÇÃO DA CIDADE PRODUZ O LUGAR

Uma simples observação sobre a paisagem urbana do Recife, já nos faz suspeitar que os morros que contornam a cidade à semelhança de um anfiteatro, por assim dizer, precipitando-se sobre sua acanhada planície flúvio-marinha, devem guardar íntima relação com qualquer discussão que se queira levar a efeito sobre a expansão da cidade.

Quando mais não seja, por suas características físicas isoladamente: antiga sede de ecossistemas importantes como o da Mata Atlântica (hoje reduzido a pequenas manchas); apazibilidade climática, numa cidade de altas médias anuais de temperatura e umidade; ou ainda, como área de proteção de mananciais usados no abastecimento d'água da população. Mas, sobretudo, pela maneira como foram sendo integrados ao espaço da cidade.

Porém, aqui, as suspeitas que um simples olhar lançado à paisagem levantam, não podem dirimir-se sem que passemos em revista os conteúdos que lhe deram forma. Pois, se a paisagem que se descortina aos nossos olhos, compreende vários momentos da produção do espaço, ela se nos apresenta como “(...) *manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato*”²².

Sendo assim, se o conjunto de relações que o homem desenvolve cotidianamente para se reproduzir, dando movimento e engendrando a paisagem, pode ser percebido através dela, entretanto, só o exame dos mecanismos que propiciam a reprodução dessas relações, à luz de sua materialização em um espaço concreto, permite ultrapassá-la para além do visível, do aparente.

²² CARLOS, A. F. A. *A (Re)produção do espaço urbano...*, op. cit., p.44. Cf. cap.1 desta mesma obra sobre a questão da paisagem urbana e GOMES, E. T. A. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/USP., especialmente (parte I) caps. 1, 2 e 3.

Assim, a etapa da observação, importante em um determinado momento, dá lugar à investigação dos entrelaçamentos entre as determinações do presente com aquelas herdadas do passado, com a expectativa de que possam explicar a forma como o espaço foi produzido. A partir daí, se entenderá que se existe hoje o *lugar* Morro da Conceição, é porque antes já foram dados usos produtivos ao espaço da cidade, os quais necessariamente exigindo seu recorte em parcelas, determinaram um conteúdo de reprodução socioespacial desigual. Vale dizer, diferenciada segundo a classe social disponha de maior ou menor renda. Para a primeira, o conforto na planície, para a segunda, a precariedade dos morros.

Com este preâmbulo queremos afirmar, portanto, que é à luz do processo de reprodução do espaço urbano do Recife – particularmente a partir do período em que esta passa por transformações, que se ligam ao movimento mais amplo de urbanização acelerada, ocorrido no Brasil após os anos cinquenta – que a ocupação dos morros adquire sentido. Da mesma forma o que acreditamos ser a elaboração e a manutenção da vida de bairro em uma de suas parcelas, no caso o Morro da Conceição.

Se a cidade é o resultado da produção social de seus habitantes, em um jogo de interações que envolve relações imediatas desenvolvidas em seu seio e, relações mais amplas com o conjunto da sociedade em um determinado tempo histórico, toda transformação nas bases em que esta se sustenta, projeta-se em mudanças na forma de produzi-la.

Com efeito, foi com o desenvolvimento das forças produtivas, tendo como perspectiva o modo de produção capitalista, que a cidade foi convertida no *locus* principal da produção e da reprodução das relações econômicas, políticas, culturais, ideológicas e jurídicas, onde a subordinação dos interesses da coletividade aos do capital, irão permitir a reprodução homogênea/desigual do sistema como um todo. A partir deste instante, as

mudanças que se operam no sistema, condicionam de maneira cada vez mais permanente a produção do espaço urbano.

A universalização das trocas, que se acentuou de uma forma extremamente rápida nas últimas décadas, com a redução das distâncias e a eliminação das barreiras espaciais, conseguidas com os avanços nos transportes e nas comunicações, incorpora parcela sempre crescente da sociedade à divisão internacional do trabalho, aumentando inexoravelmente o grau de interdependência entre os povos e aprofundando a natureza mundializada do espaço. Ou seja, a reprodução ampliada do capital, progressivamente, passa a envolver simultaneamente todos os níveis espaciais: o local, o nacional, o continental, o mundial. Nas palavras de Carlos²³ “*o processo de globalização cria a unificação do espaço mundial onde a organização se produz a partir de uma hierarquia de Estados que vão do centro à periferia a partir de relações de dominação-subordinação que tem como elemento de articulação o mercado mundial*”.

Neste sentido, o urbano não se reduz ao espaço da cidade. Em um mundo globalizado no qual todas as coisas e pessoas se encontram de alguma forma interligadas, o urbano não se comprime nos seus limites. Lugar privilegiado de apreensão e de materialização do fenômeno urbano, este a transborda, no entanto, e enquanto modo de vida, e, pelo menos, enquanto tendência, estende-se à sociedade inteira.

Não obstante, se por um lado, a discussão da sociedade urbana extrapola a cidade, por outro, é nesta, que o espaço urbano se manifesta em sua forma material concreta. Temos então, a inseparabilidade entre um e outro: a reprodução do espaço urbano que tem a cidade como sede da concentração (de homens, capitais, unidades fabris, mercados), produção e

²³ CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo...*, op cit., p.42.

circulação de mercadorias e o urbano como condição de reprodução da sociedade em todas as suas dimensões.

Lugar em que convivem, ao mesmo tempo, o aparato do sistema produtivo e o mosaico de relações reprodutor da vida, não obstante a força cooptante do primeiro sobre o segundo, não conseguirá reduzir a cidade a mero espaço de produção e consumo. Em outras palavras, a trajetória avassaladora do capital não elimina as contradições de um processo no qual conflituam, de um lado, os interesses da sociedade pela fruição e a apropriação coletiva da cidade, que só é possível na primazia do *uso e do valor de uso*. E de outro, os interesses do capital que a tudo quer coagir, mediar e absorver a relações de equivalência *uso/troca* no e através do mercado. Como escreve Carlos²⁴ “*o uso não se dará sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo; enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena*”.

A cidade revela então, por meio dos *usos* que lhes são dados, toda a complexidade e contradição produzidas nos confrontos travados em seu seio pelos diversos atores. A luta pelos espaços dedicados à moradia, por exemplo, é uma dessas manifestações em que os *usos* diferenciam-se, quanto à localização e o acesso às infra-estruturas de consumo coletivo, segundo as classes e suas frações.

No caso do Recife, essa luta se dará em conformidade com os *usos* conferidos aos espaços planos da cidade em certos momentos: em um primeiro, o baixo incremento populacional, somado a uma atividade econômica frágil, resultado de uma urbanização

²⁴ CARLOS, A. F. A. *A (Re)produção do espaço urbano...*, op. cit., p.51

ainda tênue, permitem a convivência relativamente pacífica entre as camadas de maior e menor renda nesta porção do espaço. A situação é alterada quando no período de maior crescimento da cidade, a ampliação significativa do aparato produtivo – consequência de sua inserção no processo de urbanização mais amplo, – assim como, o aumento das correntes migratórias e o crescimento natural da população elevam a pressão sobre o valor da terra, privilegiando o *uso* privado em detrimento do coletivo.

Com isso, crescem os interesses do capital imobiliário, na mesma proporção que os conflitos entre os vários segmentos da sociedade pela apropriação dos espaços da cidade vão sendo determinados a partir de *usos* vinculados à propriedade privada. Expressão deste processo, a segregação econômica vira também espelho da segregação espacial: de um lado, as restrições que se impõem aos pobres, da habitação precária à insuficiência de equipamentos e serviços de uso coletivo, nos morros e periferias mais distantes, onde vão se concentrar em sua maior parte. De outro, o consumo conspícuo, a diversidade de lazer, o conforto dos espaços equipados da planície para os segmentos privilegiados, embora freqüentemente a mistura de ambos produza uma paisagem de contrastes.

Espaço da coexistência, da pluralidade e da simultaneidade de acontecimentos produzidos em diferentes temporalidades, a cidade agigantada pelo processo de reprodução de natureza desigual e contraditória formador da metrópole, vê exacerbar-se em seu solo, um forte e perverso conflito de usos, segundo os interesses e embates entre os segmentos da sociedade.

Aquele relacionado à reprodução do capital, implicando a produção de coisas no e através do espaço da cidade. E aquele que os homens necessitam para reproduzir a vida. Ambos igualmente permeados pelos mecanismos de controle do capital expressos na alienação cotidiana – pois os vários tipos de consumo realizados coletiva e/ou

individualmente, inclusive os de natureza espacial, se fazem em consonância com a posição que cada um ocupa no sistema produtivo e, portanto, com a parcela de riqueza que é apropriada por cada segmento social – entretanto, também repletos de possibilidades de ampliar *usos* não reduzidos à *troca* e capazes de gerar o diferente, o novo.

É dessa forma que o espaço urbano vai se produzindo: homogeneizado, e como tal, incorporado, assim como as relações sociais, os homens, as culturas aos *valores de troca*, à mediação do dinheiro com a finalidade do lucro, inimigos da espontaneidade e redutor das diferenças; fragmentado e, desse modo, mercadoria negociada em parcelas; enfim, hierarquizado, expressão da segregação social de classe, entre os lugares da vivência confortável, e aqueles da sobrevivência precária, não poucas vezes inabitáveis.

Não obstante, da produção e reprodução do capital e da força de trabalho, mas também da vida. Da homogeneidade dos caminhos funcionalizados da circulação de coisas/mercadorias, mas igualmente da persistência da diferença latente ou manifesta na produção dos lugares. Do cotidiano que se repete exaustivamente nos gestos mecanizados, geradores de inércia e da monotonia da vida à repetição irredutível que guarda surpresas, contém resíduos de manutenção da diferença e criador de outras diferenças. Espaço/lugar, em suma, de não-encontro, de não-comunicação, *espaço dominado*; do mesmo modo, espaço de luta e de resistência, de encontro e de festa, *espaço apropriado*.

Vejamos no item seguinte, como os *usos* divergentes do espaço da cidade, em seu processo de constituição metropolitana reproduz-se no *lugar*, produzindo-o.

2.1 Da Planície ‘Sem Chão’ ao Espaço do Morro

A produção sócioespacial do Recife revela, como comprovam inúmeros documentos²⁵, uma luta, por assim dizer, desesperada dos seus habitantes pelo quinhão pouco generoso de terra firme de que dispõe, em contraposição à prodigalidade das águas que cortam seu território.

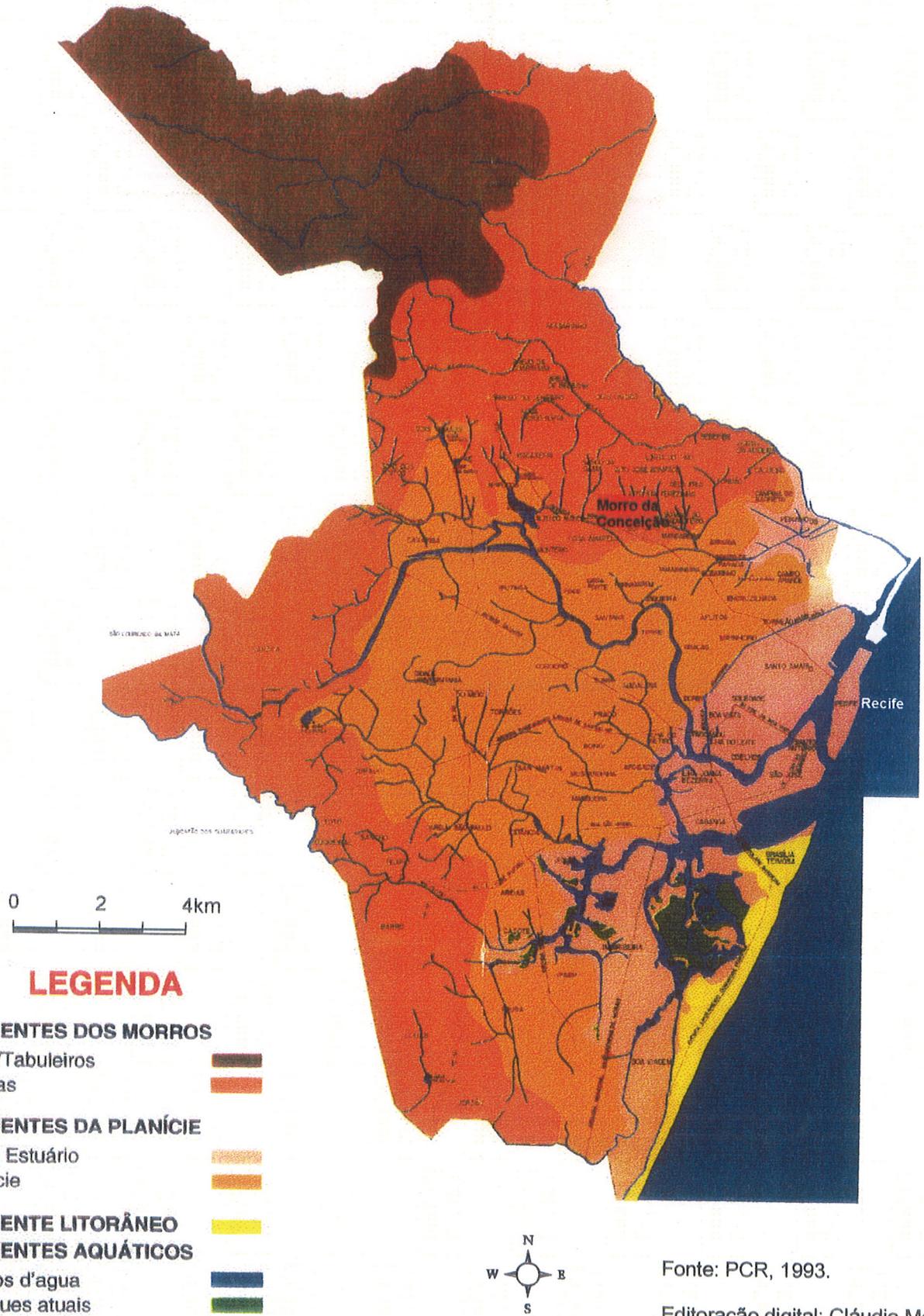
A cidade que se foi formando partindo do litoral, pode ser sumariamente caracterizada em seu meio físico, conforme as duas unidades ambientais predominantes em sua paisagem: uma que corresponde aos morros, que perfazem cerca de 30% de seus 218 km² e a outra que é a planície (Figura 1).

A porção plana, uma baía entulhada a partir da acumulação de sedimentos trazidos pelos rios Capibaribe e Beberibe a oeste, a sul pelos rios Jordão e Tejipió e por sedimentos de origem marinha a leste, originou uma planície flúvio-marinha entrecortada por ilhas,

²⁵ A bibliografia sobre a formação social do Recife de uma maneira geral é vasta. Citamos aqui, apenas alguns títulos que utilizamos na elaboração deste item. Particularmente, aqueles que ressaltam os conflitos pela apropriação dos seus espaços alagadas e os de terra firme, que se desdobram em tempos mais recentes, na incorporação dos morros ao espaço urbano da cidade. BERNARDES, D. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1996; BITOUN, J. “Recife, uma interpretação geográfica”. In: *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p.27-45; LIRA, J. T. C. de. “A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome. Recife, década de 1930”. *Espaço & Debates*, n.37, 1994, p.47-60; MAIOR, M. S. & SILVA, L. D. (orgs.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. V. 2. Recife: Fundaj/Massangana, 1992; ALMEIDA SOUZA, M. A. de. *Assentamentos populares do Recife: cadastro e mapeamento*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, 1990; MOURA, A. S. de. *Terra de mangue: invasões urbanas no Recife*. Recife: Fundaj/Massangana, 1990; FALCÃO NETO, J. de A. & ALMEIDA SOUZA, M. A. de. “O direito de morar”. *Ciência Hoje*, v. 3, n.18, 1985, p.74-80; MELO, M. A. B. C. de. “A cidade dos mocambos: Estado, habitação e luta de classes no Recife (1920-1960)”. *Espaço & Debates*, n.14, 1985, p.45-52; FREYRE, G. *Sobrados e mocambos*. 6.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981; ANDRADE, M. C. de. *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1979; MELO, M. L. de. *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*. Recife: CFCH/DCG/UFPE, 1978; BEZERRA, D. U. C. *Alagados mocambos e mocambeiros*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1965; CASTRO, J. de. *Documentário do Nordeste*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

Figura 1

Unidades Ambientais do Recife



Fonte: PCR, 1993.

Editoração digital: Cláudio Martins

camboas, manguezais e alagados, que não apenas atestam a supremacia das águas ante a terra firme, como se somam aos mecanismos sociais (econômicos, jurídicos, políticos) na explicação da dinâmica de valorização e de apropriação dos espaços da cidade no decorrer do tempo. A ‘criação’ do próprio chão, através de sucessivos aterros, é sintoma até os dias de hoje, tanto da especulação e da ganância dos agentes imobiliários, quanto da imponderável escassez de terra na cidade.

Vale dizer que quando insistimos em ressaltar a questão da luta contra as águas no processo de ocupação do solo da cidade do Recife, não é para fazer o discurso apologético, romântico, que destaca o pitoresco, para em seguida esconder a força do conteúdo social que anima, sobretudo nas décadas de intensa urbanização, o movimento água-terra sob o qual se tecem os embates entre os vários segmentos produtores da cidade.

Malgrado não se possa negar toda beleza e poesia que, de fato, a sinuosidade das águas confere à paisagem da cidade – fonte de inspiração para tantos viajantes, poetas e escritores ao retratá-la, – os discursos que pretendam realçar a existência de uma suposta “Veneza Brasileira”, correm sempre o risco de esconder a história social existente por trás dessas águas, como por exemplo, a progressiva apropriação pelo capital de uma fonte importante de sobrevivência para as parcelas alijadas do mercado formal de trabalho, como se verá adiante.

Pela habilidade em construir o discurso poético sem descurar-se do conteúdo social, transcrevemos o seguinte trecho de Castro: *“cidade construída numa planície encharcada, formada de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e pauis, envolvidos e salpicados por manchas d’água por todos os lados, é impossível captar-se a expressão de seu rosto, do nível do solo ou do mar. Acercamo-nos da cidade e caminhamos por sobre os bancos de solo ainda mal consolidados – mistura incerta de água e terra – onde ela assenta, como se*

estivéssemos perdidos nas brumas de um mistério, apenas pressentindo uma expressão que não conseguimos apanhar em sua plenitude. (...) Os mangues invadindo as terras, as águas dos rios entrando pelos quintais das casas, as línguas de terras penetrando mar a dentro, os mocambos se infiltrando por dentro dos mangues e da lama dos rios, numa desordem assustadora”²⁶.

De outro lado, ou melhor, contornando a planície, temos os morros que o processo de metropolização, expandindo o uso privado do solo nos últimos quarenta anos, agregou ao espaço urbano.

Esses ambientes, que a rigor avançam para além dos limites territoriais do Recife, estendem-se a norte, a oeste e a sudoeste do município e, de uma maneira geral, se caracterizam-se nas proximidades da planície por colinas arredondadas, com altitudes entre 30 e 50 metros; à medida que se alcança seus prolongamentos em topos cada vez mais planos nos tabuleiros e chãs a oeste e no extremo noroeste da cidade, porém, as cotas superam 100 metros de altitude.

Os depósitos sedimentares areno-argilosos de origem fluvial da Formação Guararapes, pertencentes ao Grupo Barreiras, constituem a unidade geomorfológica mais significativa a recobri-los. Já a drenagem, é realizada pelos afluentes dos rios Capibaribe e Beberibe nos morros da zona norte e nos da zona oeste e sul pelo Tejipló e Jordão. Por sua vez, a antiga cobertura vegetal de Mata Atlântica deu lugar a uma paisagem de cimento, tijolos e concreto das casas, ruas, ladeiras, escadarias etc., restando esparsamente apenas, fruteiras e plantas decorativas.

²⁶ CASTRO, J. de. “A perspectiva ideal de uma cidade”. In: *Documentário do Nordeste...*, op.cit., p.155-156.

Perfazendo cerca de 66 Km² do espaço total da cidade, aproximadamente a metade desta área encontra-se com seus topos e encostas habitados por uma população de mais de 430.000 (1996) pessoas, ou pouco mais de 30% dos 1,3 milhão de habitantes da cidade²⁷.

Predominantemente composta por segmentos de baixo poder aquisitivo, parte deles aí se instalou em sucessivos processos migratórios, refletindo as profundas transformações ocorridas na estrutura socioeconômica do campo e da cidade brasileiros após a Segunda Guerra Mundial. Parte tem origem em diversos pontos da cidade, e resulta do deslocamento interno da população face aos mecanismos de valorização do espaço com a expansão urbana verificada, sobretudo, entre as décadas de cinquenta e oitenta. Ambos se combinando em uma mesma dinâmica: a da urbanização que se dá sob as oscilações do mercado de terras numa sociedade capitalista.

Embora de uma maneira geral, a ocupação desses espaços venha se dando de forma “desordenada”, pode-se distinguir duas zonas de morro, segundo o modelo histórico de ocupação: a primeira, formada pelos topos e encostas da zona norte/noroeste densamente habitados, onde se situa nossa área de pesquisa. Caracteriza-se pela ocupação informal decorrente da busca de espaços livres pelas camadas populares, em que a ausência de planejamento urbano e de legalidade da posse da terra, são traços marcantes, além de palco para inúmeras batalhas por parte dessas camadas, para deles apropriar-se. O Morro da Conceição, por exemplo, inclui-se neste amplo perímetro que originou e transformou o

²⁷ Todas as informações referentes a esta sumária descrição física das áreas de planície e de morros foram retiradas dos seguintes documentos: PREFEITURA da Cidade do Recife/Empresa de Urbanização do Recife-URB. *Relatório morros*, 1996; PREFEITURA da Cidade do Recife/Empresa de Urbanização do Recife-URB. *Mapeamento de risco das encostas ocupadas do Recife*. GUSMÃO Engenheiros Associados Ltda, 1993; EMPRESA de Urbanização do Recife-URB/Equipe de Estudos Geotécnicos. *Estudos dos problemas geotécnicos dos morros da cidade do Recife*. URB/ATEPE/LSI/UFPE, 1987.

movimento *Terra de Ninguém*, em uma das mais conhecidas lutas de ocupação dessas áreas, por gente de vários pontos da cidade e do interior.

A segunda, caracteriza-se pela ocupação formal através de planejamento estatal. Neste modelo, os conjuntos habitacionais tipo COHAB, formam o principal tipo de uso promovido pelo Estado para topos de morros das zonas sul e oeste da cidade, o que não impediu, no entanto, que nas encostas que entornam esses conjuntos, se instalassem ocupações informais e proliferasse a autoconstrução tal como na zona norte. O quadro abaixo, elaborado a partir de um levantamento da Prefeitura do Recife, nos orienta melhor a respeito da ocupação dessas três porções de morros da cidade.

QUADRO 1

FORMAS DE OCUPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR ÁREA DE MORRO DO RECIFE – 1993

	ZONA NORTE	ZONA OESTE	ZONA SUL
FORMAS E PERÍODO DE OCUPAÇÃO.	Espontânea, autoconstrução e sem planejamento urbano. Ocupação iniciada a partir dos anos quarenta.	Induzida através de conjuntos habitacionais construídos no final da década de setenta. Encostas com ocupação espontânea recente baseada na autoconstrução.	Induzida através de planejamento urbano que constrói conjuntos habitacionais nos topos planos no início dos anos setenta. Encostas com ocupação espontânea baseada em autoconstrução.
POPULAÇÃO	280.000 hab.	8.000	92.000 hab.
ÁREA OCUPADA	1850 ha.	425 ha.	1025 ha.
DENSID. MÉDIA	150 hab./ha.	50 hab./ha.	90 hab/ha.

FONTE: adaptado do doc. *Mapeamento de Risco das Encostas Ocupadas do Recife...*, op. cit., p.11. (cf. nota 27).

Como se pode observar no quadro, embora todos os morros do Recife já se encontrem ocupados para fins habitacionais, em geral pela população de baixa renda, em termos comparativos, são os da zona Norte, que apresentam a maior população absoluta e as mais altas densidades médias em relação à área. São também os morros da zona norte

que concentram a maior parcela da população pobre da cidade, bem como, historicamente precede os demais morros na luta por espaço, e onde seus habitantes dão os primeiros testemunhos da crescente segregação experimentada com o processo de expansão da cidade.

Assim, uma combinação de mar, rios, mangues e morros compõe a paisagem da cidade, cujas relações sociais de apropriação ao longo do tempo, se por um lado, – sendo produto de uma sociedade organizada em classes – refletem desde muito cedo, as contradições desta mesma sociedade, resultando em uma cidade profundamente desigual, cenário síntese da oposição entre riqueza e miséria, gerada em um processo de metropolização capitalista. Por outro lado, neste espaço em que a natureza quer reinar soberana, a tudo inundando com suas águas, pouco a pouco será vencida pela teimosia de ‘nobres’ e ‘plebeus’ que aí travaram embates e produziram espaços.

Dessa forma, o produto destes embates é que definiram os contornos e a natureza da reprodução social nas áreas planas e nos morros da cidade. Nestes últimos, a consciência de se encontrar em espaços de muitas restrições – em que a mínima conquista se deveu a anos de luta cotidiana, diferentemente das partes privilegiadas da cidade – não impediu, ou antes reforçou em seus habitantes, habilidades para a recriação da centralidade, dos espaços do encontro, da solidariedade, da festa, da cultura, das associações por causas coletivas, da comunicação, da revalorização dos *valores de uso* frente aos *valores de troca*. Em outras palavras, a reprodução segregada nos morros transforma-se não só em lugar do residir, mas também da possibilidade de construir identidades e manter a vida, e o sentido de pertencer à cidade.

Com efeito, os conflitos entre os diversos segmentos da sociedade pelo direito ao *habitat* e ao *habitar*²⁸, constituem um traço marcante no processo de expansão e de apropriação do espaço urbano do Recife. A valorização lenta do espaço da cidade, que durante muito tempo, permitiu a convivência amistosa entre os segmentos populares produtores do próprio chão nos mangues e alagados, e os ocupantes endinheirados das terras firmes, cede lugar a uma vinculação conflituosa mais intensa à medida que se intensifica o processo de urbanização e, com ele, a pressão sobre terras tão escassas.

Os exemplos na literatura sobre a formação da cidade, que se aprofundam no tratamento desses conflitos, são muitos, porém, não cabe aqui determo-nos neles. Nossa ênfase nessa parte, objetiva unicamente, realçar aspectos que levem à compreensão da transferência dos moradores pobres dos alagados para os morros.

Tome-se como exemplo, a crise proveniente das transformações que se operaram na produção açucareira nordestina no final do século passado, com a passagem da produção artesanal dos engenhos banguês, para a produção industrial moderna dos engenhos centrais primeiro, e depois com a usina, somada ainda à concorrência da produção estrangeira, que rebaixou a participação dessa região no mercado internacional; o fim oficial do trabalho escravo, além de uma estrutura fundiária secularmente marcada pelo latifúndio, genericamente, são fatores que aumentaram significativamente os fluxos migratórios para a

²⁸ LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991, p.16 e ss. Nestas páginas o autor diferencia os dois conceitos. O *Habitar* envolve a produção e a apropriação da cidade e da realidade urbana pelos cidadãos, em sua totalidade a partir da primazia dos *valores de uso*. O *habitar*, designa portanto, uma realidade urbana que ainda não se desumanizou, transformada em mercadoria, absorvida pela *troca*. O *habitat*, produto da cidade tornada espaço de consumo, fragmentada e negociada em pedaços, expressa a funcionalização dos indivíduos e das atividades necessárias à existência as quais, passam a subordinar-se às exigências da reprodução do capital. Refletindo-se na descentralização da cidade e na moradia em bairros e periferias distantes, o indivíduo aqui, já não encontra o sentido da cidade como obra de sua participação na vida social coletiva. No Brasil os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB nas últimas décadas, são exemplos de planejamento urbano representativo desse processo.

cidade. Estes fluxos, que quase sempre implicam na proletarização dos trabalhadores rurais, ganham visibilidade inicial na ocupação dos mangues e alagados da cidade, constituindo-se num dos principais componentes da pressão sobre o valor da terra verificado com a urbanização.

Há por conseguinte, uma estreita correlação entre mudanças no sistema produtivo açucareiro e o aumento dos mocambos. E se por algum tempo, as levas de migrantes foram toleradas nas áreas encharcadas pelas águas e aí se reproduziram lado a lado com o chão enxuto dos sobrados, é porque a disputa pelo solo urbano ainda se fazia relativamente pequena. *“Por razões diversas, áreas próximas ao núcleo mais valorizado foram ocupadas pelas levas de migrantes rurais que, de início, através de um processo de ocupação individual, aí se estabeleceram, quando o custo do solo urbano fazia com que os proprietários ou administradores de tais áreas vissem até favoravelmente tal ocupação e dela tirassem proveito através da cobrança do foro aos que nela construíam suas barracas e mocambos”*²⁹.

Designação que incorpora as várias formas de habitação das camadas pobres do Recife, o mocambo cresce em número e em extensão nos alagados, à medida que a cidade vai se urbanizando à luz de um modelo econômico que impede o acesso de todos às suas melhores partes. Não obstante, acomodando-se dentro do tecido urbano à mercê dos mecanismos de valor, os pobres ficaram nos alagados até que a expansão urbana incorporasse-os à troca, à negociação no mercado de terras. Como diz Singer *“a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o*

²⁹ BERNARDES, D. *Recife: o caranguejo e o viaduto...*, op. cit., p.135.

funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos". Dessa forma, parcelas inteiras da população não têm como pagar um pedaço do solo urbano. Estas, continua "(...) *acabam morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc... Quando os direitos de propriedade se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados (...)*"³⁰.

Um dos estudos sobre a problemática dos mocambos do Recife realizado nos anos sessenta, embora utilize uma abordagem conservadora, atesta o conteúdo da citação acima quando afirma que "*a preferência da classe desfavorecida pelos alagados e adjacências é perfeitamente natural e sempre foi assim. No Recife colonial e holandês, os mocambos já pontilhavam a área alagadiça. (...) Esta vasta zona ficou muito tempo sem interesse comercial ou industrial para a classe privilegiada. Somente muito depois, quando a cidade se foi desenvolvendo e a área sólida diminuindo, é que ela lançou os seus olhos gulosos sobre a lama dos mangues. Começou então a expulsar os caranguejos, os siris e os mocambeiros (...)*"³¹[grifos nossos]. Duvidamos que tenha havido "preferência" ou "naturalidade" na escolha das classes desfavorecidas pelos mangues e alagados. Todavia, o texto é ilustrativo de como a apropriação do espaço da cidade vai acontecendo de forma segregada sob o domínio da propriedade privada.

Assim, se hoje a cidade possui mais de 600 favelas, abrigando mais de 50% de sua população, em 1913 levantamento do Departamento de Saúde do Estado já contabilizava

³⁰ SINGER, P. "O uso do solo urbano na economia capitalista". In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p.21-36 (cit., p.33-34).

³¹ BEZERRA, D. U. C. *Alagados mocambos e mocambeiros...*, op. cit., p.33-34.

quase 20 mil mocambos no Recife, representando 43% de seus habitantes residindo na lama dos manguezais. Já em plena fase de conquista dos terrenos alagados através de aterros pelo capital imobiliário, e do conseqüente acirramento das disputas entre mocambeiros e especuladores, novo recenseamento de 1939 apontava que os mocambos representavam 67% das habitações da cidade. A despeito das políticas de erradicação implantadas pelo Estado no final da década de trinta, o número de mocambos atingiu 90 mil e 60% das residências da cidade em 1960³².

É dessa existência em meio à lama dos manguezais, destino dos pobres até a primeira metade deste século, que Josué de Castro nos oferece a tão bela quanto dramática narrativa: *“no mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu... . No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré... . O mangue é um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo... . Se a terra foi feita pro homem, com tudo para bem servi-lo, também o mangue foi feito especialmente pro caranguejo. Tudo aí, é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela... . Por outro lado o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambar os seus cascos... . E com sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos... . Cada elemento da família marcha dentro desse ciclo até o fim, até o dia de sua morte. Nesse dia os vizinhos piedosos levarão aquela lama que deixou de viver,... pro cemitério de Santo Amaro, onde ela seguirá as etapas do verme e da flor. Etapas demasiado poéticas, cheias de uma poesia que o mangue não comportaria. Parte-se aparentemente nesse dia, o ciclo do caranguejo, mas os parentes que ficam, derramam*

³² Os dados apresentados neste parágrafo encontram-se no artigo de J. de A. F. Neto. “O direito de morar”..., op. cit., p.76-77.

*caridosos as suas lágrimas no mangue para alimentar a lama que alimenta o ciclo do caranguejo*³³.

Se na lama do manguezal durante muito tempo, os pobres nativos e os migrados do interior, encontraram o lugar da cidade para residir, produzir e reproduzir o espaço cotidiano do infortúnio, mas igualmente o das glórias possíveis, aí não poderão permanecer – salvo nos casos em que consigam desenvolver lutas coletivas de resistência – quando confrontados às ambições do capital por mais espaço.

Que novos complicadores vão ser acrescentados à paisagem urbana recifense nos últimos cinquenta anos, e impelir os segmentos de baixa renda para a periferia da cidade, além dos já referidos? Com efeito, os nexos produzidos pelo rápido processo de urbanização ocorrido a partir da década de cinquenta, particularmente na vertente que esta assume em nações subdesenvolvidas como o Brasil, têm seus desdobramentos na expansão desmesurada do tecido urbano das cidades brasileiras.

De fato, a partir da década de cinquenta, o Brasil passará por um intenso processo de expansão econômica. Tal processo, que caracteriza um novo ciclo da inserção do país na Divisão Internacional do Trabalho, marcando a passagem de uma sociedade fundamentalmente rural e agrário-exportadora, para outra fortemente apoiada na economia urbana de crescimento da indústria, do comércio e dos serviços, irá produzir profundas transformações na paisagem de suas cidades.

Inicia-se nesse período, por exemplo, o processo intensificado nas décadas seguintes, de multiplicação dos aglomerados urbanos objetos das migrações campo-cidade, que acabaram resultando na formação das grandes conurbações metropolitanas da atualidade.

³³ CASTRO, J. de. “O ciclo do caranguejo”. In: *Documentário do Nordeste...*, op. cit., p.26-28.

Processo de expansão industrial, de urbanização e de metropolização que ocorre nos marcos de uma acumulação capitalista que persegue a unificação do espaço nacional segundo as regras do mercado, ampliando os laços de dependência ao capital transnacional e, para tanto, elegendo mecanismos brutais de concentração e de transferência de renda entre espaços e classes sociais, espoliação e pauperização dos trabalhadores, para estes últimos vão configurar a piora generalizada das condições de vida e no tocante à habitação, em sua crescente periferização.

De modo que, se nas primeiras décadas deste século, a questão da moradia popular era remediada pelas vilas operárias bancadas pelo empresariado industrial nascente, a fase da internacionalização econômica deixará sua solução, cada vez mais, a cargo das regras impostas pelo mercado imobiliário. *“Como acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos dos interesses imobiliários”*³⁴.

Nos casos do preço da terra e das infra-estruturas de serviço, intimamente vinculados aos investimentos feitos pelo Estado em cada porção do espaço, portanto, condicionante poderoso do *valor* no/do espaço, são elementos chave, na explicação da configuração invariavelmente segregadora encontrada nas metrópoles brasileiras, particularmente para os segmentos de pouca renda.³⁵

Tal como em outras partes do país, no Recife, a expansão urbano-industrial desigual e concentrada, ao acentuar o caráter privado da produção do espaço da cidade nas últimas décadas, levará ao agravamento ainda maior do quadro de miséria já vivido por setores da população: antes excluídos dos benefícios fornecidos pela economia agrário-exportadora, agora igualmente não absorvidos por sua economia urbana formal.

³⁴ KOWARIC, L. *A espoliação urbana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p.35.

³⁵ op. cit., p.61.

Quanto à intensificação das migrações para Recife produzidas por essa urbanização acelerada, viriam apenas confirmar o processo, já iniciado algumas décadas antes, de acirramento das disputas pelas terras escassas da cidade. A população urbana que na década de trinta era de cerca de 30%, nos anos setenta soma, 70%. Em grande parte não absorvida pelas atividades do setor produtivo, este excedente de força de trabalho copiosamente ampliado pela urbanização, inicia um caminho lento, ainda em andamento, cheio de ardis de resistência, porém sem volta, de periferização em que vai sendo apartada dos mangues e alagados para localizar-se nos morros até transbordar-se em territórios de municípios vizinhos.

Com efeito, os sinais dessa segregação foram sendo gestados em vários momentos do processo de urbanização do Recife. Para citar apenas um, que além de ter exercido forte impacto sobre a vida das populações mocambeiras, cristaliza um momento de engajamento explícito do Estado num 'ativismo' segregador que influencia decisivamente na estruturação recente da cidade, temos a criação em 1939 da Liga Social Contra o Mocambo. O principal objetivo desta *"instituição de caráter humanitário, destinada a promover a extinção desse tipo de moradia e a incentivar a construção de casas populares dotadas de condições higiênicas e de fácil aquisição"*³⁶, mais tarde transformada em Serviço Social contra o Mocambo, será a total erradicação desse tipo de habitação dos moradores pobres. Para Bezerra *"(...) sente-se que a própria expressão 'Contra o Mocambo', refletiu ainda, a ira e o desprezo que a classe privilegiada tinha pelo fenômeno no seu aspecto físico. Não um desprezo preconcebido. Não um ódio explosivo. Porém um ressentimento instintivo, tradicional, atávico e muito de estético"*³⁷.

³⁶ PERNAMBUCO *apud*. J. T. C. de Lira..., *op. cit.*, p.57.

³⁷ BEZERRA, D. U. C. , *op. cit.*, p. 44.

Assim, aqui já se pode vislumbrar – com a transferência compulsória de elevado contingente da população dos mangues e alagados, através de ações coordenadas pelo Estado, juntamente com a consolidação de um cuidadoso discurso antemocambo – o avanço da apropriação pelas classes privilegiadas, das melhores localizações da cidade.

Todo o esforço de eliminação material do mocambo, bem como, todas as estratégias ideológicas de sua desmoralização pela associação à insalubridade, feiura, enfim toda iniciativa de criar o ‘pudor do mocambo’, etc., refletiu-se no intenso deslocamento dos mocambeiros no interior da cidade em busca de novos espaços de moradia.

Dessa forma, a lama tornada chão, onde o mocambeiro erguia seu mocambo e com ele a única forma possível de reproduzir-se e apropriar-se da cidade, já não será mais o lugar dos pobres, embora estes não parem de se multiplicar a cada ano.

Em não conseguindo permanecer no chão por eles mesmos produzidos, grande parte começará a se instalar nas áreas de morro. Um relevo fortemente acidentado, o alto custo de implantação de infra-estrutura em comparação com as áreas planas, mantendo baixo o valor monetário dessas terras e, conseqüentemente, tornando-as pouco atrativas ao capital imobiliário, transformaram a região dos morros, nos últimos decênios, no principal destino da população pobre da cidade.

Contudo, não se imagine que o relativo pouco interesse do empresariado da construção por essas áreas, tenha traduzido-se em acessibilidade fácil e certa para os novos ocupantes. Veremos, quando falarmos especificamente de nossa área de estudo, que foram necessárias inúmeras histórias de luta, muitas delas ainda em andamento, desde o momento da ocupação até a posse efetiva desses terrenos. Lutas, onde, invariavelmente, tinham que confrontar-se com alguma forma de manifestação da propriedade privada a qual eram submetidos e explorados.

De qualquer modo, apesar dos esforços de segregação da habitação dos pobres, há uma parcela remanescente dos antigos mangues e alagados, que embora cada vez mais reduzida e espremida junto aos símbolos do que se acredita ser a ‘modernidade’ – amesquinhada aos termos da volúpia do consumo, – continua ao longo das últimas décadas desenvolvendo lutas de resistência para nela se manter.

Comunidades como as do Coque, Coelhos, Santo Amaro, Ilha de Deus, Brasília Teimosa, Ilha de Joaneiro, Entrapulso, entre outras, são exemplos de verdadeiras “ilhas” de convivência ao mesmo tempo promíscua e acintosa, ou antes, de uma ‘dialética da segregação e da convivência’, como diz mais apropriadamente Denis Bernardes³⁸, reveladora do enorme abismo social perceptível na paisagem da cidade e que se aprofunda a cada ano.

À vista nas pontes, às margens dos rios, junto aos shoppings centers, centros empresariais, condomínios de luxo, órgãos da administração pública, etc., lá estão eles em suas lutas cotidianas pela sobrevivência, reproduzindo a existência precária, resistindo para permanecer no espaço, produzindo-o.

De um modo geral, portanto, a dinâmica da valorização e da expansão do tecido urbano da cidade nos últimos decênios, faz-se impondo limites e constrangimentos cada vez mais severos à plena reprodução da vida urbana para amplos segmentos de sua população. E em contrapartida, promovendo todos os interesses que viabilizem a reprodução do capital (comercial, imobiliário, industrial) e a ampliação do circuito da troca, do espaço de consumo e do consumo do espaço.

³⁸ Op. Cit.,

E se para os pobres, os mangues e alagados eram espaços de residência e da reprodução da miséria cotidiana, da ausência de infra-estruturas e de toda sorte de carências, eram também espaço de manutenção e reprodução da vida de relações, de encontro, de vizinhança, de lazer, em que prevaleciam os *valores de uso* não permeados pela cambialidade mercantil dos circuitos da *troca*.

Para estas populações restou o engajamento em movimentos sociais como já mencionamos, como tentativa de escapar à expulsão para periferias longínquas e de cuja permanência igualmente dependia de lutas incertas e demoradas. Todavia, sem alternativas frente às coações do poder econômico e do Estado que o sustenta, freqüentemente iniciam a ocupação dos morros mais próximos, ou dos terrenos outrora por eles mesmos ‘criados’, assim inserindo-se nos complicados e obscuros mecanismos de valorização dos mercados da especulação imobiliária da cidade.

Para além desses dois caminhos, mas reforçado pela mesma dinâmica, apresentam-se ainda, os conjuntos habitacionais da Cohab em sua maioria construídos nos municípios vizinhos ao Recife, para as famílias que possam comprovar alguma renda; e uma intensa favelização que extrapolou os limites espaciais da cidade e assumiu a dimensão metropolitana, confirmando um histórico processo de pauperização da população recifense, aqui retratado a partir do acesso à terra, e o elevado nível de pobreza que caracteriza sua paisagem.

Tanto no caso da periferização, como no da permanência dos populares nas áreas centrais da cidade, o que está em questão – para além da simples dimensão econômica da reprodução ligada à sobrevivência – são os *usos* reduzidos à *troca* que asseguram a reprodução privada da cidade pelo seu parcelamento, e sua conseqüente apropriação como coisa, a hierarquização e a segregação dos seus espaços. Mais ainda, submetida à lógica do

capital, impõe-se como espaço da circulação mercantil e das relações mercantilizadas, açambarcadas pelo circuito da troca e por ele homogeneizado.

Portanto, reino das abstrações: do uniforme em lugar do diferente, da informação em vez da comunicação, dos símbolos substituídos pelos signos, do não-lugar em vez do lugar, demasiadamente, do produto em vez de obra. No limite, da destruição da cidade enquanto expressão privilegiada do espaço público para o encontro, a festa, para a comunicação com o *outro*, enfim para os usos que se dêem na primazia dos *valores de uso*.

Resta dizer, que procuramos demonstrar até aqui, que a gênese de todo esse processo, suas contradições e limites, não podem encontrar possibilidade de elucidação, sem se incorrer no falseamento do real, fora dos fundamentos de uma razão instrumental que norteia a produção e a reprodução capitalista dos homens, da vida e do espaço, submetendo-os às injunções da troca e do valor de troca. Desta maneira, reduzindo o espaço inteiro e, particularmente, o da cidade e do urbano, ao circuito da produção, circulação e do consumo de mercadorias.

Isso porque, como já deixamos claro, do desenrolar dessas dinâmicas é que originaram-se vários dos lugares urbanos da cidade, dentre eles, o que se pesquisa aqui. Daí decorrendo diferentes formas de inserção desses lugares no espaço da cidade, segundo o momento histórico e os diversos tipos de relações que os produz cotidianamente.

No caso do Morro da Conceição, por exemplo, sua integração à cidade, assume desde a feição de espaço precário deixado à moradia das populações de baixo poder aquisitivo, passa pela construção de lugar de devoção e da festa; pelos movimentos que animam o cotidiano do bairro, engendrando sua fama de tradicional reduto de resistência e de luta, até os processos comunicativos, que se realizam neste espaço a partir de uma experiência com

TV de rua, que somados a outras forças, dão-lhe uma certa identidade em um mundo em franca diluição. É daqui que vão emergir nossas principais discussões.

3. MORRO DA CONCEIÇÃO: A IDENTIDADE DO LUGAR

Já demonstramos no capítulo anterior, que a ocupação do Morro da Conceição resulta, de uma maneira geral, de uma dinâmica complexa da expansão urbana do Recife neste século, na qual os morros como um todo, vão sendo incorporados ao espaço da cidade. Particularmente, os morros localizados nas zonas norte e noroeste da cidade serão os primeiros a conhecer um forte processo de ocupação para fins de habitação ao longo das últimas cinco décadas.

De acordo com as informações e dados primários que colhemos ou naqueles obtidos de fontes secundárias, confirmamos a origem estranha ao Morro da maior parcela de seus habitantes. Dos nossos treze entrevistados, por exemplo, cerca de 60% vieram diretamente do interior ou dos aterros e alagados para o Morro, a partir dos anos quarenta por falta de outra opção de moradia³⁹.

Já os dados de uma amostragem mais ampla do censo⁴⁰ realizada pelo Conselho de Moradores do Morro em 1993, com a colaboração da ONG ETAPAS, embora reforcem nossas afirmações, ao demonstrar que a população do bairro sofreu seu maior incremento entre os anos cinquenta e oitenta (mais de 58% dos seus 8.348 hab. de 1993 tinham vindo parar no bairro nessas três décadas), revelam dados um pouco diferentes. Estes, mostram que somente cerca de 25% dos seus habitantes vieram de municípios do interior. Neste

³⁹ São estes os casos, por exemplo, de alguns dos mais antigos moradores do bairro como os dois Toinhos com quem conversamos: um construindo o bairro desde 1938, o outro desde 1946 vindo de João Pessoa ou ainda do Sr. Terêncio, há cinquenta residindo no Morro migrante do município de Camaragibe vizinho a Recife. Dos 40% restantes, a maior parcela é composta por nascidos no lugar, mas cujos pais têm uma das duas origens assinaladas. Sendo que nos dois casos, os períodos de mais intensa instalação no Morro são os das décadas de sessenta e setenta. Isso demonstra a longevidade da ocupação do Morro, mas sobretudo que a sua presente densificação guarda estreita relação com a expansão urbana recente da cidade.

⁴⁰ ETAPAS. *Retrato do morro: o Morro da Conceição e seus moradores*. Recife, 1993, p.11-12.

caso, a grande maioria é originária de outros bairros do Recife (56%), secundariamente do interior e do próprio Morro (19%).

Nossa intenção aqui é explicitar de maneira mais exclusiva, a produção do *lugar* Morro da Conceição à luz de sua história, procurando articular dimensões que o tornam a um só tempo: produto da construção coletiva dos seus habitantes no interior do bairro, onde lutas, festas, desejos, necessidades, etc., ou seja, onde a vivência espacial cotidiana, produz a história de cada um de seus habitantes e a do *lugar*. É produto das relações inextricáveis existentes no binômio *lugar-mundo*, que se geram estranhamentos, choques, alienações, menos verdade não é que da sua compreensão depende tornar essa relação algo inteligível, pois, como afirma Carlos⁴¹ “*o lugar se produz na articulação entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento*” [grifos no original].

Colocando em outros termos, é como espaço que contém uma historicidade, incompreensível senão consubstanciada ao movimento mais amplo de constituição do que Lefebvre definiu como *Sociedade burocrática de consumo dirigido*, formadora de uma totalidade na qual se enredam diferentes tempos/espacos na produção do *lugar*, que o Morro da Conceição é aqui tratado.

Assim, território necessário à reprodução do espaço urbano do Recife em seus vários momentos de expansão e que vai produzindo o *lugar*. *Lugar* de reprodução da vida cotidiana no qual práticas espaciais baseadas em fluxos significativos de uma sociabilidade compartilhada com o *outro*, ao longo do tempo, deu-lhe uma feição particular. *Lugar*

⁴¹ CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo...*, op. cit., p.15-16.

enfim, que acredita-se teve sua identidade reforçada através de uma *TV de rua*, quer pelos usos no/do espaço concreto por ela fortalecidos, quer pela imagem que dele projeta.

É importante deixar claro, que falar sobre o Morro da Conceição é falar sobre o complexo de morros que compõe o que é conhecido pelos seus habitantes por 'região' de Casa Amarela ou simplesmente C. Amarela (Figura 2). Área de topografia íngreme, de colinas com gradientes de 30% e altitudes que podem ultrapassar os 60 m, não se deixa dominar facilmente (Figura 3). Particularmente, se o tipo de ocupação que os caracterize, for aquele definido pelos técnicos em planejamento, como marcadamente espontâneo e 'desordenado'⁴².

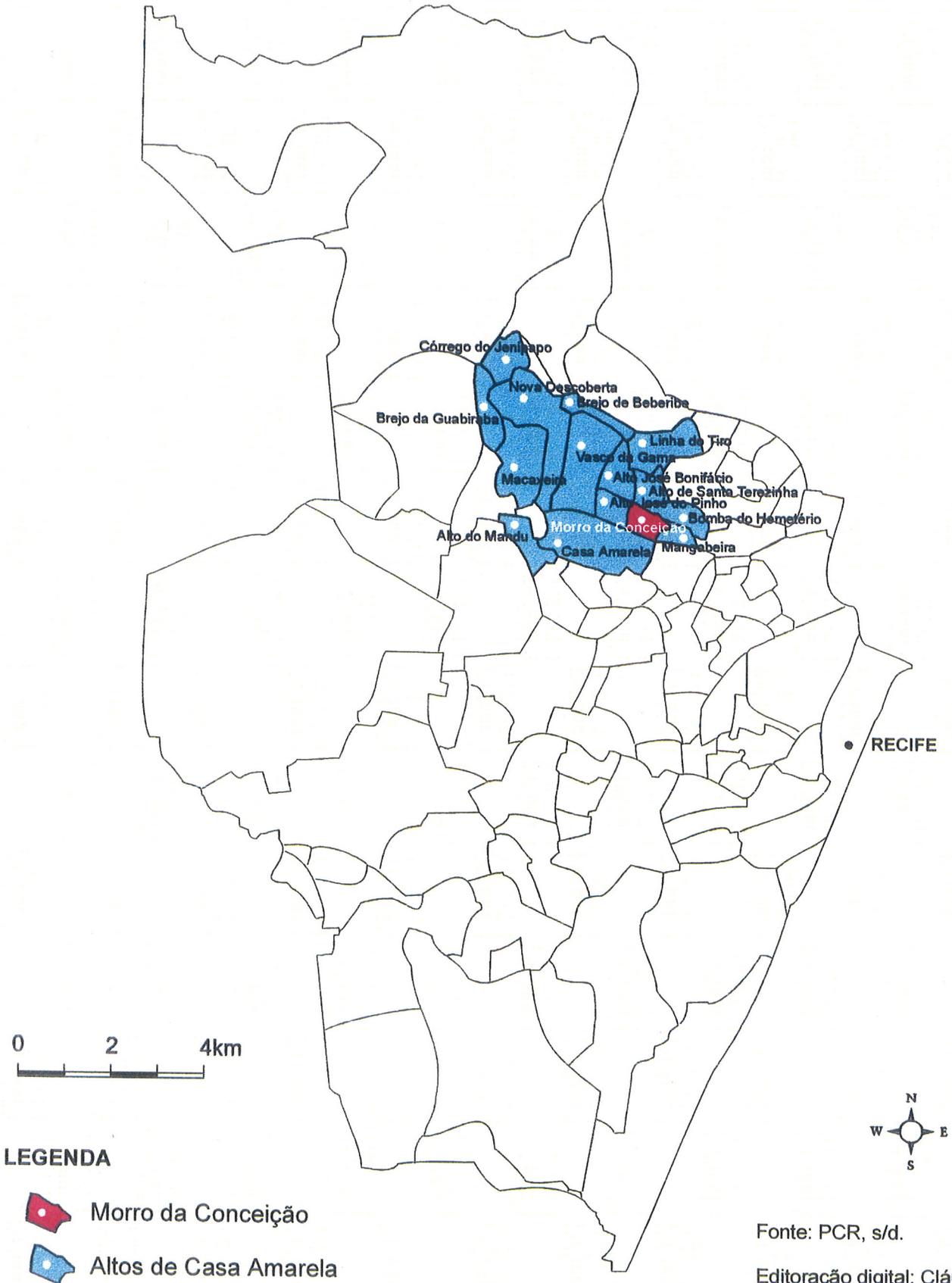
No caso específico do Morro, razões de natureza estritamente geográficas, além das de natureza religiosa e socioestruturais, ajudaram na atração de população para seu topo e encostas: a proximidade do centro do Recife, a cerca de 10 Km, e do dinâmico pólo comercial de Casa Amarela com seus estabelecimentos comerciais e de serviços, feira e mercado público a poucos minutos; a fábrica da Macaxeira hoje desativada, mas outrora fonte de empregos na área têxtil, além da mais importante via de circulação para essa área da cidade, a Avenida Norte.

Essa produção dos altos e córregos de Casa Amarela, no entanto, remonta ao século XVII. Especialmente quando o Morro da Conceição, então chamado **Outeiro de Bagnoulo**,

⁴² O Morro da Conceição está situado na zona administrativa de Casa Amarela, zona esta que sedia o bairro do mesmo nome, bem como, batiza parte do conjunto de morros da zona noroeste por ele polarizado (cf. Figura 2), que inclui: Alto José do Pinho, Mangabeira e Bomba do Hemetério a leste, Alto Santa Terezinha e Linha do Tiro a nordeste, a norte-noroeste Alto José Bonifácio e Vasco da Gama, sendo este último um dos mais populosos. Na direção sudeste-sul a Avenida Norte e Casa Amarela, ladeados pelos bairros planos e elegantes da margem esquerda do Capibaribe: Tamarineira, Parnamirim, Santana, Poço da Panela, Casa Forte e Monteiro; a sudoeste os Altos de Santa Isabel e do Mandú e finalmente a oeste-noroeste Apipucos, Macaxeira, Córrego do Jenipapo, Nova Descoberta, Brejo da Guabiraba e Brejo de Beberibe. Por sua vez, territorialmente o Morro da Conceição compreende assentamento homônimo mais os Córregos do Bartolomeu e do Ouro. Por outro lado, na sua fronteira imediata temos os assentamentos contíguos dos altos do Eucalipto e de N. Sr^a de Fátima, do Córrego do Euclides e do Alto da Foice.

Figura 2

Morro da Conceição e os Altos de Casa Amarela



Fonte: PCR, s/d.

Editoração digital: Cláudio Martins

Figura 3

Altimetria do Morro da Conceição e Áreas Circunvizinhas



Fonte: FIDEM, s/d.

Edição digital: Cláudio Martins

com sua localização estratégica, serviu como reduto fortificado dos holandeses nas ofensivas de invasão das terras coloniais portuguesas.

Graças a sua privilegiada posição, um belo mirante da planície recifense, após o período do domínio holandês passa a ser chamado de **Outeiro da Boa Vista**. Ainda hoje, apesar de toda a verticalização da parte plana da cidade, a paisagem que se descortina aos olhos a partir do topo, conserva uma certa beleza, bem como, a proximidade do mar lhe traz a amenidade das brisas litorâneas (Foto 1).



Foto 1 – Planície do Recife vista do Morro da Conceição. (foto do autor – 1998)

Com o nome Outeiro da Boa Vista, o Morro permaneceu do fim do domínio holandês até o início do século atual. A denominação **Morro da Conceição** só viria a acontecer aos poucos, a partir de 1904, com a instalação da imagem de N. Sr^a da Conceição no local. Vista panorâmica, proximidade do núcleo urbano principal, altitude e ar ameno, provavelmente contribuíram na escolha desse outeiro como sede da imagem no Recife, assim como, deram início à sua construção enquanto espaço símbolo ao transformar-se, no decorrer desse século, no principal ponto de peregrinação e de homenagens à santa, no

Estado, e de importante lugar de moradia, efervescência cultural e lutas populares da cidade.

Sim, pois não tardaria até que o Morro passasse de local de culto a N. Sr^a da Conceição, freqüentado em sua maior parte por gente simples vinda de diversas localidades, à alternativa de moradia para essa mesma gente.

O motivo que leva a instalação da imagem aí, foi a celebração do cinquentenário de proclamação do dogma da Imaculada Conceição da Virgem Maria, quando o arcebispo de Olinda e Recife com o apoio da confraria São Vicente de Paulo, decide homenageá-la erguendo-lhe um grande monumento no alto do Morro.

De acordo com as fontes consultadas⁴³, a imagem da santa encomendada em Paris, com 3,5 metros de altura e pesando quase duas toneladas, foi inaugurada em oito de dezembro de 1904 em clima de muita festa, na qual estima-se, estiveram presentes mais de vinte mil pessoas. Número este que vem se multiplicando ao longo dos anos, desde que o local transformou-se em espaço de devoção à N. Sr^a da Conceição e de festa popular há quase um século.

Junto ao monumento foi inaugurada em julho de 1906, uma capela transformada em dezembro de 1974, em igreja-matriz da nova Paróquia de N. Sr^a da Conceição do Morro, com jurisdição sobre alguns morros de Casa Amarela⁴⁴.

Este é o quadro geral que caracteriza não apenas as primeiras iniciativas de povoamento do Morro da Conceição, como também do conjunto de altos da região de Casa

⁴³ Cf. ETAPAS. *Morro da Conceição Fazendo História*. Recife, 1994; MICHILLES, K. "Devoção sobe o Morro". *Revista Reclamo*. Recife, n.26, p.27-28, jan./1988; MENDONÇA, J. H. "A festa de N. Sr^a da Conceição no Morro de Casa Amarela". *Ciência & Trópico*. Recife, v.14, n.2, p.157-181., jul./dez., 1986; PARÓQUIA de N. Sr^a da Conceição do Morro. *Morro de Casa Amarela: lembrança da Virgem da Conceição*. Recife, s/d.

⁴⁴ Alto José Bonifácio, Beco do Pavão, Córrego José Grande, Córrego São Domingos Sávio, parte do Córrego do Euclides, Rua 2 de fevereiro, Largo Dcm Luís e parte da Av. Norte.

Amarela. De tal forma, que hoje aí se concentra a mais numerosa aglomeração de moradias pobres do Recife.

É, portanto, como local de devoção, mas particularmente como alternativa de moradia e de produção da vida para segmentos de baixa renda da população, que o Morro da Conceição, bem como, os morros vizinhos (cf. Figura 2), vai sendo incorporado ao processo de reprodução do espaço urbano recifense. E como tal, pouco a pouco, seus habitantes nele vão tecendo relações, construindo um tempo e um espaço, estabelecendo *usos* que o torna *lugar* de sacrifícios e das carências cotidianas sem dúvida, mas também de fé e de festa, de identidade, de singularidades e permanências.

Malgrado os usos iniciais estabelecidos nos morros – primeiro geopolítico, posteriormente econômico – pertençam a um tempo/espaço pretérito, que a princípio nada explica sobre o que os definem no presente, pois estes usos, típicos do poder, deram lugar à contradições novas, produtoras dos espaços populares. De qualquer maneira formam, no caso do Morro, juntamente com a atmosfera do sagrado trazida com a instalação da imagem de N. Srª da Conceição, os elementos constituintes iniciais de uma identidade do/com o *lugar* e de um imaginário simbólico diferenciado, específico ao Morro da Conceição, em relação aos morros de Casa Amarela e outros espaços da cidade.

Assim, a história do Morro fornece os rudimentos de como os tempos diferenciados foram impregnando este espaço e aí produzindo singularidades. Vejamos como os *usos* atuais que se desenrolam no espaço cotidiano, representam sobrevivências de práticas espaciais vividas no *lugar* e como elas fortalecem a identidade do espaço local e implicam em sua permanência.

Veremos examinando a procedência histórica desses *usos*, que seus movimentos ora de consolidação, ora de enfraquecimento, não se separam, sobretudo, da transformação dos

morros da zona norte/noroeste do Recife, no decorrer deste século, em espaços de sociabilidade popular.

No caso em questão, décadas de ocupação obedecendo a uma lógica que jamais poderá ser apreendida pelo instrumental do planejamento normatizante, mas que vai sendo sub-reptícia e sabiamente tecida pelas camadas populares, – por toda a história permanentemente confrontada com a necessidade de desenvolver estratégias de sobrevivência – lá está um verdadeiro labirinto composto de ruas, córregos, becos, travessas, vielas, picadas, ladeiras e escadarias; sons, cores, festa, expressões e movimentos que só a disposição para entendê-lo nos termos de quem o produz pode permitir uma aproximação do seu real significado.

3.1 Momentos e Usos do Espaço Cotidiano

Já conhecemos razoavelmente a realidade socioespacial do Morro da Conceição, para sabermos que ela é composta por um mosaico de relações tecidas em diferentes momentos e que esta soma de tempos lhe confere uma história. História, no entanto, que não pode ser tratada como uma entidade, ou seja, morta por princípio e evocada por necessidade. Muito pelo contrário, é por sabermos que a existência só pode ser apreendida em sua real vitalidade a partir da compreensão do ininterrupto movimento de produção cotidiana de tempos/espacos que alie presente, passado e futuro, que buscamos evitar desligar a produção atual do Morro, dos momentos de indiscutível relevância do seu processo de constituição. Nesta perspectiva, presente e passado se fundem propiciando pensar o futuro.

Neste sentido, além do território que origina propriamente os altos de Casa Amarela (cf. Figura 2), estes se fragmentam em inúmeros assentamentos, que foram com o tempo se

agregando à área inicial com as mais diversas denominações atribuídas pelos seus habitantes. São continuações de altos e córregos (estes ordinariamente chamados de ‘corgos’), de nomes de natureza muitas vezes pitoresca, *Morro da Farofa Escailabe*; freqüentemente religiosa *Alto St^a Luzia*; oriundos de uma irônica sabedoria popular *Córrego da Fortuna*; evocadora de uma paixão nacional *Bola na Rede*; resultado de arroubos de patriotismo, *Alto Sete de Setembro*, ou simplesmente relacionado a algum elemento natural e, não raro, marcante da área e do imaginário popular, porque amenizador de alguma necessidade básica, *Morro e Alto da Bica*.

Em conjunto, os morros e córregos de Casa Amarela possuem elevadas densidades em uma população de mais de duzentos mil habitantes, como mostra o quadro abaixo:

QUADRO 2

POPULAÇÃO E DENSIDADE P/ha. DOS MORROS E CÓRREGOS DE CASA AMARELA: RECIFE – 1996.

BAIRROS	POPULAÇÃO	ÁREA (ha)	DENSIDADE (hab./ha)
Alto José Bonifácio	12.549	57	220
Alto José do Pinho	11.979	43	278
Alto do Mandú	5.216	23	226
Alto Stª Terezinha	7.874	-	-
Bomba do Hemetério	8.434	-	-
Brejo de Beberibe	5.342	62	86
Brejo de Guabiraba	10.675	75	142
<u>Casa Amarela</u>	24.393	190	128
Córrego do Jenipapo	8.576	56	153
Linha do Tiro	13.162	-	-
Macaxeira	16.012	131	122
Mangabeira	6.577	28	235
<u>Morro da Conceição</u>	9.838	39	252
Nova Descoberta	37.175	180	206
Vasco da Gama	30.816	162	190
TOTAL	208.618	1046	199

FONTE: IBGE, dados preliminares do Censo Demográfico, 1996.

Se podemos supor que os morros de Casa Amarela em conjunto ou individualmente, tenham uma identidade construída, sobretudo nas últimas quatro décadas a partir da convivência nas diversas lutas cotidianas, percebe-se que ela começa através da produção de um espaço comum (Foto 2).



Foto 2 – Mobilização Social em Casa Amarela. (autor Conselho de Moradores do Morro da Conceição, s/d).

Pode-se dizer assim, que o Morro vive em processo de identificação, ou seja, em permanente reelaboração. Tanto à luz do presente, distinguindo-se em aspectos importantes dos morros vizinhos, como de relações e processos gerados longinquamente. Nele, a sobrevivência espacial da modernidade, onde relações interpessoais produzidas a cada dia, na coexistência e na primazia dos *valores de uso*, ainda geram organicidade, ainda têm um fim, a despeito da proliferação dos espaços de consumo, espaços sem identidade dos *não-lugares* contemporâneos.

Como se pode observar no quadro acima, considerando a amplitude dos morros da zona norte/noroeste como fizemos no capítulo anterior, ou a porção mais reduzida representando somente os elevados de Casa Amarela, a população em números absolutos, assim como seu grau de concentração, em ambos os casos, é de uma grandeza considerável. O quadro não revela apenas uma população densa, mas sobretudo, a exigüidade de espaço – pouco mais de mil hectares – que esta dispõe para reproduzir-se.

Do mesmo modo, uma densidade geral de quase duzentos habitantes por hectare, confirma em números o que a própria paisagem não se presta a esconder: o aspecto congestionado e de aparente confusão que domina a área. Mais, principalmente anuncia, que se estamos diante de muitas carências, a primeira e a mais premente, pois dimensão indispensável à reprodução humana, é a de espaço (Foto 3).

No Morro uma população de quase dez mil habitantes vai se comprimindo a cada ano, em um espaço cuja densidade já ultrapassa os duzentos e cinquenta habitantes por hectare. Não obstante haja uma certa proporção de “novos adultos”, que por casamento ou qualquer outra razão, deixam o Morro para viver em outros locais, em geral a densidade já alta das habitações, vai sendo pressionada – seja pelas demandas de novos moradores ou das próprias gerações crescidas no lugar – com a “verticalização” e principalmente, com a construção no que resta de terrenos baldios, no quintal, contígua à casa dos pais – as famosas “puxadas” – sendo estes os sinais mais eloqüentes de um espaço de reprodução que se torna cada vez mais acanhado⁴⁵.

Depoimentos como os de Wilma, que afirma que *“as pessoas foram construindo, os filhos foram crescendo e precisando de casa... não tinham onde morar e foram botando casa e fazendo prédio...”* ou o que segue abaixo, sintetizam o que queremos dizer:

⁴⁵ Segundo os dados do IBGE, Censo Demográfico, 1991, no M. da Conceição a densidade média é de 4,49 pessoas por domicílio, sendo que 16% deles abrigam 7 e mais pessoas; o número médio de dormitórios é de 1,98 e o de banheiros 0,85. A situação da casa com relação à qualidade do material empregado é a seguinte: dos pouco mais de 2.000 domicílios existentes, cerca de 30% estão divididos entre a taipa (técnica de construção cujas paredes são confeccionadas com tabiques de madeira e barro) e materiais mistos envolvendo alvenaria, taipa e madeira. 70% são de alvenaria. Quanto ao tipo, o que predomina é a autoconstrução, embora pelas nossas observações de campo, parcela significativa das casas já tenham, pela aparência, acabamento finalizado. O espectro vai da “meia-água”, passa pelo padrão médio e chega a uma ou outra de dois e até três pavimentos. Os números sobre a situação da casa no Morro são da ETAPAS. *Retrato do Morro: o Morro da Conceição e seus moradores...*, op. cit., p.26.



Foto 3 - Vista Aérea do Morro da Conceição. (Autor: FIDEM, jun./97)

LEGENDA

- ■ — Limites do Morro da Conceição
- Principais vias
- Algumas escadarias



“No Morro os terrenos são poucos, o pessoal não tem condição econômica... a família tá crescendo e não tem né... aí fica puxando quartinho no final do quintal, vai puxando, quando a gente vê tá encima do muro [de arrimo]... a gente tenta conscientizar a população que não faça... mas por outro lado, não consegue o retorno porque a gente sabe a dificuldade que é grande dos moradores”. (Rosemary/Rose, 33 anos).

Mas se é importante refletir sobre a penúria de espaço (cf. nota 45) – de resto, apenas uma das tantas com as quais os habitantes do Morro convivem cotidianamente – e sobre a forma que encontram para enfrentá-las, não o faremos, no entanto, sem ampliar um pouco mais o quadro de referências sobre a morfologia socioespacial do bairro. Afinal, é a partir dela, que seus moradores produzem e vivenciam o espaço concreto, ou seja, da casa à praça e à rua, das ladeiras às escadarias, das escolas aos bares e igrejas, das bodegas aos clubes, são nestes espaços de moradia, trânsito e encontro que se vai produzindo o *lugar*, que vão se cristalizando modos de uso, expressão de seus ambientes de sociabilidade, de discussão, do riso e de festa, de luta e de vida, enfim de construção de uma identidade.

É nesta perspectiva inclusive, que a triade *habitante-identidade-lugar* sugerida por Carlos⁴⁶ ganha sentido aqui, isto é, nos termos da verdadeira apropriação que os habitantes do Morro realizam neste espaço através dos seus gestos, atos e ações, sentidos e corpo, desde quando o ocuparam e ali começaram a produzir-se e a produzi-lo em todas as dimensões.

Se hoje mais do que em qualquer outra época, a história e a identidade do lugar são construídas de maneira compartilhada, mas em uma correlação que tende a privilegiar as imposições desagregadoras e homogeneizantes da *ordem distante* (a mundialidade em constituição), em detrimento da *ordem próxima* (o lugar com suas especificidades), todavia,

⁴⁶ *O lugar no/do mundo...*, op. cit., p.20.

é nesta última, que os homens em relações sociais no plano do vivido laboram garantindo “... a *construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade (...). O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida*”⁴⁷.

Retomemos pois, a descrição das formas espaciais do bairro começando pelo acesso a ele. Para quem reside na parte plana da cidade, é preciso aprendizado e disposição física para transitar na topografia íngreme de muitos altos e baixos, becos, vielas, ruas, travessas, ladeiras e escadarias que marcam a lógica assimétrica da organização dos espaços de morros do Recife e das áreas de habitação popular em geral. Somente buscando compreender as motivações das ocupações feitas sem apoio do planejamento institucional ou de Estado, isto é, movidas fundamentalmente pela necessidade de sobreviver, circula sem embaraço por eles.

O acesso ao bairro é relativamente fluido, embora nem sempre tenha sido assim. “*Tudo era de barro... o pessoal cavava o local pra gente poder subir e na época que chovia aí escorregava... a gente não tinha infra-estrutura*” diz uma moradora não muito antiga. Basicamente pode-se percorrê-lo em transporte de passeio individual ou coletivo nas poucas ruas pavimentadas com trânsito acessível a veículo automotor, e a pé através das inúmeras escadarias, becos e vielas (Figura 4).

No primeiro caso, procedente da planície pela *Avenida Norte* – principal via de comunicação para os morros da zona noroeste como já dissemos – parte-se do *Largo Dom Luiz* no sopé e daí sobe-se o Morro pela *rua Itaquiara*. A descida é feita pela *Estrada do Morro da Conceição* que desemboca diretamente na *Avenida Norte*. Esses dois trajetos

⁴⁷ CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo...*, op. cit., p.29.

fluem no sentido sul-norte. Na direção oeste-leste, o terceiro caminho possível é pela *rua da Mocidade*. Neste caso, dada à estreiteza da rua, o trânsito é limitado ao transporte de pequeno porte em geral.

Vale dizer que principalmente as duas primeiras vias são capitais na vida do bairro. Não apenas por serem uma das maneiras de chegar e sair dele, mas também porque é por elas que se dão parte significativa do acesso de seus moradores a serviços públicos essenciais como o da coleta de lixo, gás de cozinha, transporte coletivo e às mercadorias que abastecem os estabelecimentos comerciais, etc...

No caso da circulação a pé, segue-se por todas as direções ladeado por casas em sua maior parte de alvenaria (cf. nota 45), sem quintal ou jardim, pequenas mercearias, pelas escadarias e suas travessas de ligação, sendo as mais movimentadas àquelas que alimentam os fluxos diários de moradores em contato com os vários pontos da cidade a partir da Avenida Norte, para os fins de trabalho, busca de comércio e de serviços mais especializados, lazer, etc..., e/ou fomentam a circulação interna, tecendo a rede de relações de vizinhança do *lugar*.

As ladeiras/escadarias em sua grande maioria denominadas de rua, *Apique* (300 degraus), talvez a mais movimentada no período da festa, *Itacolomis* (215 degraus), *Nazaré da Mata* (184 degraus), todas voltadas para a porção sul mais densa e moderna da cidade, juntamente com as do *Dendê*, *Ipanema*, *St^a Gertrudes* e *Belarmino* a norte e a leste respectivamente, que conduzem a altos e córregos vizinhos, entre outras, completam o quadro geral da circulação de fora para dentro do bairro e vice-versa (cf. Figura 4).

Portanto, as vias mistas, de automóveis e pedestres, juntamente com as travessas e escadarias, compõem circuitos de circulação e de apropriação do espaço local. Dessa forma, de um lado, representam o reforço da dominação cotidiana. Por exemplo, quando

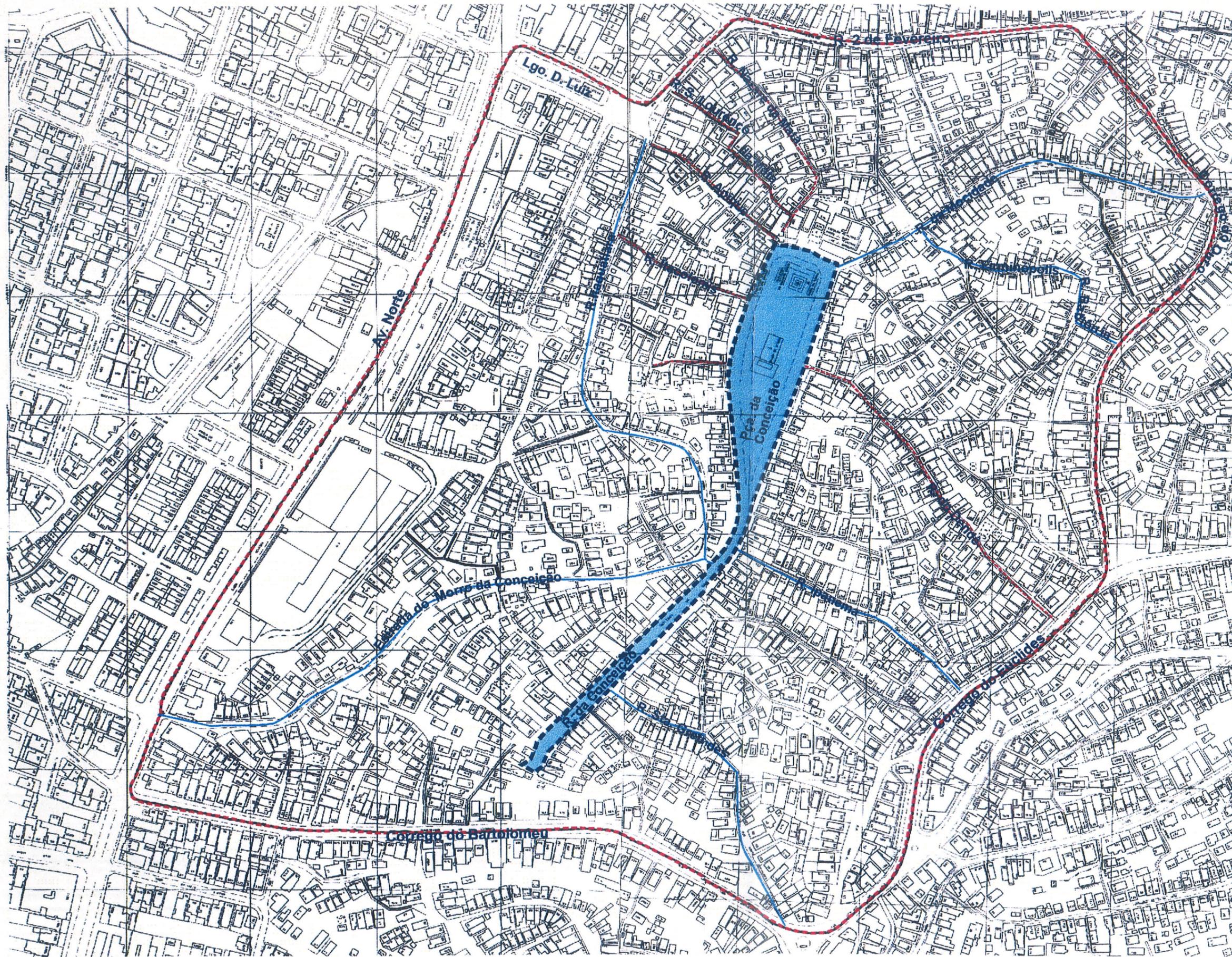


Figura 4

Mofologia Urbana do Morro da Conceição

LEGENDA

- Espaço de sociabilidade do lugar: Igreja, Conselho de Moradores bares, Clubes, mercearias, escolas, armarinhos, etc.
- Limites do Morro da Conceição
- Principais vias
- Algumas escadarias



Escala Gráfica

20 0 20 40m

Fonte: SEPLAN, 1990.

Edição digital: Cláudio Martins

representam a fluidez requerida pelo automóvel e exigida pelo capital na exploração da força de trabalho expressa na rotina massacrante do ir e vir ao trabalho ou, mais freqüentemente, nesses tempos de economia globalizada, de procura de emprego. E também neste caso, em transportes coletivos sempre precários e tardios.

Por outro lado, se prestam também à apropriação para vida quando certos fluxos ‘interrompem’ a lógica perversa do mercado, nos quais se baseia o espaço produto, e permite a ascensão de manifestações cujo apelo se fundamenta no predomínio dos *valores de uso*, isto é, quando o irredutível, o espontâneo, o genuinamente humano encontra no espaço, possibilidade de germinação.

Estão, nestes casos, a *rua Itaquiara* e a *Estrada do Morro da Conceição* que têm seus *usos* subvertidos durante o período da festa de N. Sr^a da Conceição. Não que nesta, o circuito da troca não tenha participação. No capitalismo globalizado este não se anuncia, é quase onipresença. Aqui se faz visível – e impõe-se cada vez com mais força nestes tempos de crise – nas legiões de mendigos e de vendedores ambulantes distribuídos nos percursos da festa.

Em nossas observações da festa nos anos de 97/98 podemos conferir de perto as duas situações. Os Mendigos se amontoam principalmente ao longo das ladeiras Itaquiara, Apique, Estrada do M. da Conceição e no pátio interno à igreja. Chamam à atenção pela quantidade e pela penúria. Já o comércio de produtos – embora não surpreenda, se considerarmos que tradicionalmente toma parte em todas as festas populares, ainda mais em tempos de aumento da pobreza a cada ciclo de retração econômica – impressiona pelo número de vendedores e pela diversidade de objetos.

Eles vão das óbvias imagens de N. Sr^a da Conceição e de outros santos, santinhos de papel, “terços”, fitinhas de pulso e dezenas de outros objetos de alguma forma alusivos à

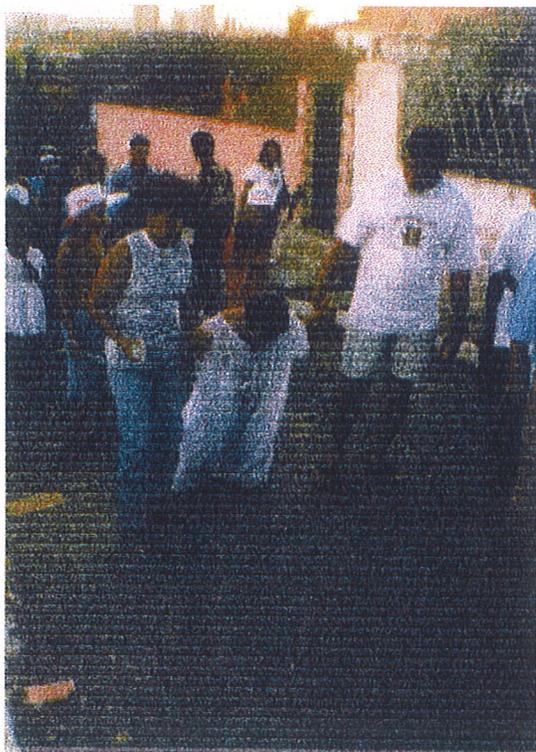
feira, como os maços de velas; passam pelo cardápio que habitualmente alimenta qualquer folguedo como as comidas e bebidas dos bares, as carrocinhas de pipoca, amendoim torrado, algodão-doce, maçã caramelada, caldo-de-cana, churrasquinho, bolas de oxigênio, cachorro-quente, puxa-puxa, etc.; até toda a sorte de bugigangas que se encontra no comércio informal, Brasil afora, vindos de todo o planeta como os eletrônicos em geral, material de papelaria como canetas, lápis de cor, bijouterias, etc., inúmeros tipos de brinquedos, bonecos, os indefectíveis bichinhos de pelúcia, sem falar nas fitas magnéticas e cds seguramente pirateados, jogos e até inacreditáveis barracas de frutas frescas compõem esse inventário que certamente não esgota outro sem número de coisas que nos escaparam à vista.

Malgrado, as centenas de milhares de pessoas que por essas vias acompanham a procissão de encerramento da festa; a outras tantas, muitas delas, inclusive, através do autoflagelo, que dão seu testemunho de fé como pagadores de promessa (Foto 4), ou ainda, aquelas que usufruem apenas o lado profano dos nove dias de homenagens à Santa, todos eles enfim, vivenciam momentos que apelam a um *uso* da rua não capturado pelo *valor de troca* (Foto 5), assim como, o uso dado ao espaço pela TV VIVA obedecia ao mesmo fim. Pois, como diz Brandão⁴⁸, a festa com suas indispensáveis partes ‘sagrada’ e ‘profana’ permite o jogo dialético, sutil e freqüentemente conflituoso de passagem do privado ao público, da casa à rua.

Sem falar nas relações de vizinhança, na roda de dominó nas esquinas e na praça, nas ‘biritas’ tomadas em grupo nas vendas e mercearias, na reunião para as transmissões do futebol, no próprio campeonato deste esporte organizado na praça que para ela atrai

⁴⁸ BRANDÃO, C. R. *A cultura na rua*. Campinas, SP: Papyrus, 1989, p.19.

centenas de moradores, isso demonstra que velhos *usos* do espaço público sobrevivem no *lugar*.



Fotos 4 e 5 – Passos e espaços da devoção I e Passos e espaços da devoção II. (fotos do autor, 1997).

Com efeito, se concordamos que por meios dos caminhos que formam a circulação do *lugar* pode-se perceber sua inserção crescente a momentos de sociabilidade puramente reduzidos aos *valores de troca* (de que a comercialização de produtos na festa e o próprio mercado de aluguéis dos espaços ao redor da igreja pelos bares e assemelhados são bons exemplos), neles também fortalecem-se práticas espaciais nas quais os *usos* apelam a outro tipo de troca: aquelas não mediadas pelo dinheiro, pelo interesse mercantil. São estes os casos da própria festa que ocupa todos os espaços do Morro, dos *usos* dados à praça e dos movimentos e lutas que foram dando identidade ao *lugar*.

3.2 Os Movimentos Que Animam a Rua Também Produzem o *Lugar*

Reflitamos agora sobre alguns movimentos reivindicatórios que fazem do Morro da Conceição e de Casa Amarela, não somente espaços onde a face perversa da reprodução desigual da cidade revele-se na contundência de uma “cultura da escassez” que acompanha seus moradores, como por isso mesmo, torná-la-á conhecida e capaz de reconhecer-se pela rebeldia e disposição que estes encontram para rejeitá-la. Mais, que malgrado todos os revezes, não parecem ter desistido de perseguir o sentido do urbano e da vida urbana.

Se hoje de uma maneira geral o Morro da Conceição – ainda que de maneira insuficiente – bem como, toda a região de Casa Amarela dispõe dos equipamentos urbanos básicos (escolas, postos de saúde, transporte coletivo, sistema de abastecimento d’água, coleta de lixo; programas sociais como o da contenção de encostas, construção de escadarias, etc.) necessários à existência e à reprodução sociais na cidade, isso se deve, fundamentalmente, às inúmeras lutas desenvolvidas pelos seus habitantes nestes espaços, nas últimas quatro décadas, especialmente nas de setenta e oitenta.

Lutas que nunca terminam aliás, nem conseguem ter um caráter de mobilização formalizada permanentemente. Pelo contrário, ora se renovam e avançam; ora entram em refluxo, às vezes quase em prostração. Em alguns momentos cruciais como os de hoje, parecem tatear a procura de novos instrumentos e referenciais – neste particular, a experiência conduzida pela TV VIVA foi significativa, tanto quanto apontou novidades – mas sobretudo, são diariamente alimentados pelas expressões, ações, modos de pensar e de agir, sentir e de apropriar-se do espaço vivido por seus habitantes.

Adiante-se que essas lutas não podem ser compreendidas senão articuladas a uma discussão mais ampla sobre o papel dos movimentos sociais urbanos no contexto da vida política brasileira dos anos setenta.

Segundo Jacobi⁴⁹, a forte emergência destes movimentos a partir de meados da década de setenta, se dá sob uma conjuntura de ‘crise de legitimidade’ da ditadura militar em que esta convive com a contradição entre, o processo de liberalização liderado pelos setores mais moderados do regime, abrindo caminho a uma maior organização da sociedade civil, e o rigor autoritário daqueles contrários a esta perspectiva.

Neste contexto, explodem com força as manifestações em defesa dos direitos humanos em que lutam juntas a Igreja e inúmeras entidades da sociedade civil. Irrompem também, novos atores políticos que lutam pelo direito à cidadania, e às questões sociais candentes (salário, custo de vida, habitação, infra-estrutura urbana em geral, desemprego, etc.) lideradas pelo “novo sindicalismo”, os Movimentos Sociais Urbanos e pelos partidos de esquerda.

Por conseguinte, as lutas sociais ocorridas na região de Casa Amarela não se explicam isoladamente e, sim, articuladas a processos que se desdobram à escala nacional. Dentre os já mencionados destacam-se ainda: o modelo econômico extremamente concentrador, que ao ampliar a ação do capital monopolista multiplica as contradições e a miséria urbanas, despertando e tornando urgente a necessidade da organização popular para a conquista de condições mínimas de existência; e a preocupação com o significado da

⁴⁹ JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993. Cf. especialmente caps. 1 (parte I) e 5 (parte III). SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Nesta obra o autor chama atenção para a necessidade de deslocar o eixo de análise desses movimentos, das *estruturas* (econômicas, sociais, políticas) para as das práticas sociais cotidianas.

cidadania e dos valores democráticos como imperativo a ser alcançado com a transição para o fim do regime autoritário.

Com efeito, se concordamos que nos embates entre os movimentos reivindicatórios e os órgãos do Estado “(...) *as suas demandas configuram a emergência de uma identidade social específica e localizada no bairro, que faz deles sujeitos que reivindicam direitos, numa perspectiva de apropriação igualitária de bens de consumo coletivo e de cidadania ou de melhores condições de vida nas cidades*”⁵⁰ podemos assegurar, para o caso específico do Morro e do seu entorno, que essas lutas assumem aí uma conotação, que não somente permite-nos associá-las ao presumível significado que tiveram nas efetivas conquistas materiais, como também vinculá-las à construção de uma identidade e de um imaginário social do *lugar*.

Primeiro, quando em depoimentos de moradores, o bairro, assim como a área de Casa Amarela, aparece como espaço celeiro de embates históricos, a começar pela própria conquista do chão. Ainda que aqui e ali isso possa degenerar em discursos idealizantes ou românticos, projetados, por exemplo, num “bairrismo mitigado”, consolida no imaginário dos seus habitantes o sentimento de pertencer a um tradicional espaço de luta e de resistência, ajudando inclusive, a reforçá-lo e a mantê-lo no nível das práticas espaciais cotidianas, entre as quais, no caso do Morro da Conceição, a militância e a atuação do Conselho de Moradores e a da Igreja (sua ala progressista bem entendido), são seguramente duas boas expressões. A fala abaixo exemplifica o que estamos dizendo:

“Eu acho o Morro muito bonito. Quando subi pela primeira vez vi a coisa bela que era o Morro. Eu acho que o Morro é diferente dos outros altos. Eu acho as pessoas mais alegres, mais participativas. No Morro, parece, as pessoas são mais

⁵⁰op. cit., p.159.

intelectuais, gostam mais de estudar, as pessoas são muito resistentes, tem uma coisa meio diferente...”. (Wilma Uchoa).

Em segundo lugar, sedimenta entre diferentes segmentos dos seus moradores – ainda que com ressalvas por parte de algumas vozes dissonantes, porém, com pouca expressão política – a importância do trabalho desenvolvido por entidades representativas dos interesses do *lugar*, como é o caso do próprio Conselho de Moradores possuidor de uma visibilidade notável, não obstante às críticas recebidas; tanto em razão de sua impermeabilidade à experimentação de novas táticas de mobilização formal, como também e, principalmente, por uma certa incapacidade em perceber e recuperar as lutas miúdas travadas nas ‘esferas silenciosas da cotidianidade’.

Com relação a este ponto, devemos dizer que o procedimento analítico das instituições políticas representativas do bairro, bem como, suas filiações ideológicas e práticas contraditórias inerentes, compõem um quadro de investigações que ultrapassa os limites pretendidos nesta pesquisa. Entretanto, não podemos nos furtar a considerar alguns aspectos pelo menos de duas delas: o Conselho de Moradores e a Igreja Católica. Se ficamos devendo elementos teórico/empíricos menos genéricos para um posicionamento crítico mais consistente, o que se escreve apoia-se no observado e ouvido *in loco* e no escrito a respeito dessas duas entidades capitais na história do Morro.

Quando menos, por serem agentes sociais notórios e de credibilidade reconhecida junto aos habitantes do *lugar*, nas várias lutas históricas ali travadas pela melhoria de suas condições de vida. Mas, fundamentalmente, por sua admirável inserção na vida social do mesmo (Painel fotográfico 1). Vê-se pelos depoimentos de militantes, colaboradores eventuais ou mesmo dissidentes políticos, ainda que somente alguns consigam guardar o

necessário distanciamento crítico, como quase todos invariavelmente, resgatam o lugar do Conselho e da Igreja no cotidiano e no imaginário locais.

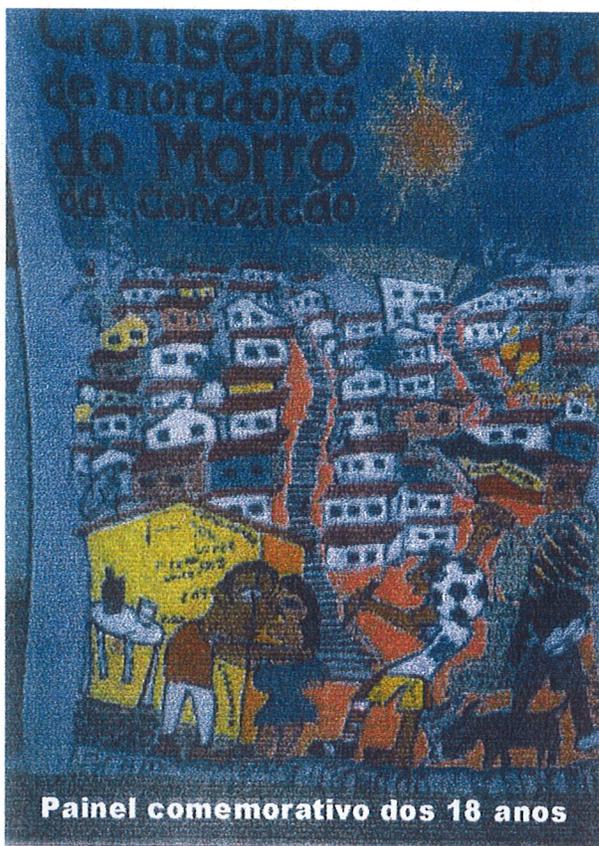
“Eu não acompanhei o início da organização do bairro quando é fundado o Conselho de Moradores. As primeiras lutas partem de pessoas e movimentos mais ligados à Igreja e que a partir daí deram embasamento para o surgimento do Conselho de Moradores... Eu creio que todos esses anos de luta por meio do Conselho já se resolveu boa parte dos problemas: transporte, moradia, contenção de barreiras, falta d’água, calçamento de ruas”. (Luiz Carlos/Cal, 31 anos).

“Vou no Conselho quando eles me chamam pra alguma reunião... É importante, mas eles não querem que todo mundo esteja com eles não; só querem o pessoal deles... geralmente é eleição de chapa única... Mas o Conselho luta: barreira, escadaria, muro de arrimo... eles lutam... o Conselho não é mal não...”. (‘seu’ Alegria, 53 anos).

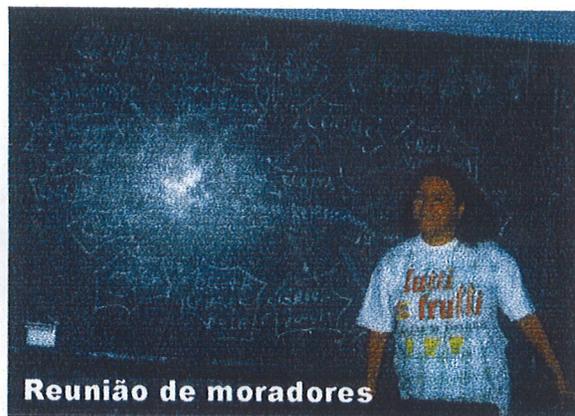
“Eu não faço parte do Conselho, não faço parte de nada.. Só quando tinha alguma coisa do meu interesse, que o carro passava anunciando aí eu ia... Há muitos anos que o pessoal do Conselho luta pelas coisas do Morro. As vezes consegue alguma coisa, as vezes demora muito pra conseguir”. (D. Gracinha, 39 anos).

“O primeiro Pe. já como paróquia foi D. Marcelo... aí ele começou a criar grupo de jovens, a tentar aproximar a igreja do povo.... Depois veio Pe. Geraldo, ele intensificou mais o trabalho do povo, mostrou que a igreja não era apenas um local de oração, mas de pensar na parte social também. Pe. Geraldo foi embora, veio Pe. Reginaldo Veloso, se não me engano em 77/78 e continuou o trabalho que já existia. Daí se começou a pensar na necessidade de um Conselho de Moradores oficializado em 80, se começou a organizar a festa... aí as coisas foram se desenvolvendo, o povo reivindicando... Dos altos e córregos de C. Amarela o M. da Conceição é o mais beneficiado...”. (D. Helena, 52 anos).

A filiação de ambas, *mutatis mutandis* a um *pensamento de esquerda* também pode ser atestada através de seus diversos matizes: do velho Partido Comunista aos segmentos progressistas da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação e às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base); das alas do PT (Partido dos Trabalhadores) ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), são correntes que historicamente cruzam e orientam o pensamento e a prática dessas entidades (Foto 6).



Painel comemorativo dos 18 anos



Reunião de moradores



Capanha educativa

Painel fotográfico 1 – O Conselho de Moradores no cotidiano do *lugar*. (fotos – autor e C. de Moradores do Morro da Conceição, s/d).



Foto 6 – Encontro das CEB's no Morro da Conceição. (foto do C. de Moradores, s/d).

Se muitas vezes elas têm sofrido pesados revezes⁵¹, também é incontestável que souberam construir ao longo do tempo, uma certa hegemonia no universo político do *lugar* como espaço tradicional de lutas. De tal forma, que sua presença no cotidiano local impressiona: da luta pela água à construção de muros de arrimo e à manutenção da creche; das comissões temáticas (saúde, limpeza, segurança, mulheres, etc.) à organização anual da festa de N. Sr^a da Conceição; das recentes serestas ao bloco carnavalesco ‘Osso Duro de Roer’, passando pelo engajamento na eleição de políticos importantes⁵² até as próprias exibições da TV VIVA, quase tudo, passa pelos núcleos de poder ligados direta ou indiretamente ao Conselho e à Igreja.

Neste último caso, as falas de Eduardo Homem, um dirigente da TV VIVA, quando diz *“a gente não valorizava, por exemplo, a escola de samba do Morro da Conceição como valorizava a associação de moradores e isso talvez tenha sido um erro de percepção nossa...”* revelando uma clara autocrítica; e a de D. Helena, atual presidente do Conselho, *“a TV VIVA divulgava bastante o trabalho do Conselho, ficou sendo um veículo de ligação*

⁵¹ Um dos revezes com o qual podemos exemplificar o que estamos falando, foi vivido na própria sede da paróquia do Morro da Conceição. Após o pontificado de Dom Hélder Câmara à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife (1964-85), marcadamente filiada às teses progressistas abertas pelo Concílio Vaticano II e depois aprofundadas nas Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), período no qual em toda a América Latina, segmentos importantes do clero a partir dos princípios da Teologia da Libertação, explicitam seu compromisso de luta contra as desigualdades sociais, o autoritarismo político e os direitos humanos, uma nova ascensão das forças conservadoras impõe um retrocesso dentro da Igreja. Na vaga deixada por Dom Hélder é colocado o extremista reacionário Dom José Cardoso Sobrinho. Uma das conseqüências diretas desta nomeação, tem sido o desmonte sistemático da perspectiva de Igreja encarnada por Dom Hélder. Entre os casos mais rumorosos desde a instalação desta fúria fascista, está o da destituição arbitrária do pároco do Morro Pe. Reginaldo Veloso, em 1989, causando confronto entre moradores e Igreja de proporções nunca vistas e cujo desfecho ainda está para ser devidamente avaliado. Cf. para maiores informações: FERREIRA, L. A Guerra Santa no Morro da Conceição. *Veja* 28 Graus, São Paulo, 21 nov. 1990, p.4-7.; JONHSON, M. Padre Veloso X Dom José: uma rixa amarga X ideológica divide católicos brasileiros, *TIME*, New York, 31 dez. 1990, p.47.; JORNAL DO COMMERCIO. Povo pede volta de Pe. Reginaldo, Recife, 6 jan. 1990.; *Paroquiano ainda espera acordo com o Arcebispo*, Recife, 9 set. 1990, p.2.; FOLHA DE PERNAMBUCO. Progressistas fazem reunião e apertam o cerco a Dom José, Recife, 10 jan. 1990, p.5.

⁵² Pelo menos dois deputados estaduais têm bases políticas importantes no Morro: Paulo Rubem Santiago, deputado em segundo mandato pelo PT e Pedro Eurico, pelo PSB.

entre a associação e a própria comunidade” apenas confirmam a primazia desse interlocutor em todo trabalho que implique maiores envolvimento com o *lugar*.

Dessa forma, aparentemente pouca coisa parece conseguir uma existência forte, sem o apoio e a participação dessas entidades. Excluindo as de natureza privada (bares, mercearias, escolas, padarias, armarinhos, etc.) – e assim mesmo só em termos, pois uma análise mais rigorosa nesta direção exigiria uma ‘territorialização’ de seus frequentadores a partir de um inventário de seus itinerários e de suas relações – e uma ou outra agremiação de natureza recreativa, como a *Escola de Samba Galeria do Ritmo*; o *Acadêmicos Esporte Clube*; a troça carnavalesca *Quem Fala de Nós Não Sabe o Que Diz*; ou ainda, personagens sobreviventes das fileiras da produção artesanal como o “seu” Amaro, *vendedor de munguzá*, Eduardo, o *sapateiro* e o *Maracatu Águia de Ouro*.

Há que se dizer, no entanto, que tamanha presença, respeito e credibilidade nascidos e acumulados junto aos moradores numa caminhada comum de construção de laços de identificação com o *lugar*, não tem resguardado esses atores de equívocos, nem os poupado de críticas. Pelo contrário, a proporção do prestígio torna-os alvo fácil delas. Porém, como já dissemos, o peso histórico e a importância estratégica dessas organizações, exigiriam uma análise específica e aprofundada das estruturas de poder no âmbito das suas atuações nos movimentos de bairro, para que pudéssemos avaliá-las com maior isenção. Isto em nada minimiza as responsabilidades do que já foi dito até aqui a respeito dessas entidades, mas a necessidade de ponderá-las à luz das nossas intenções na pesquisa.

Neste sentido, aquela pouca capacidade em recuperar as lutas miúdas travadas nas esferas do cotidiano apontada parágrafos acima, pode ser em parte explicada se a colocarmos no contexto adequado: a de uma herança em grau variável, nas diversas nuances do *pensamento de esquerda* pré-ocaso do “Socialismo Real”, de uma práxis

arraigadamente pautada em métodos centralistas cujo acento está no quadro de dirigentes, na formação de lideranças e na insistência freqüentemente estéril, acrítica em um discurso baseado na esvaziada tríade conscientização-organização-participação.

Desta forma, entende-se quando alguns críticos⁵³ do Conselho, por exemplo, alegam que embora este sempre tenha procurado fazer um trabalho sério, com freqüência se mostra refratário em refletir e ultrapassar noções questionáveis de organização popular. Pouco sensível a trabalhar de forma mais ampla o *movimento* da comunidade, fora dos discursos e fóruns tradicionais, acaba desperdiçando esforços e deixando de realizar avanços, tanto nas estratégias de mobilizar, como nas de resolver seus problemas.

De qualquer modo, projetos como o das *serestas* em desenvolvimento recentemente ou do bloco carnavalesco *Ossô Duro de Roer* que anima o bairro há sete anos, onde no pretexto da diversão pode ser encontrado o elemento agregador e fortalecedor da identidade local, são iniciativas que apontam para o despertar de novas perspectivas de trabalho político daquela entidade junto aos habitantes do *lugar*. Constatação que igualmente pode ser feita, quando conferimos o depoimento de um ex-dirigente do Conselho, que no nosso entender, tanto explicita uma autocrítica, como revela essa busca de novos referenciais para a práxis dos que estão à sua frente:

“Eu digo que a gente sofreu desgaste desde que o Conselho foi fundado pra cá. No período anterior a Igreja dizia: o lixo, a saúde, a educação!!... mas que ela sozinha não resolvia. Vamos criar o Conselho de Moradores, fica alguma coisa na cabeça do povo. Agora sofre-se desgastes. A gente tem que saber qual os novos métodos de atuação com a população pra que ela venha. Tem que renovar né, resgatando o que foi acerto do passado... Não adianta só a gente enquanto militante ou direção do Conselho fazer as coisas pro povo: ou faz com o povo ou não adianta... Por isso eu digo que ou a gente usa essas estratégias de descentralizar reuniões, fazer

⁵³ Para evitar mal entendidos e confrontos desnecessários, optamos por tentar sintetizar a opinião daqueles que têm divergências metodológicas – sem que sejam necessariamente seus opositores – com as principais forças políticas do bairro, a nomeá-los individualmente.

atividades lúdicas de imagem, de som e imagem noutros locais ou a gente tá fadado a falência mesmo". (Florindo/Ruy, 40 anos).

Neste campo da abertura para a elaboração de novos caminhos para a prática política popular, trazemos novamente o caso TV VIVA, como exemplo (os detalhes da discussão estão no próximo capítulo) de tratamento do que chamamos a pouco de esferas do cotidiano de quem vive e produz o *lugar*. Aí, a imagem aliada ao humor, à brincadeira, ao lúdico são táticas praticadas para o fortalecimento das relações, para o encontro das pessoas e a apropriação do espaço público, com o fim de divertir e também gerar a discussão dos problemas locais e de outras partes do país e do mundo. Enfim, táticas onde a dimensão espacial é o combustível para produzir a mobilização em seu máximo sentido.

Por último, falemos das lutas sociais concretas e do papel por elas desempenhado, não apenas no sentido das repercussões que conquistas seguidas de infra-estruturas efetivamente tenham tido na redução das precariedades e, portanto, na melhoria geral das condições de vida, isto se se pensa nas ausências de anos atrás. Mas sobretudo, na função que tiveram de elo de elaboração de uma coesão interna que ajuda a desenvolver o sentimento de pertencimento e de identificação com o *lugar*, um espaço *apropriado*.

A história dessas lutas compartilhadas⁵⁴ em inúmeras reuniões, assembleias, passeatas; em audiências intermináveis e árduas negociações nos labirintos turvos das repartições públicas, num delicado jogo de paciência recíproca entre os representantes do povo e os burocratas de plantão, têm como marco espacial a área de Casa Amarela como

⁵⁴ A história dos vários movimentos sociais que tiveram lugar na região de Casa Amarela, bem como o acervo das informações a seu respeito, é bastante rica e extensa. Aqui, para discutir o Morro da Conceição, vamos nos deter apenas na mais famosa delas, a luta pela terra. O trabalho de reivindicação das infra-estruturas urbanas (água, luz, transporte, escadarias, etc...) embora seja comum a todos os altos e córregos de C. Amarela, tem ritmos de desenvolvimento diferenciados segundo o grau de articulação e de mobilização das diversas localidades. A propósito no Departamento de Memória da Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselho de Moradores de Casa Amarela (FEACA), encontra-se um bom conjunto de registros relativos às ações do movimento popular nessa área.

um todo e o chão para morar, como peleja emblemática pelo caráter de essencialidade à reprodução social da vida.

Embora o compromisso maior da nossa pesquisa seja com o Morro da Conceição, as referências nesta parte serão ora específicas ao Morro, ora aos altos de Casa Amarela, região a qual essa luta, entre outras, se estende; e a quem o Morro pela história comum se vincula.

Já escrevemos sobre os processos de expansão urbana do Recife que levam os altos e córregos de Casa Amarela a serem um dos primeiros espaços, com o crescimento da cidade, procurados como alternativa de moradia por parte expressiva da sua população pobre.

Entretanto, a permanência nestes terrenos acidentados, carentes à época, de toda infra-estrutura urbana, não se deu de forma tranqüila. Pelo contrário, até que movimentos pela posse da terra ganhem força e sejam após muitos anos afinal vitoriosos, serão precedidos por longos anos de exploração de seus ocupantes, através da cobrança do *foro*, por parte daqueles que embora se desconfiasse fossem apenas supostos, apresentavam-se como legítimos proprietários das glebas.

A cobrança de *foro* pelo uso da terra inicia-se ainda nos anos quarenta quando a Imobiliária Pernambucana, representando os interesses suspeitos das famílias Santos Marinho e Rosa Borges e em seus nomes, investe-se na condição de locadora da área responsabilizando-se por sua arrecadação. Tantos e por tanto tempo foram obrigados a remunerar a terra, que antigos moradores ao serem perguntados sobre o Título de Posse, com facilidade recordam:

“Paguei quarenta e cinco ano (sic) de foro. Deixei de pagar quando disseram: terra liberada, agora vai chegar a posse. Comecei a pagar a Antonio David, depois paguei ao velho Santos Marinho e ao seu empregado e os últimos eu paguei ao filho dos Marinho...” (sr. Toinho, 74 anos).

“A gente pagava foreiro (sic)... a gente fazia a casa, construía a casa, mas não tinha o terreno. E aí era um absurdo, todo mês tinha que pagar aquela quantia como se fosse de aluguel, que na realidade não era... Você construía mas tinha de pagar o chão. Todo domingo vinha o cobrador pra cobrar isso, quando a pessoa não tinha o dinheiro tinha de sair da terra... aí o pessoal começou a se organizar e viu que a terra não era de ninguém...”. (Rosemary/Rose, 33 anos).

Assim, mesmo que o direito de propriedade àquelas terras, exercido de fato pela imobiliária, fosse sempre questionado pelos habitantes nelas instalados, como tendo uma origem duvidosa, durante anos tiveram que pagar pelo seu aluguel. Desta forma transcorre anos a fio a ocupação desses terrenos. Até que, já na década de sessenta – em uma ação já esperada quando se trata dos agentes da especulação imobiliária cujo principal interesse é extrair a taxa de lucro máxima por metro quadrado de solo – a Imobiliária Pernambucana passa a usar o aumento extorsivo dos aluguéis, como estratégia para a expulsão dos moradores das áreas em questão.

Desencadeia-se a partir daí um longo processo de mobilização, de resistência e de luta, que entre os momentos de maior engajamento e os de refluxo, se arrasta do final dos anos sessenta, até 1980 quando o movimento sai vitorioso.

Com efeito, não obstante todo o aparato repressivo da ditadura militar, obstaculizando a organização da sociedade civil e impedindo as manifestações populares à época, não foi empecilho suficiente para que as populações dos morros deixassem de atingir um alto nível de mobilização na luta pela terra que ocupavam há anos.

Em 1976, quando o movimento chega a um dos seus ápices, repercutindo inclusive em importantes veículos da comunicação de massa, é batizado de *Movimento das Terras de Ninguém*, nome apropriado pelos ocupantes da área, a partir do título de uma reportagem

publicada pela revista *Veja* em 01/06/76, retratando a luta dos moradores de Casa Amarela⁵⁵.

A propósito da oportuna argumentação de Montenegro⁵⁶, de que a expressão *Terras de Ninguém* dada como nome ao movimento, traz consigo um forte sentido de rejeição do direito de propriedade alegado pela Imobiliária Pernambucana – “o termo “ninguém” está dirigido no sentido de restaurar o direito de posse e, por extensão, o de propriedade. O ninguém tem a força de negar, de virar de ponta-cabeça o projeto de propriedade, que a imobiliária procura outorgar-se” – em benefício do direito de posse pelos moradores, acrescentamos que o conflito subjacente aí se deu entre: de um lado, um pretendido *uso* subordinado ao *valor de troca* por parte dos mercadores de terras urbanas, representados, neste caso, pelo capital imobiliário; e de outro, um *uso* irredutível a essa lógica de negociantes e, como tal, voltado para a reprodução concreta/material da vida daqueles habitantes e para a *apropriação* simbólica do espaço, a partir da construção cotidiana de uma história onde se vão tramando laços de identificação e produzindo-se a vida do *lugar*.

Ao longo do processo de luta do *Terras de Ninguém*, este contou com o apoio e a forte participação de setores progressistas da Igreja Católica que à época tinha Dom Hélder Câmara a frente da Arquidiocese de Olinda e Recife e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) então na ilegalidade. O primeiro aniversário do Movimento, inclusive, foi comemorado com uma missa celebrada por Dom Hélder, para centenas de milhares de pessoas no pátio da igreja em frente à praça, espaço que guarda toda uma significação, não

⁵⁵ MONTENEGRO, A. T. “Batalhas em Casa Amarela”. In: *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1994, p.52-73., (cit., p.54).

⁵⁶ op. cit., p.54 & 58.

apenas para quem habita o Morro da Conceição, mas também para aqueles que o freqüentam.

Essa presença vigorosa da Igreja, na luta dos moradores através do engajamento de vários padres, leigos e seminaristas e da cessão de seus espaços para reuniões e assembleias terá na opinião de Montenegro⁵⁷ “(...) *uma enorme influência no imaginário popular. (...) A força cultural do sagrado é incorporada como elemento fundante de uma aliança que se acredita mais poderosa sob as vistas dos santos... Ter a benção divina... é uma forma de enfrentar, de vencer o medo, a força, a violência que as empresas imobiliárias, atendendo a lógica do capital, desencadeiam entre os moradores*”.

Para o que interessa aqui, como foi mostrado alhures, ela revela o elevado grau de inserção da Igreja no seio do movimento popular de Casa Amarela e, portanto, sua relevância na contribuição que se entranha por um lado, pelas trilhas simbólicas da religiosidade popular (culto a N. Sr^a da Conceição); e por outro, por meio da atuação política formalizada nos movimentos sociais. Ambas confluindo para a formação dos alicerces onde valorizam-se as diferenças locais e vai-se construindo uma identidade.

Uma demonstração desse imaginário popular simbólico e dessa identidade pode ser conferida nos seguintes versos do cordelista:

⁵⁷ op. cit., p.53-54.

A História das Terras de Ninguém (extratos)

Vou contar uma história
 Por isso peço atenção
 E imploro a luz de Deus
 Pra ter mais inspiração
 E ser na rima fiel...
 Ajudai-me São Miguel
 E a Virgem da Conceição

Confesso que fiz promessa
 A estes santos amigos
 Que são muito milagreiros
 Por serem do tempo antigo;
 E o pessoal se gaba
 Do Monteiro a Guabiraba
 - Eles livram de perigos

Há muitos anos atrás
 Não lembro nem ano e mês...
 Só sei que o "Vínculo Monteiro"
 Foi arrendado de vez
 A um velho de ação
 Chamado Pantaleão
 Ele era português

Antes do velho morrer
 Foi criada a irmandade
 De Santo Pantaleão

Com muita solenidade
 Para zelar a igreja
 E a terra que até sobeja
 Ser do santo propriedade

O grupo da irmandade
 Com o tempo foi morrendo
 Aí vem de Portugal
 Quatro donzelas dizendo
 Que vinham pra cuidar
 Das Terras para agradecer
 Ao santo reverendo

Finalmente a irmandade
 Bota um novo tesoureiro
 Um velho muito sabido
 Que deu um bote certo,
 Nem precisou fazer guerra,
 Meteu a bota a Terra
 Ligada ao "Vínculo Monteiro"

Com uns cem anos de idade
 Falece o velho Marinho:
 Seus moradores chorosos
 Como filhotes sem ninho
 Dizem: - Os filhos do velho
 Vão seguir outro evangelho
 Vamos dançar miudinho.

De uns três anos pra cá
 A coisa foi piorando...
 Para os pobres moradores
 Os alugueis aumentando...
 E os capangas do doutor
 Quando chegam... faz terror
 São mais do que opressores

Mas todo mundo já sabe
 Que a empresa não tem
 A escritura das terras
 E muita gente já vem
 Dizendo: - Não vou pagar
 Vão pro inferno morar!
 Tou nas Terras de ninguém

Essa terra vai ser nossa!
 Deus é maior que o doutor
 E a gente pobre ficou...
 Cada vez eles enricam
 Mas um dia a casa cai
 Deus é justo, é nosso pai
 Vamos sarjar o tumor

Agora vou terminar
 Pedindo um grande favor
 Pra que esta história
 Não fique só com o leitor
 Também pode acrescentar
 O que deixei de apontar
 Pra nada mudar de cor.

Fonte: *Movimento Terras de Ninguém*. Recife: Departamento de Memória da FEACA,, 1975-1980., apud., Montenegro, A. T., op. cit., p.55.

Desta forma se desenvolve com avanços e recuos uma contra-história, que baseando-se no resgate da memória de ocupação dos terrenos em litígio, vai aos poucos estabelecendo nos habitantes dos morros, a compreensão de que eram eles os verdadeiros produtores daquele espaço e, como tais, possuidores do direito legítimo de usufruí-lo. E assim o movimento foi acumulando forças ao longo de toda a década de setenta. Em julho de 1979, lançava o documento *Dez Pontos da Desapropriação* onde, entre outros aspectos, definia o problema da terra em Casa Amarela como uma questão social e que exigia desapropriação. Depois de superar repetidos embates, em dezembro de 1980, o movimento consegue derrotar os interesses espoliadores da Imobiliária Pernambucana e conquistar do Estado o ato de desapropriação em favor dos moradores de Casa Amarela⁵⁸.

Como já observamos, as lutas nos meios populares são sempre muitas e jamais terminam. Começam quase sempre pelas condições mínimas de existência que o modelo de sociedade assentado no fundamentalismo do mercado – que dissemina de modo cada vez mais extensivo, planeta afora, o domínio da propriedade privada – insiste em negar. Muitas vezes, porém, estacionam no marco das reivindicações pela redução das precariedades para a reprodução da vida cotidiana: água, transporte, saúde, energia elétrica, escadarias etc., são os problemas mais gerais nessas áreas e bandeiras frequentes das lutas. Algumas vezes, contudo, falta-lhes fôlego e condições objetivas para uma discussão política que busque questionar mais a fundo as bases nas quais estão alicerçadas as práticas socioespaciais da sociedade, assim como, a definição dos meios de superar essas bases.

Embora isso seja matéria para o capítulo seguinte, pensamos que a TV VIVA tenta extrapolar de alguma maneira essa perspectiva quando, através do espaço, abre

⁵⁸ op. cit., p.69-70.

possibilidades para se pensar os domínios da imagem, dos sentidos, do acaso, da festa, como forma de captar o movimento e de atuar política e estrategicamente na esfera do cotidiano.

Isto não significa reduzir a significação dos movimentos reivindicatórios. Pelo contrário, retomando especificamente o caso do Morro da Conceição, já sublinhamos que eles compõem de forma decisiva o próprio imaginário formador da identidade do *lugar*.

Articulados à Casa Amarela – como na mencionada luta pela terra, através de entidades associativas como a Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela (FEACA); e a Federação de Bairros da Região Metropolitana do Recife (FEMEB) – ou voltados, a partir do seu próprio Conselho de Moradores e da Igreja, para interesses mais internos ao bairro, ou ainda alimentados nas pequenas estratégias cotidianas de sobrevivência, os moradores do Morro ressaltam em suas falas, as outras tantas lutas que se fizeram necessárias para a melhoria de suas condições de existência. Em algumas delas como na que segue, pode-se inclusive perceber, o orgulho que determinadas lutas trouxeram ao imaginário local ajudando a constituí-lo em *lugar* símbolo da fé e de resistência.

“A gente não tinha escadaria como hoje tem, tudo era de barro; não tinha água, tinha só um chafariz aqui encima e tinha que se deslocar pra o córrego do Euclides pra pegar água. A gente não tinha coleta de lixo, nem saneamento... o Morro era uma coisa assim cheia de privação... A organização começou com a queda de algumas barreiras e também com a questão da água, que a gente sofria muito com a questão da água. A gente tinha que descer e carregar água na cabeça... Ruim é quando estava chovendo, que era tudo feito de barro e a gente derrapava com a lata na cabeça. Na época o pessoal já discutia também a questão das ‘terras de ninguém’... A gente também não tinha transporte. Todo transporte a gente tinha que descer pra pegar ou na Av. Norte ou no Córrego do Euclides. Nessa época a gente não tinha Conselho de Moradores e o pessoal fazia as assembléias (sic) na igreja. A primeira assembléia foi a questão da água... foi quase todo mundo do Morro... Hoje a gente tem água, tem transporte tem escadaria, tem creche, tem escola, tem infra-estrutura... Hoje o Morro é uma cidade histórica (sic) que todo mundo pode ver e conhecer, eu adoro o Morro...” (Rosemary/Rose, 33 anos).

Tal como aparece nesta fala, foi a partir da construção coletiva que os moradores do Morro foram realizando suas conquistas, que podem ainda ser acrescidas, com os números referentes a aspectos importantes como: os da habitação, onde cerca de 73% dos habitantes residem em imóvel próprio e percentual semelhante dispõe do título de posse; ou em relação à água e à coleta de lixo com 75% e 99% de acesso respectivamente⁵⁹.

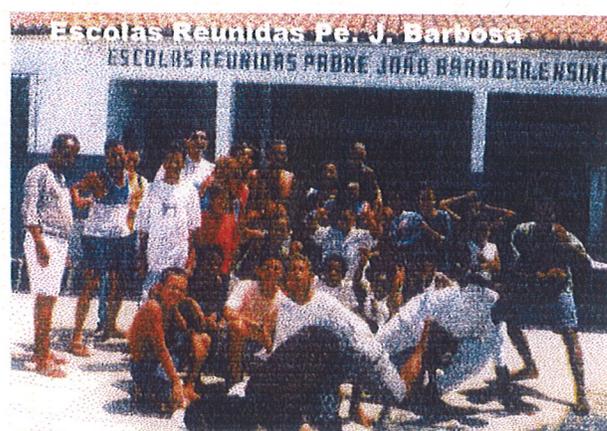
Mais importante ainda é que se é regra que seus habitantes estejam mergulhados num cotidiano de dificuldades, do trabalho estafante e alienante ao lazer massificado⁶⁰, mesmo assim permanece a discussão política que se transforma em lutas formalizadas contra as carências, o poder e as injustiças, embora se reconheça que apenas uma parcela o faça com intensidade. Sobrevive e se exercita (nos bares, nos clubes, nas CEBs, na Igreja, nas festas e serestas, no uso dos espaços públicos da praça e da rua) a riqueza dos espaços de sociabilidade coletiva, das relações interpessoais, nas quais a interação diária com o *outro* constrói e reconstrói laços de identificação com o *lugar* (Painel fotográfico 2). Enfim, permanecem flancos para se pensar em estratégias de realização do verdadeiro sentido da vida urbana.

Atualmente, os agrupamentos de trabalho político mais estruturados estão ligados ao Conselho de Moradores: diretamente, através de suas diversas Comissões (de barreiras, de

⁵⁹ IBGE: Censo Demográfico, 1991. Apesar de todos os avanços produzidos pelas lutas dos seus moradores, o Morro da Conceição ainda apresenta sinais evidentes de uma condição de vida difícil, como revelam outros dados da mesma fonte: 78% dos chefes de domicílio com rendimentos iguais ou inferiores a 2 salários mínimos; 15% de analfabetismo entre a população com 5 ou mais anos de idade; 25% da força de trabalho incluída entre os sem carteira assinada, biscateiros e ambulantes; 11% de desempregados; 18% são trabalhadores autônomos; 96% das casas ligadas apenas à fossa séptica. Estes três últimos dados foram retirados da seguinte publicação: ETAPAS. *Retrato do Morro: o Morro da Conceição e seus moradores*. Recife, 1993.

⁶⁰ No Morro 21% da população que trabalha fora, desenvolve atividade no bairro de Casa Amarela e 64% distribuem-se por outros bairros do Recife. A televisão e o rádio monopolizam o lazer do bairro com mais de 60% da preferência. Cf. ETAPAS. *Retrato do Morro...*, op. cit., p.40.

limpeza e de segurança e do setor de comunicação, editor do informativo *Quatro Bocas*); Grupos (de terrenos, de mulheres) e Equipe (de saúde); e indiretamente, através da



Painel fotográfico 2 – Alguns pontos de sociabilidade do lugar. (fotos do autor, 1998/1999).

educação, *Escola Comunitária Sonhar é Viver* e *Centro de Educação Popular M^a da Conceição*; do apoio às mães trabalhadoras com a creche *Flor da Comunidade*; do *Centro de Reabilitação e Valorização da Criança* (CERVAC), entidade juridicamente autônoma financiada com doações de pessoas físicas e ONGs estrangeiras, que assiste cerca de 80 crianças com deficiência física e mental; e ainda no plano cultural com os já mencionados bloco de carnaval e as serestas.

A Igreja local, estruturalmente abalada em seu processo organizativo em consequência da já comentada ascensão dos segmentos conservadores (cf. nota 51), sobrevive dentro e fora dos domínios da sede da paróquia. Dentro, através daqueles que ficaram ao lado da nova correlação de força no poder; e fora, por meio da resistência liderada pelo Pe. Reginaldo Veloso, refletindo-se na permanência do Clube de Mães, do Grupo de Gestantes e principalmente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁶¹.

Há ainda entidades governamentais como o Centro Social Urbano (CSU), as escolas estadual Pe. João Barbosa (ensino fundamental regular e educação de jovens e adultos) e municipal Júlio Vicente e o sanitário público.

Por fim, existem os diversos espaços de sociabilidade e de ocupação do tempo livre distribuídos nos estabelecimentos que são um misto de lugar de comércio e ponto de encontro do *lugar*⁶².

⁶¹ Uma das expressões máximas de resistência desde o conflito que destituiu o Pe. Reginaldo Veloso da paróquia do Morro, é a celebração por este da missa dominical na pátio da Escolas Reunidas Pe. João Barbosa. Também desde 1990, durante a festa de N. Sr^a da Conceição, os mesmos fiéis têm organizado novenário e procissão paralelas à oficial.

⁶² No levantamento parcial que realizamos, encontramos um total de 79 estabelecimentos incluindo sedes de entidades, escolas, etc. Aqui estão listados somente os de natureza comercial e recreativo/cultural: bares (10); *barracas*, vendas ou mercearias (16); mercadinhos (1); padarias (2); sorveterias (2); salões de beleza (2); armarinhos (3); clubes (3); fiteiros (2); armazém de construção (1); espaço cultural (1); sapateiros (2); vendedor de munguzá (1); reparador de panela (1); lojinha de ervas (1).

Os Bares e as famosas barracas, mercearias ou vendas todas com mais de vinte e cinco anos de existência como as do *Seu Toinho*, *Seu Alegria*, *do Domicio*, *do Cazuzo*, *do Joel* entre outras. Padarias como a *Sameiro* onde a princípio “todo mundo” parece querer consumir o pão, ou talvez na verdade, saber as últimas novidades do bairro. Locais que, em função do produto oferecido e pela longevidade de quem lhe está a frente, assumem a condição de “parada obrigatória” de pessoas e, portanto, parte importante do burburinho noturno do bairro como o *Nado da Batatinha* e o *Caldo-de-Cana do Seu Terêncio* há mais de quarenta anos na ladeira Itaquiara.

Os clubes e grêmios recreativos, como o *Acadêmicos Esporte Clube*, que promove animadas gafieiras e até recentemente agitados bailes funks; o *Valor Esporte Clube*; a *Escola de Samba Galeria do Ritmo*, que além dos títulos que a cada ano conquista no carnaval do Recife (no de 99 foi vice-campeã), tem o concorrido ‘pagode da sopa’ nas noites de segunda-feira e seus tradicionais ensaios ao ar livre.

E ainda outras tantas sobrevivências, que passam pelo pitoresco *vendedor de munguzá*, pelo *sapateiro* e pelo *reparador de panelas*, e vão até iniciativas individuais mais formalizadas como a *Oficina de Artesanato e Venda de Ervas Mariza Albino*, ou se ligam a grupos de interesse, a exemplo do *Espaço Cultural Raízes de Quilombo* relacionado à cultura negra e da troça carnavalesca *Quem Fala de Nós Não Sabe o Que Diz*, ligada a um dos grupos locais praticante do Candomblé.

Assim, as lutas que deram forma ao Morro da Conceição, sustentadas por relações que se foram lentamente construindo ao longo do tempo, afirmaram também a identidade espacial do *lugar*. Esta permanece quer assimilando conteúdos novos, quer reforçando e não deixando se perder o já existente.

3.3 Quase Tudo Acontece Na Praça e Na Rua...

Sabemos que apreender a simultaneidade do real não é algo simples. Eis porque no trajeto de uma investigação elegermos determinados fatos e acontecimentos que não apenas permitam uma introdução no cerne dos elementos que caracterizam uma dada sociedade, cultura, espaço, como mais que isso a definam, ou seja, constituam suas raízes.

Portanto, não imaginemos que luz e sombras existam de maneira apartada na vida cotidiana. Pelo contrário, sabemos que alegria e dor, formalização e espontaneidade, profusão e penúria, povoam, em um jogo sutil e permanente de alternâncias à realidade, tanto quanto, o percebido, o concebido e o vivido e seu conjunto, as relações que produzem espaço.

No caso do Morro da Conceição, este cerne passa claramente pela questão da festa e da religiosidade popular em primeiro lugar, como já se aventou acima. E passa igualmente pelos *usos* que estas promovem na praça e na rua do bairro.

Por conseguinte, são fundamentalmente os componentes simbólicos de uma religiosidade popular crescente, materializados no espaço à luz dos usos por eles promovidos para o encontro, que vão lentamente configurando e sedimentando momentos de *apropriação*, dando-lhe feição e significado de *lugar*.

Assim, dentre os elementos simbólicos que se pode enumerar, a festa em suas partes religiosa e profana, realizada ali todos anos, contribui fortemente na construção de imagens, símbolo do Morro e de sua sociabilidade. Pois, na festa popular, misturam-se o rigor dos rituais sagrados ao lúdico da diversão, da concentração e da euforia, por ela trazidos ao espaço público da praça e da rua. A partir dela promove-se o encontro e as relações interpessoais que periodicamente conspiram contra os ritos repetitivos da vida cotidiana

baseados no trabalho produtivo, na normatização da convivência, no isolamento da vida privada. Para Brandão⁶³, “*a festa se apossa da rotina e não rompe mas excede sua lógica, e é nisso que ela força as pessoas ao breve ofício ritual da transgressão*”.

Assim, a festa de N. Sr^a da Conceição, verdadeiro ‘ritual de passagem’ da casa à rua, do privado ao público e vice-versa, desempenha papel essencial na construção identitária do *lugar*; e são precisamente dos recursos por ela oferecidos que a TV VIVA lança mão na proposta de utilização do espaço para gerar processos comunicativos.

E se os rudimentos de uma identidade do Morro se dão sob os auspícios da fé de milhares de peregrinos que a cada ano buscam a santa para acusar-lhe o recebimento de uma graça, fazer-lhe novos pedidos ou simplesmente para dar testemunho de sua crença, a consolidação desse espaço símbolo só pode ser entendida, a partir dos laços que se produziram a cada repetição do ritual e da festa pelos que vêm de fora e pelos que foram aos poucos habitando o *lugar*.

Esta tem sua concentração máxima na praça e na rua do Morro. Daí porque chegar ao centro ou ao topo do Morro da Conceição – os dois se confundem – parece-nos ser sempre o melhor percurso para quem quer alcançar suas encostas. Sim, porque quase tudo que acontece no Morro no que se refere ao encontro – das manifestações e lutas sociais de conteúdo mais explicitamente político do *lugar* aos festejos sagrados, passando às de ênfase maior no lúdico como as apresentações da TV VIVA, por exemplo, – cujo mote sejam as iniciativas de natureza coletiva, ou simplesmente, com acento na interpessoalidade das

⁶³ BRANDÃO, C. R. *A cultura na rua...*, op. cit., p.9.

relações, passa pela *centralidade*⁶⁴ existente nesta praça e na *rua da Conceição* contígua a ela (Painel fotográfico 3).

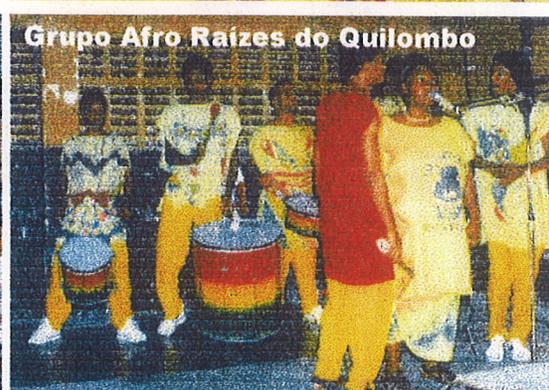
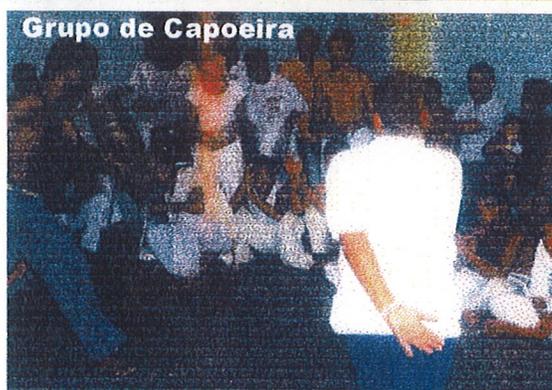
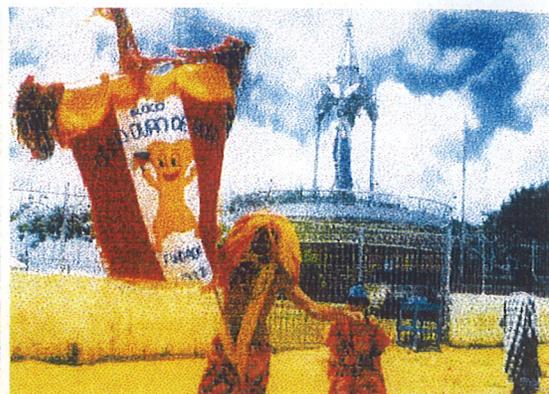
Nestes espaços se reúnem romeiros de todos os quadrantes, moradores e populares na festa anual em homenagem a N. Sr^a da Conceição. Aí também se deram inúmeras assembléias reivindicatórias, na árdua e longa luta pela posse da terra e por melhorias na infra-estrutura do bairro, assim como, foi palco de acirradas batalhas entre os segmentos reacionários da igreja católica, impostos ao *lugar* pelo arcebispado conservador que ascendia no final dos anos oitenta, e os setores ligados à Teologia da Libertação que começam a ser perseguidos como vimos (cf. nota 51).

Aliás, é sempre lembrado pelos moradores, que a Igreja no período do confronto com a comunidade, arbitrariamente apoderou-se do espaço de convivência, diversão, luta e lazer mais importante do Morro, cercando-o com um gradil até recentemente. Segundo depoimentos, o conflito atingiu seu ápice quando o Pe. Constant, usando requintes de perversidade, mandou espalhar objetos cortantes sobre a parte central da praça para impedir-lhe inteiramente o acesso⁶⁵.

“O homem cercou isso aí... ninguém tinha direito de brincar. Antes de mandar cercar, este padre Constance, mandou quebrar dois carros-de-mão de caco de vidro botou ali dentro... eu tive a maior discussão com ele por causa disso...” (‘seu’ Toinho/ 74anos).

⁶⁴ Embora nossa pesquisa não tenha compromisso teórico com a discussão mais ampla da noção de *centralidade*, seu uso no sentido que a empregamos aqui, dá-se nos termos colocados por H. Lefebvre que a define como uma construção mental e social dada a partir da reunião e do encontro do que coexiste no espaço. “A *centralidade* é uma *forma*, nela mesma vazia, mas que reclama um conteúdo: objetos seres naturais ou factícios, coisas, produtos e obras, signos e símbolos, pessoas, atos, situações, relações práticas” [grifo no original]. LEFEBVRE, H. *La production de l'espace...*, op. cit., p.382 e ss.

⁶⁵ Após um período de confrontos e cerceamentos, os moradores reconquistaram o direito de usufruir da praça. E embora se queixem da ausência de infra-estrutura para um maior aproveitamento do seu espaço, continuam dando os usos que simbolicamente sempre a marcaram, ou seja, o do encontro para bater papo, para o campeonato de futebol, para festa a junina, etc.



Painel fotográfico 3 – A praça, a rua: manifestações de uso no lugar. (fotos do autor e C. de Moradores, s/d).

Contornando estes espaços igualmente se concentram os pontos comerciais do bairro (padarias, mercadinhos, mercearias, bares, armazém, lanchonete), bem como, suas escolas, clubes, associações, ponto de ônibus... . Aí em resumo, as pessoas andam, se encontram, discutem, jogam futebol, festejam, namoram, fazem compras, se reúnem para as exibições da TV VIVA. Deste espaço se apropriam, consolidam relações, trocam experiências nas quais o *uso* se insurge frente a *troca*.

Neste sentido, os *usos* dados à rua e à praça do Morro da Conceição não guardam simples dimensões frias e funcionalizadas de passagem, circulação e não-comunicação, a que esta foi submetida na cidade capitalista. Ou seja, ritualizada nos gestuais apressados da produção e do consumo de mercadorias que caracterizam os tempos/espços dominantes da *troca* e dos espaços homogêneos.

Pelo contrário, o burburinho nestes locais principalmente nos fins de tarde e à noite, onde as conversas fluem em pequenas rodas nas portas das casas, adolescentes jogam, crianças brincam, etc., é indicador de que os sentidos do encontro e da reunião ainda não se perderam aí completamente. Igualmente eles conservam uma dimensão de vida pública em oposição à privada. Em outras palavras, a praça e a rua mantêm-se como uma certa continuidade da casa, não obstante às injunções cotidianas da normatização, das coações e separações impostas pela sociedade moderna.

Fundamentalmente, nestes espaços do bairro, ocorrem episódios de *apropriação* onde em diferentes momentos e épocas e na 'comunhão' de especificidades do vivido, o *uso* restituído ao *valor de uso*, produz a singularidade do *lugar*.

Se a rua transformou-se na vida urbana moderna em apanágio da cotidianidade (repetição, normatização, separação, uniformização, homogeneização de gestos, valores, comportamentos), ela também traz consigo o irredutível das práticas socioespaciais

cotidianas. Por meio dela apreende-se o acaso, as diferenças, o espontâneo, nela, “(...) *um grupo (a cidade mesma) se manifesta, aparece, se apropria dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado: uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao movimento revolucionário, ele se passa geralmente na rua*”⁶⁶.

Com efeito, em qualquer dos casos, uma vez as iniciativas de cunho associativo se darem necessariamente com forte acento no coletivo, no diálogo cotidiano com o *outro*, nas relações de vizinhança, nas formas-conteúdo do *lugar* que propiciem o encontro, acabam por permitir aqui e ali restaurações do *uso* insurgido contra a *troca*. Pois, é em presença de um *uso* restituído ao *valor de uso* que são geradas “... *pequenas lutas para manter algo no espaço urbano que se perdeu e cujo mote reivindicatório tende a ser em torno de um objetivo específico, mas que só podem ocorrer mediante algum laço de solidariedade e identidade. (...) Por outro lado, produz, junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana*”⁶⁷.

Várias dimensões do uso da rua e da praça da Conceição podem ser percebidas nas falas dos moradores, mas, sobretudo, aquelas que enfatizam seu papel de espaço de lazer e de festa do *lugar*, chamam-nos a atenção. Vale dizer que a própria avaliação deles da participação da TV VIVA na vida do *lugar*, passa pela questão da diversão como algo essencial e fundamentalmente realizada naquela área, ora nomeada de *praça, pátio, campo, largo*, ora é negada enquanto tal pela ausência de cuidados, equipamentos e apoio institucional, mas sempre reconhecida e vivida como espaço de lazer e de encontro no que nos apóia o seguinte depoimento:

⁶⁶ LEFEBVRE, H. apud CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo...*, op. cit., p.92.

⁶⁷ CARLOS, A. F. A...., op. cit., p.73.

“A praça é essa área que fica por trás da igreja... a gente precisou lutar muito por essa área. A comunidade tem uma proposta de urbanização não implementada por causa de um litígio com a igreja. Legalmente a área é logradouro público e o que falta é a prefeitura tomar uma posição no sentido de urbanizar, de construir uma quadra com alambrado, como é a vontade das pessoas. A comunidade discutiu que quer uma área tanto pra prática de esportes, como para outros fins de lazer. A gente luta por essa área porque somos uma comunidade em que a maioria das pessoas são de baixa renda e que necessitam de lazer pras crianças, os adolescentes e até mesmo os adultos que utilizam a praça e que não tem um padrão de vida que lhe dê condições de ter lazer fora. Então a praça é fundamental nesse sentido de evitar a tão já grande violência, evitar que ela se propague aqui no bairro. É lá onde os jovens, as crianças, podem descarregar um pouco essa tensão urbana dessa vida, esse stress através do esporte e da brincadeira”. (Luiz Carlos/Cal, 31 anos).

Claro está, que ao destacar a importância dos usos dados à praça e à rua na vida do *lugar*, não estamos pretendendo esquecer que nas encostas ou em outros pontos do Morro, a sociabilidade também se constitua de diversidade e riqueza de relações. Os laços de solidariedade construídos a partir da vizinhança nas encostas, por exemplo, são tão valiosos na constituição da identidade do *lugar*, quanto aqueles dos espaços citados.

Assim, são três os conjuntos de aspectos que arrolamos decisivos para a configuração do bairro tal como este se nos apresenta hoje. Todos associam-se à tese da construção/permanência de uma identidade espacial local historicamente produzida a partir de relações em que os *usos*, nos instantes em que se realizam na primazia dos *valores de uso*, permitem a *apropriação* para além da ditadura do mercado. Neste sentido, o papel da religiosidade e da festa de N. Sr^a da Conceição; as lutas pelas conquistas sociais e a atuação da TV VIVA, formam importantes mediadores no estímulo à manutenção de uma sociabilidade do *lugar*.

Sobre a festa já falamos um pouco, fixando-nos particularmente em seus percursos, sobre as lutas do *lugar* também, ambos em consonância com uma espacialidade afirmativa das relações que sobrepõem o público ao privado, particularmente sintetizadas nas relações

dos moradores do lugar com a praça e a rua. A seguir, tentaremos analisar como todos esses aspectos se aglutinam a partir dos processos comunicativos que a TV VIVA desenvolveu no *lugar*.

Do tempo em que se instalou a imagem de N. Sr^a da Conceição em seu topo, batizando-lhe de Morro da Conceição, passando por quase um século de festa, devoção e romarias regulares de milhares de pessoas àquele espaço, transformado com o tempo, em lugar de moradia, de sonho e de luta para nele construir o espaço da reprodução possível da vida, os sujeitos sociais que foram produzindo o Morro, foram igualmente fazendo surgir uma história peculiar a este pedaço da cidade tornado *lugar*, quando o próprio chão da cidade lhes foi sendo tomado e assim sendo, usurpado o direito de vivê-la.

Dos mangues e confins interioranos, emergiram para os altos e morros e por suas encostas íngremes, seguiram reproduzindo a vida. Não que gradientes avantajados não despertem a cobiça do capital. Seus agentes apenas recuam quando suas estratégias de dominação falham ao se depararem com processos de resistência ao mesmo tempo fortes e taticamente sutis. Destes é que brotaram as circunstâncias que foram dando ao Morro feições de bairro, feições de *lugar*. Da luta pelo espaço à espaço de luta, de fé, de festa e de vida. Esta foi a forma de permanecer na cidade, de nela viver e de apropriar-se de seus pedaços.

4. DA NÃO COMUNICAÇÃO À COMUNICAÇÃO DE RUA

As discussões que iniciamos agora com o propósito de desvendar as relações existentes entre a TV VIVA e o Morro da Conceição, devem vir precedidas de três outras exposições importantes que objetivam iluminar e demonstrar as origens e a natureza destas relações: a primeira prende-se ao uso das modernas tecnologias de comunicação pelos movimentos sociais. A segunda ao momento histórico no qual isso se dá e a terceira tenta recuperar, dentro do aludido contexto, o movimento específico das TVs de rua no Brasil, ao qual a TV VIVA, sediada em Olinda, encontra-se filiada.

Assim, uma questão se impõe: se os tempos passam a ser os de testar mecanismos e formas novas de luta, nada melhor que refletir a inserção das tecnologias de comunicação neste processo. Estas se por um lado, vêm fundamentalmente suprir a demanda sempre mais voraz da sociedade de consumo por novos objetos (videocassetes, câmaras, computadores, etc...), não podem evitar, por outro, que – mesmo que eventualmente – venham a ser apropriadas pelos movimentos populares para outras lutas e fins. Na nossa pesquisa, é aqui que se ressalta a necessidade de buscar a inserção da TV VIVA em todo esse sistema.

4.1 Os Movimentos Sociais e a Mídia Alternativa

A rearticulação dos movimentos sociais no Brasil da década de setenta, tendo em vista a incorporação de estratégias que façam uso de novas tecnologias de comunicação, obedece, grosso modo, e segundo periodização mais ou menos arbitrária, a três etapas de

um mesmo ciclo da vida sociopolítico nacional, as quais equivalem três momentos da comunicação alternativa e popular⁶⁸.

A primeira, se alonga de 1968/78 – entre o endurecimento do regime com a decretação do AI-5 (dezembro/68) e o início da “abertura” no governo Geisel. Caracteriza-se por uma comunicação de resistência, denúncia e de acumulação de forças pelas oposições. A segunda, já relativamente diminuídas as restrições à organização da sociedade, vai de 1978/82. Aqui a comunicação popular vive um intenso florescimento aprofundando sua relação com os movimentos de base e refletindo o clima de grande efervescência social que marca este período. A terceira, que coincide com o agravamento da situação do país, provocado pela falência do modelo econômico adotado pela ditadura, inicia-se em 1982-83 e a comunicação popular e alternativa espelha a própria fragmentação das oposições ante a incapacidade destas articularem uma alternativa política às forças no poder⁶⁹.

No que tange à grande mídia em geral, a situação assumia duas configurações: de um lado, os principais órgãos de comunicação (jornal, rádio e televisão) eram submetidos à rigorosa e constrangedora censura pelo Estado. De outro, como artífices e beneficiários do novo sistema, recebem fortes incentivos econômicos, quer via ampliação do mercado, quer pelo Estado, os quais lhes permitem expandir-se e modernizar-se. Caso já famoso neste

⁶⁸ Comunicação alternativa identifica a utilização dos meios de comunicação por grupos ligados aos interesses da média e da pequena burguesias e por vezes dos trabalhadores. Explode no Brasil a partir dos anos 70, principalmente, através de inúmeros tablóides e revistas de oposição à ditadura. A comunicação popular tem origem anterior ao golpe de 64 e liga-se aos diversos movimentos (nos planos da cultura, da educação, da política, etc.) reunidos sob a bandeira comum das “Reformas de Base”. Cf. FESTA, R. “Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa”. In: FESTA, R. & SILVA, C. E. L e. (orgs). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986, p.9-30.

⁶⁹ op. cit., p.10.

sentido é o da Rede Globo que se transforma nesse intervalo, numa das quatro maiores redes de televisão do mundo⁷⁰.

Nestes termos, à chamada grande mídia, e particularmente à tevê, coube tanto o papel de ecoar ideologicamente o sistema político em vigor quanto, em aliança com o capital transnacional, viabilizar uma nascente sociedade de consumo urbano-industrial.

Trata-se, portanto, de uma sociedade que vai aprofundar seus laços com a propriedade privada e com os elementos que a anima: a *exploração do trabalho* e o *valor de troca*, verdadeiros produtores de ‘um mundo das necessidades’, que justifica ‘um mundo dos objetos’⁷¹.

Assim sendo, a tarefa de comunicar os acontecimentos banidos da grande mídia pelo poder arbitrário da censura, segundo Regina Festa⁷², coube de fato, à *imprensa popular e alternativa*, também chamada de *imprensa nanica*, através de seus jornais e revistas, etc., muito embora suas dificuldades e limites.

A forma corajosa de oposição e de condenação ao regime militar, e os novos princípios de gestão com ênfase na construção de uma democracia interna nas redações que possibilita, muitas vezes, a participação de representantes dos movimentos sociais nos conselhos editoriais, são dois dos mais importantes aspectos dessa imprensa que interessam

⁷⁰ FESTA, R., op. cit., p.16. Entre as publicações sobre a trajetória da Rede Globo de Televisão cf. HERZ, D. *a História secreta da Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

⁷¹ Segundo Baudrillard, os objetos e sua linguagem remete-nos para a lógica social da moderna sociedade de classes. Diz ele: “*Através dos objectos, cada indivíduo e cada grupo procura o seu lugar numa ordem.... Através dos objectos é uma sociedade estratificada que fala; e se os objetos, como aliás os **mass media**, parecem falar a todos (já não existe, de direito, objetos de casta), é certamente para voltar a colocar cada um no seu lugar. Numa palavra, sob o signo dos objectos, sob o selo da propriedade privada, é sempre de um processo social contínuo de valor que se trata. E os objectos são, também eles, sempre e em toda parte, além de utensílios, os termos e a confissão deste processo social do valor*”. [grifos no original]. BAUDRILLARD, J. *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995, p.20. Nesta mesma obra pode-se conferir a discussão do autor a cerca do *valor* no cap. “Para além do valor de uso”, p.129-143.

⁷² FESTA, R., op. cit., p.16-17.

de perto a nossa discussão. No nosso entendimento ela aparece como um embrião no qual se busca repensar os processos comunicativos.

Este repensar que colocamos sob o rótulo genérico de democratização das redações, envolve ainda outras iniciativas. A mais significativa para nós é a que tem por mote a *restituição da fala* como critério para subverter a ditadura dos *meios* e restaurar o princípio da bilateralidade tão bem resgatada pelo movimento de vídeo popular como se verá, e inteiramente suprimida, pela própria natureza dos *meios*, na grande mídia tradicional⁷³.

A preocupação com os processos comunicativos que dão ênfase à fala, baseia-se na constatação de que os meios de comunicação em geral e a televisão em particular, embora sejam tecnologias que se proponham a comunicar, a eliminam no nascedouro. Estruturados como estão, os *mass media*⁷⁴ fundamentam-se na dicotomia emissor/receptor e na ‘mediação tecnologizada’, isto é, os que falam e os que ouvem, desse modo estabelecendo uma irremediável relação verticalizada e desigual entre quem detém o poder da fala (*os media*) e quem é submetido ao papel de simples ouvinte ou “audiência” como querem as pragmáticas e redutoras leis do mercado.

Homem empobrecido, este definido sob a rubrica de “audiência”, pois, repositório de milhares de informações (quase todas ordenando-lhe o que, como e onde consumir) sobre as quais seu poder reativo é reduzido ao mínimo.

Por conseguinte, em uma sociedade onde de maneira crescente o monopólio da palavra pertence aos *media*, restituir a fala constitui um passo imprescindível para se pensar

⁷³ Não desconhecemos as discussões e experimentos no campo da interatividade nos meios de comunicação de massa, nem negamos que ela venha a abrir novas possibilidades. No entanto, é notório que vivemos plenamente ainda e talvez até tenha se reforçado nos últimos anos, a era do *monopólio da fala* nestes meios, bem como, é cedo para definir avaliações sobre seu futuro.

⁷⁴ Empregamos alternadamente os termos *meios*, *meios de comunicação de massa*, *mídia* e *mass media* sempre para referirmo-nos ao conjunto dos modernos meios de comunicação (jornais, revistas, rádio, fax, televisão, computador, etc...) sem nos atermos, portanto, às eventuais diferenças conceituais existentes entre eles.

uma outra noção de *comunicação*. Esta, para autores como Baudrillard e Sodré⁷⁵, só pode existir de modo pleno, verdadeiro, se firmemente alicerçada num processo de troca recíproca da palavra – fala e resposta – entre os sujeitos; algo tão visceral e estruturalmente ausente nos *mass media*, que os tornam veículos de não-comunicação: “*Dar e fazer de tal modo que se não possa retribuir é quebrar a troca em seu proveito e instituir um monopólio: o processo social fica assim desequilibrado. Pelo contrário, retribuir é quebrar esta relação de poder, e instituir (ou restituir),..., o circuito da troca simbólica. O mesmo acontece na esfera dos media: aí se fala, e se faz de tal modo que em parte alguma possa haver resposta. Por isso mesmo, a única revolução neste domínio... está na restituição desta possibilidade de resposta. Esta simples possibilidade supõe a subversão de toda a actual estrutura dos media*”⁷⁶. [grifos no original].

Neste sentido, a restituição da fala é a questão de primeira ordem que se faz presente naquele repensar dos processos comunicativos mencionados acima. E os movimentos brasileiros da imprensa popular e alternativa nos anos sessenta e setenta, primeiro, e os de vídeo popular depois, na década de oitenta, os representantes legítimos das iniciativas que tentam trilhar essa perspectiva.

Experiências como: *O Pasquim, EX, De Fato, Coojornat, Em Tempo*, entre tantas outras, embora engajadas, sobretudo, no combate à ditadura ou exatamente por causa dela, nascem buscando uma outra dimensão comunicativa. Talvez isto explique em princípio suas articulações com os movimentos sociais. Se nesta época, eles estavam impedidos de fazer manifestações, o que limitava sensivelmente sua capacidade de atuação, a

⁷⁵ Nesta questão, as reflexões desses autores confluem na mesma direção teórico-metodológica. Cf. BAUDRILLARD, J. “Requiem pelos media”. In: op. cit., p.167-189. SODRÉ, M. *O monopólio da fala*. São Paulo: Vozes, 1984. Especialmente os caps. 1 e 2.

⁷⁶ BAUDRILLARD, J., op. cit., p.174.

recuperação de canais de expressão que lhes devolvessem a fala, era uma questão decisiva para o retorno às lutas pela dignidade, o autoritarismo e melhores condições de vida.

Dessa forma, o movimento de vídeo popular e o trabalho de TVs de rua como a TV VIVA, são ambos herdeiros desta concepção que vê a *comunicação* como reciprocidade de discursos e, estes, como potência mobilizadora de mudanças e permanências.

O que parece certo mesmo é que a década de setenta representa um marco importante da relação entre os movimentos sociais e as tecnologias de comunicação no país. Primeiramente, para fazer frente a um Estado autoritário que se impõe pela abolição de qualquer sinal de oposição. Depois, uma vez conquistada a liberdade política, buscando através de inúmeros fóruns (associações de moradores, sindicatos, partidos políticos, etc.), a ampliação do debate em torno do modelo econômico e da ordem social estabelecida e, por fim, incluindo-se com força na agenda de reivindicações e de resoluções dos problemas locais.

Com efeito, da mesma forma que a razão técnica das classes dominantes criaram meios de comunicação que geram *não-comunicação* e deles fizeram um poderoso aliado na generalização das relações de *troca* pelo *valor de troca* e, com isso, difundiram seus valores, seu modo de vida; as camadas populares também vão encontrar alternativas para convertê-los em instrumentos de resistência e de seus projetos de luta.

É neste sentido, inclusive, que as tecnologias audiovisuais (videocassete, computador, tv de rua, etc.), começam a ser utilizadas pelos movimentos sociais no Brasil de fins da década de setenta e início da de oitenta, vindo se somar a até então predominante linguagem escrita (caso da imprensa alternativa).

Até 1984 serão inúmeros os grupos, entidades, associações, sindicatos que passam a usar o vídeo como instrumento de trabalho⁷⁷. Em setembro desse mesmo ano, realiza-se o I Encontro Nacional de Grupos Produtores de Vídeo Popular, que tem por objetivos intensificar o intercâmbio de experiências com vídeo; capacitar tecnicamente seus realizadores e discutir forma, conteúdo e linguagem do vídeo na comunicação popular, e ainda, encontrar maneiras de distribuí-los. Finalmente, em dezembro daquele ano é fundada a Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP) – da qual a então recém-criada TV VIVA é uma das signatárias – com o propósito de tornar-se a entidade aglutinadora dos diversos grupos produtores e o principal fórum de discussão de projetos e de estratégias de uso do vídeo popular no país⁷⁸.

É ainda necessário dizer, que essa associação dos movimentos sociais com as novas tecnologias de comunicação não ocorre em um processo no qual o Brasil apareça isoladamente como seu principal artífice. Na verdade, embora não caiba nos aprofundarmos sobre isso aqui, esses movimentos guardam antecedentes noutros espaços, tanto no plano das experiências concretas, quanto no da fundamentação teórica.

No primeiro caso, podemos dar como exemplo, os movimentos das TVs comunitárias nos Estados Unidos e Canadá, no início dos anos setenta; o das 'rádios livres' na Itália e na França, entre os fins dos anos setenta e início da década de oitenta ou a experiência com rádio dos mineiros da Bolívia.

⁷⁷ É dessa época a introdução do uso do computador, do telex, do fax e do videocassete pelo sindicalismo brasileiro no trabalho de formação, informação e organização dos trabalhadores. Igualmente que centros de documentação, educação e de comunicação populares iniciavam discussões a respeito da incorporação do computador e de redes alternativas de informática e telex a serviço das organizações populares. FESTA, R., op. cit., p.29.

⁷⁸ SANTORO, L. F. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus, 1989, p.67 e ss.

No segundo, temos jogando em campos teórico e estratégico opostos, de um lado, aqueles que como Enzensberger⁷⁹, seu principal expoente, acreditam em uma democratização dos *mass media*, a partir do desenvolvimento de esforços no sentido da transferência de controle, do grande capital dominante para as camadas populares, assim recuperando um imaginado potencial revolucionário e uma suposta vocação transformadora dos *media*. E de outro, a vertente liderada por Baudrillard que critica de modo contundente este tipo de perspectiva. Para este autor, “*qualquer veleidade de democratizar os conteúdos, de os subverter,..., de controlar o processo de informação,..., ou de tomar o poder sobre os media é sem esperança – se não for quebrado o monopólio da palavra,(...).* Semelhante palavra passa hoje pela destruição dos *media* enquanto tais, pela sua desconstrução enquanto sistema de não-comunicação. ... No limite, certamente, é o próprio conceito de *médium* que desaparece, que deve desaparecer; a palavra trocada, a troca recíproca e simbólica nega a noção e a função de *médium*, de intermediário”⁸⁰. [grifos no original].

Justamente sobre esse esforço ao qual se refere Baudrillard, para quebrar o monopólio da palavra e com isso fortalecer os processos comunicativos, vamos nos deter a título de contextualização, nas experiências com TV de rua realizadas no Brasil a partir de meados dos anos oitenta, das quais a TV VIVA é parte e merecerá análise particular.

⁷⁹ Para maiores conhecimentos dessa perspectiva cf. ENZENSBERGER, H. M. *Teoria socialista dos meios de comunicação*. São Paulo: Nova Fronteira, 1978.

⁸⁰ BAUDRILLARD, J., op. cit., pp. 167 e ss. (cit., p.174 & 181).

4.2 A TV Sai de Casa e Ganha a Rua

Já que no âmbito da comunicação popular existem outros tipos e modalidades de uso da tecnologia de vídeo, alternativa aos meios de comunicação tradicionais, é preciso demarcar o que estamos entendendo por *TV de rua*.

Adotamos aqui a definição concebida por Cássia Chaffim⁸¹, em seu trabalho sobre esse tipo de tevê no Brasil. A autora procura estabelecer diferenças entre *TV de rua*, *TV comunitária* e *TV local*. As TVs comunitária e local assemelham-se no que se refere à tecnologia de transmissão, que se dá através de cabos coaxiais ou de fibra ótica; ou ainda por meio das clássicas ondas eletromagnéticas.

Com relação à veiculação das mensagens, normalmente as TVs comunitárias caracterizam-se pelo envolvimento da comunidade em sua produção, ou pelo menos, as emissões estão empenhadas em retratar a realidade específica de uma localidade. Já as ditas TVs locais, geralmente, correspondem à parte da programação de rede nacionais abertas, cujo interesse e âmbito de cobertura, em princípio, é restrita a uma determinada área ou região⁸².

Em comum com as tevês de rua, a TV comunitária e a TV local, têm o propósito de tentar imprimir uma postura crítico-educativa aos conteúdos de suas mensagens – objetivando diferenciar-se das abordagens dos *mass media* – e a partir da atuação no plano mais próximo da beleza e da miséria cotidianas, estabelecer vínculos com uma base

⁸¹ CHAFFIN, C. M. *O circo-eletrônico. TV de rua: a tecnologia na praça pública*. São Bernardo do Campo/SP, 1995. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Instituto Metodista de Ensino Superior. (Ótima pesquisa sobre as várias experiências de TV de rua no Brasil, tendo como recorte principal o caso da TV Maxambomba em comunidades de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro).

⁸² op. cit., p.13.

espacial local. Assim, dando-lhes um outro sentido, estariam mais perto de uma pretendida democratização dos *meios* e do acesso à informação por eles produzidas.

Já nos referimos aos limites contidos nesse tipo de perspectiva que acredita poder democratizar os meios de comunicação sem alterar suas estruturas. O fato, no entanto, é que embora essas experiências não deixem de representar algum avanço, não chegam a bom termo, pois, só com o rompimento do monopólio da palavra – o que ocorre apenas em parte nessas tevês – pode-se restituir e fortalecer o livre fluxo das trocas desinteressadas capazes de serem produzidas em processos comunicativos não mediatizados.

Por *TV de rua* entendemos a exibição de vídeos, através de telão ou monitor, em espaços públicos abertos de ruas e praças. “*Um dos objetivos desses grupos é reunir pessoas para assistir programas num espaço público, que se constitui num local para troca de opiniões e discussões, para a convivência com o diferente*”⁸³. A utilização das novas tecnologias para gerar comunicação junto aos movimentos populares de bairro e, sobretudo, a utilização dos seus espaços da rua e da praça como mediação essencial no estímulo à comunicação com o *outro*, constituem, para nós, os traços principais dessas experiências e recorte a ser privilegiado na análise da TV VIVA.

Outras características gerais das *TVs de rua*, no Brasil, podem ainda ser enumeradas: os projetos de comunicação voltam-se em sua maioria para bairros pobres e periféricos das grandes cidades brasileiras; em geral, trazem consigo o discurso e o desejo da transformação social; pela elaboração de mensagens de conteúdo crítico, pretendem contribuir para o aumento da organização das camadas populares, com vistas a uma atuação social coletiva; e finalmente, considerando que o local de moradia tem um papel

⁸³ op. cit., p.10.

fundamental na sociabilidade das classes pobres (aí não só residem, como ficam a maior parte de suas horas de folga), a comunicação no meio da rua e a participação nos movimentos e na cultura locais, ajudariam a construir e a fortalecer seus laços de identificação com o lugar⁸⁴.

Se o mundo moderno alicerçou-se numa atmosfera de iniciativas que reforçam o individualismo, a revolução técnico-científica-informacional, que se assiste na atual era globalizada, acentua o isolamento do *outro* e torna a natureza das relações, cada vez mais, mediatizada pelos objetos eletrônicos (telefone, computador, fax, redes telemáticas, etc...). Submissão do público ao privado e do espaço ao tempo, pois, todas essas tecnologias prescindem do contato físico com o *outro*.

Operando em outro plano, isto é, na esfera da vida cotidiana localizada, a *TV de rua* busca interromper, através do estímulo a comunicação interpessoal, a não-comunicação produzida e levada pelos *mass media* ao espaço individual e privado da casa, para devolvê-lo – pelo uso do espaço da praça e da rua – à esfera do fazer coletivo, da discussão e do encontro com o *outro*. Com isso tenta reforçar os referenciais de construção da identidade baseados nos laços das pessoas com o espaço e, este, como condição e meio de geração e manutenção de redes de solidariedade, cultura e identificação com o lugar.

As primeiras experiências com *TV de rua* começaram a ser desenvolvidas no Brasil, no início dos anos oitenta. A *TV Olho* no município de Duque de Caxias no Rio de Janeiro e o *Projeto Audiovisual*, ligado à diocese de Teixeira de Freitas na Bahia, ambas de 1982, constituem os primeiros exemplares dessa forma alternativa de comunicação, de um total de onze projetos catalogados por Chaffin⁸⁵ em todo o país (cf. quadro). Contudo, a *TV*

⁸⁴ CHAFFIN, C. M., op. cit. Cf. introdução e cap.1.

⁸⁵ op. cit., p.110-112.

VIVA fundada em 1984, é considerada pela autora como a primeira, de fato, a possuir um projeto de atuação definido; que de maneira sistemática, procura utilizar a tecnologia do vídeo como instrumento de animação cultural e mobilização social e que vem a influenciar inúmeras experiências surgidas no país posteriormente, como a da própria *TV Maxambomba*, por ela estudada⁸⁶.

No quadro abaixo, podemos observar melhor alguns aspectos de outras experiências nascidas nos mesmos moldes da TV VIVA como a *TV Memória Popular* de Natal; *TV Mocaronga* de Santarém no Pará; ou a *TV Anhembi* de São Paulo, eclodidas nos mais diversos cantos do Brasil.

⁸⁶ op. cit., p.17-18. Cf. também cap.4.

QUADRO 3

ALGUNS ASPECTOS DAS TVs DE RUA NO BRASIL

GRUPOS	PERÍODO	ORIGEM	RAZÃO SOCIAL	MÉTODOS DE EXIBIÇÃO	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
TV Olho	1982/1986	Duque de Caxias/RJ.	Produtora independente.	Telão na pça. pública, sem animação e debates.	Entrevistas eventuais.
Projeto Audio-visual	1982/1986	Teixeira de Freitas/BA.	Projeto da diocese Local.	Monitores nas pças. públicas seguida de debate com mediador.	Elaboração de roteiros, discussões e produção de vídeos.
TV Viva	1984/1994	Olinda/PE.	ONG/Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF).	Telão nas pças. e ruas de bairros periféricos Seguida de animação e debate com câmara aberta.	Ajuda nas gravações e figurações eventuais nos vídeos.
TV Maxambomba	1986	Nova Iguaçu/RJ.	ONG / Centro de Criação e Imagem Popular (Cecip).	Telão nas pças. de bairros pobres seguida de animação e debate com câmara aberta.	Eventual até 1994 e em todas as fases da produção de vídeos após esta data.
TV Memória Popular	1986	Natal/RN.	ONG/ Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP).	Monitor nas feiras, pças, escolas e associações de moradores.	Na organização das exibições.
TV Maré	1987	Rio de Janeiro/RJ.	Projeto dos moradores da comunidade da Maré.	Alternada entre telão/monitor em locais públicos.	Produção integral dos próprios moradores.
TV Facha Comunitária	1987	Rio de Janeiro/RJ.	Projeto das Faculdades Integradas Hélio Alonso.	Telão nas pças. de Bairros, seguida de animação com sorteios e charadas.	Na organização das exibições e em algumas fases da produção dos vídeos.
Bem TV	1989	Niterói/RJ.	Projeto de profissionais de comunicação.	Alternada telão/monitor nas pças. Públicas seguida de debate com câmara aberta.	Eventual na produção e na figuração dos vídeos.
TV Mocaranga	1989	Santarém/PA.	Projeto Saúde e Alegria.	Monitor em lugares públicos, seguida de animação com palhaços.	Nas discussões de temas e na produção dos vídeos.
TV Anhembi	1990	São Paulo/SP.	Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.	"painel de televisores" em pças. da cidade, seguida de debate c/ representantes da prefeitura e animação c/ artistas, brincadeiras, etc.	Sugestões de temas para os vídeos.
TVSA	1990	Santo André/SP.	Secretaria de Cultura de Santo André.	Monitores em lugares públicos seguida de debate.	Sugestões eventuais de temas para os vídeos.

FONTE: adaptado da dissertação de mestrado em Comunicação Social de C. M. Chaffin., op. cit., pp.110-112.

Uma rápida observação deste quadro revela que a maior parte das iniciativas de *TV de rua* são de natureza popular ou alternativa, ou seja, raros são os projetos como, por exemplo, o da TV Anhembi, que tenha vínculo institucional com o Estado ou o setor privado. Quase todas são organizações não governamentais com projetos na área popular.

Este dado demonstra a tentativa e a disposição dos setores sociais populares e organizados, em sair de sua posição historicamente subalterna aos *meios de comunicação*. Demonstra da mesma forma, que a ausência de recursos materiais necessários à montagem e à operação destes meios, se representa um desafio muitas vezes intransponível, representa também o desenvolvimento de esforços no sentido da participação ativa na produção e veiculação da informação por parte desses segmentos da sociedade, transformando-os em recurso estratégico indispensável à sua manutenção na arena dos embates cotidianos com os dominantes.

Outro aspecto importante é que se todas as *TVs de rua* têm no resgate do espaço público uma estratégia para a geração/realização dos processos comunicativos, nem sempre ocorre a participação das comunidades na elaboração das mensagens, como seria esperado.

Assim, embora a valorização do repertório cultural relacionado à realidade local dê a tônica geral da produção de mensagens, muitas vezes, não se faz acompanhar de um engajamento efetivo dos interessados nas várias etapas do fazer videográfico, pelo menos, não integralmente. Das onze *TVs de rua*, apenas em quatro delas encontramos a participação dos moradores desde a fase da sugestão de temas e elaboração de roteiros até a produção completa dos vídeos.

Por fim, e é o que mais interessa aqui, o mote da comunicação na rua, sob o controle de entidades voltadas para as demandas populares, no plano em que se travam os conflitos entre os *usos* dominados que se expandem contra a *apropriação*, coloca em discussão a

ação dos meios de comunicação no espaço vivido e este como instância de resistência, manutenção e fruição da vida.

4.3 TV VIVA: fazendo história e comunicação na rua

Já sabemos que a TV VIVA insere-se dentro de um quadro amplo e complexo da história brasileira recente, ao qual inúmeras variáveis de sua estrutura sócio-político-econômica encontram-se articuladas. Examinamos, ainda que de modo sumário, duas delas. A primeira tem origem mais interna e relaciona-se à expansão dos movimentos sociais naquele momento ainda delicado da vida política nacional. E o segundo, alia características de sua estrutura econômica e da revolução técnico-científica, com o comportamento político das elites locais.

Combinados, esses aspectos estão na base do famigerado “milagre brasileiro”, que particularmente, em suas conexões com os meios de comunicação, revelam por um lado, a aliança dos segmentos dominantes da burguesia nacional com o capitalismo mundial, dando continuidade à inserção – uma vez mais calcada no secular status da dependência – do país no modelo das trocas mundiais. Mas também a exigência, para os cada vez mais amplos setores dominados, da organização nos movimentos populares e de iniciativas que incorporassem as novas tecnologias de comunicação em suas táticas de luta. Neste ponto, cabe situar a TV VIVA dentro de seu contexto local de nascimento.

Originalmente, a TV VIVA de Olinda/PE, compunha o projeto de comunicação alternativa do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), uma organização não-governamental (ONG) fundada há vinte e sete anos, com o objetivo de desenvolver projetos no campo da pesquisa, ação social e assessoria aos movimentos populares.

Conhecido regional e nacionalmente pela seriedade de suas intervenções junto aos movimentos sociais⁸⁷, foi contudo, com o projeto de *TV de rua* que o CCLF veio a alcançar maior visibilidade e prestígio. O reconhecido apuro técnico das produções e o domínio da linguagem videográfica, foram aliás, aspectos que durante algum tempo, deram merecido destaque à TV VIVA no âmbito da comunicação alternativa, cuja ilustração pode ser acompanhada nas mais de vinte premiações recebidas em festivais de vídeo no Brasil e no exterior (cf. anexo).

A TV VIVA inicia suas atividades a partir de um financiamento de cinquenta mil dólares, feito pela agência de cooperação holandesa NOVIB, com o qual adquiriu os principais equipamentos (câmaras, video-tape, ilha de edição, projetor e telão) necessários à produção dos vídeos.⁸⁸

Enquanto projeto de comunicação alternativa que utiliza o espaço da rua de bairros pobres, como forma de reunir as pessoas para a discussão e o entretenimento, a TV VIVA surge com uma proposta efetiva de contrapor-se estruturalmente aos *mass media* e ao monopólio da palavra e da informação por eles praticado. A rua nos diz Baudrillard “(...) é a forma alternativa e subversiva de todos os *mass media*, porque ela não é, como estes, suporte objectivado de mensagens sem resposta, rede de trânsito à distância; ela é o espaço aberto da troca simbólica da palavra, efêmera e mortal, palavra que não se reflete no ecrã platônico dos *media*”⁸⁹. [grifos no original].

⁸⁷ O Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) é signatário de importantes fóruns nacionais como: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG); Movimento Nacional em Defesa dos Direitos Humanos (MNDH); Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP), entre outros.

⁸⁸ SOUZA, A. M. *TV VIVA furando a rede*. São Paulo, 1994. Monografia (Graduação em Jornalismo), ECA/USP, p.29.

⁸⁹ BAUDRILLARD, J., op. cit., p.181.

A TV VIVA se desenvolve embalada nesta perspectiva, ou seja, a de eliminar toda mediação técnica que esterelize as relações interpessoais, colocando-a no patamar de instrumento que retome os processos comunicativos baseados na fala tomada e respondida. Que engendrados em interações sensíveis com o *outro*, possam deixar emergir o conflito latente ou manifesto em qualquer situação social, e assim, como num “efeito espelho”, serem canalizados nas táticas cotidianas de resistência, sobrevivência e luta. Tais propósitos, aparecem com clareza no seguinte depoimento de um dos seus dirigentes.

“Nossa idéia era simples: veicular informação pra engendrar comunicação entre as pessoas. O pressuposto era o de que, embora a população mais pobre recebesse uma elevada carga de informações, estas não a tinham como seus personagens, nem seus atores principais. Então a idéia de se fazer isso em praça pública, era mostrar a possibilidade de fazer uma comunicação que tivesse esse tipo de personagem como seu ator central. Tirar as pessoas de casa, do isolamento do lar, juntar as pessoas de uma mesma comunidade que tem muitas coisas afins, embora nem tenham descoberto isso por falta de comunicação. Então a idéia era essa: veicular informação num espaço público, juntando pessoas para que partilhassem dela e daí conversassem mais, trocassem mais idéias, a sociabilidade da comunidade se desenvolvesse e isso facilitasse o processo de organização, de luta”.(Eduardo Homem).

Embora tenha sido constituída em julho de 1984, as primeiras exhibições da TV VIVA em espaços públicos de ruas e praças, só aconteceram a partir de março de 1985, sendo o Morro da Conceição a primeira comunidade a ter contato com a experiência. Durante o período em que as exhibições existiram (1984-1994), a TV VIVA levou suas imagens a inúmeros bairros pobres do Recife e de sua região metropolitana. No princípio foram seis, depois dez, até atingir o limite de vinte e quatro bairros⁹⁰ contemplados com suas exhibições.

⁹⁰ Foram os seguintes os bairros contemplados até 1994, com apresentações da TV VIVA: Alto da Bondade, Alto do Céu, Alto da Colina, Alto de Sta. Izabel, Barreira do Rosário, Brasília Teimosa, Bola na Rede, Caetés I, Carolinas, Coque, Guabiraba, Ibura, Mangabeira, Matriz da Luz, Maranguape II, Morro da Conceição, Mustardinha, Paratibe, Roda de Fogo, Santo Amaro, Sapucaia, Sítio Grande, UR-10 e Várzea. Além das localidades permanentes, havia comunidades que a TV VIVA fazia exhibições apenas esporadicamente.

Em comum – e, ao mesmo tempo, obedecendo à diversidade geográfica dos bairros quanto aos níveis de organização política, formação social e renda, definidos pela tevê como princípios gerais básicos na seleção dos locais para a exibição – esses lugares têm o fato de serem todos áreas suburbanas pobres, bairros periféricos ou favelas da cidade e dos municípios da região metropolitana do Recife; a exigüidade dos rendimentos de elevados contingentes de sua população; baixos níveis de escolaridade; e a insuficiência ou ausência das infra-estruturas urbanas essenciais (saneamento, moradia, transportes, lazer, etc.), em uma palavra, espaços sociais de reprodução precária.

Com o suporte de duas unidades móveis ‘peruas Kombi’, equipadas com telão, caixas de som e projetor de vídeo, a TV VIVA realizava uma apresentação mensal em cada um dos bairros selecionados. Geralmente antecedida do contato prévio da “emissora” com o conselho de moradores do *lugar*, o anúncio pelas ruas, através de autofalantes, do horário e local da exibição para a população, ocorria poucas horas antes desta vir a ocorrer.

Por volta das 19:30 um carro com a equipe de exibição se aproximava da praça ou da rua do bairro...*“no dia que a TV VIVA vinha todo mundo ficava esperando, quando ela chegava era uma festa, era todo mundo correndo pra vê, cada um que quisesse ficar mais perto... muita gente gritava: é hoje! Hoje a TV VIVA vem!... até passar com cadeira passava pra esperar...”* recorda uma moradora do Morro. Os equipamentos eram retirados da Kombi. A energia elétrica “puxada” do poste mais próximo. Em pouco tempo a parafernália eletrônica, suporte para a projeção dos vídeos no telão está montada sob os olhares curiosos da aglomeração que aguarda os sinais do primeiro vídeo da noite. Exibidores ligam e testam projetor, áudio e vídeo, ajustam o foco da imagem, regulam o volume do som. Pronto: “na capital de Pernambuco vinte horas”. Com estas palavras emitidas em “off” na vinheta de abertura, iniciava-se a exibição. Estava no ar, o que uma

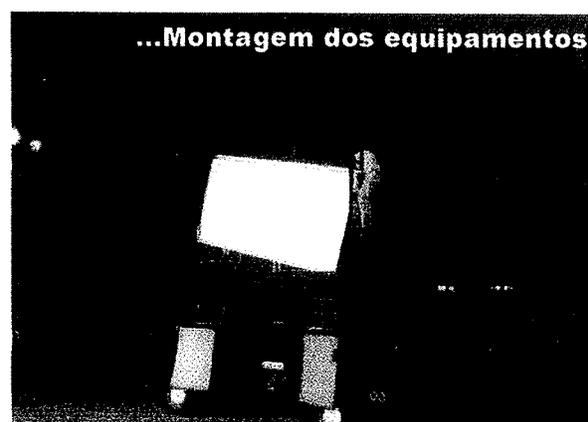
feliz expressão encontrada num jornal local definiu de “circo-tecnológico-mambembe” (Painel fotográfico 4).



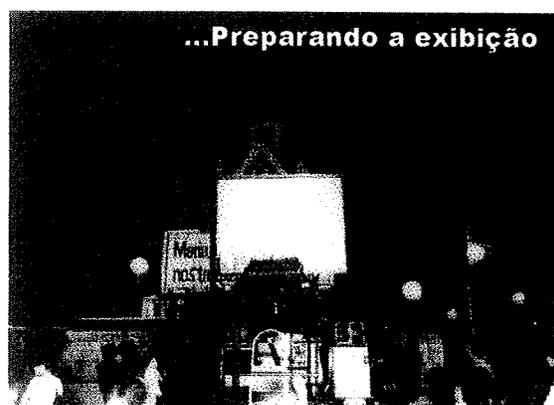
EQUIPE DE EXIBIÇÃO...



Chegada da TV VIVA na Praça...



...Montagem dos equipamentos



...Preparando a exibição



...Exibição dos vídeos

Painel fotográfico 4 – Momentos de atuação da TV VIVA no Lugar. (fotos da TV VIVA, s/d).

As exibições ocorriam à céu aberto, na rua ou na praça, sempre às vinte horas. Segundo um morador, “*sempre começava no horário de oito horas... que muita gente não gostava de assistir o Jornal Nacional aí ia assistir a TV VIVA. Acabava um pouco antes do*

fim da novela de oito e meia”, sendo interrompidas apenas, entre os meses de junho/agosto, em função das chuvas serem nessa época no litoral nordestino. Neste período, uma programação alternativa para recintos fechados, era realizada através dos videodebates nas associações de moradores, sindicatos, universidades, etc.

No local da exibição, um público variável e flutuante – muitos assistiam à programação completa, outros a apenas uma parte; havia os que passavam e davam uma olhadinha e ainda os que iniciavam, saíam e voltavam conforme o bloco de interesse – de cem e até mil pessoas⁹¹, nas palavras de um morador do Morro “*me lembro que aquele espaço do campo todinho, era tomado de gente e tinha gente que não ficava junto que também assistia...*” em pé, escorados nos muros das casas do entorno, sentados em cadeiras, no chão, acorados, homens, mulheres e crianças, adultos, jovens adolescentes e velhos, acompanhavam uma programação com duração média de 60 minutos formada por pequenos blocos⁹² assim distribuídos:

PIPOCA MALUCA (PM) – Infantil – histórias e reportagens sobre grupos culturais formados por crianças e animação com bonecos.

LINGUA DE TRAPO (LDT) – Humor – reportagem sobre tema previamente definido, geralmente sobre assunto em evidência na crônica social da cidade ou do país, na qual um animador trajado de acordo com o tema, em tom satírico, sai às ruas da cidade entrevistando pessoas.

⁹¹ Em uma exibição no M. da Conceição realizada em 02/10/92 da qual participamos como entrevistador da ONG ETAPAS, responsável pela elaboração do *Relatório de impacto das ações da TV VIVA*, foram contabilizados no início da exibição 242 pessoas: 96 crianças, 43 mulheres, 65 adolescentes, 27 homens e 11 idosos. Ao final da exibição havia 101 pessoas sendo 26 crianças, 23 adolescentes, 27 homens, 7 idosos e 18 mulheres.

⁹² Houve ainda blocos temporários como **Transas do Corpo** sobre os problemas da mulher e **Videolambe**.

QUATRO CANTOS (QC) – Documentário – grandes reportagens ligadas à problemática social com temário urbano ou rural.

JORNAL OLHO VIVO (JOC) – Jornalístico – matérias curtas sobre questões socioculturais dos próprios bairros pertencentes ao circuito de exibição e/ou comunidades pobres em geral.

CIRCO ELETRÔNICO (CE) – Cultural – inicialmente, reportagens com artistas nordestinos com acento nas tradições da cultura local. Com o tempo, foi consolidando o formato videoclip e transformado-se em um dos canais de expressão da nova cena musical recifense que eclodia com o movimento “Manguebeat”⁹³.

Terminada a exibição, havia o momento de discussões. Um microfone e uma câmara eram abertos aos presentes e estes estimulados pela equipe de “animadores” da TV, a fazerem seus comentários, críticas e sugestões a respeito dos vídeos apresentados. Vejamos o que alguns moradores do Morro da Conceição dizem a respeito disso.

“Eu morro de vergonha de falar no microfone. Achava interessante mais nunca dei uma entrevista. Era começar a entrevista e a praça ficava vazia. Muita gente corria. Algumas pessoas ficavam, comentavam e falavam numa boa. As crianças mesmo, ficavam loucas pra falar, mais a maioria escapulia”. (**Wilma Uchoa**).

“Eles perguntavam um bocado de coisa: como foi? gostou mais do que? Eu nunca fui não... Na hora deles vim com o microfone e a câmara, muita gente não gostava aí começava a esvaziar. Quem ficava mais era as crianças. Ficava tudo eu, eu, eu, alevantando a mão, gritando...” (**Alexandro, 26 anos**).

⁹³ A origem do assim chamado Manguebeat é do início dos anos 90. Embora se manifeste em diversas áreas da cultura, é na música onde vamos encontrar suas raízes. Caracterizada pela fusão de ritmos peculiares a Pernambuco como a batida do coco e do maracatu, por exemplo, com os acordes universais do rock permeadas por letras de forte conteúdo social, este movimento foi dos raros acontecimentos com repercussão nacional, a tentar construir alguma coisa de original na área de música popular nessa década. A geografia da maior parte das bandas situa-se nas áreas periféricas do Recife e nos municípios formadores de sua região metropolitana. É grande a efervescência cultural em muitos dos lugares onde elas se formaram como nos bairros de Peixinhos em Olinda, Alto José do Pinho e no próprio Morro da Conceição em Recife. A base geográfica local junto com a pretensão a uma linguagem universal desse movimento, traz a tona toda a discussão sobre a identidade, a cultura da/na cidade e a globalização versus manutenção das relações e dos espaços nesse final de século.

“Tinha gente que ficava com vergonha de ser apresentado na tela, tinha gente que ficava se escondendo, tinha gente que falava, tinha gente que aproveitava pra brincar, pra zonar, pra perturbar... se tornava uma brincadeira divertida. Ficava todo mundo rindo quando via o outro falar, o outro que passava na tela... era uma coisa séria e também divertida”. (Aldécio/Del, 35 anos).

Nas próprias falas dos dirigentes ou na da equipe de exibição, percebe-se a variabilidade de comportamento das platéias conforme o bairro, os vídeos apresentados, as características pessoais do animador na condução do debate, os tipos de questões enunciadas, entre outros aspectos que podiam torná-lo *“ora surpreendente pela participação, ora um “fracasso” pela ausência dela”*.

O fato é que se este instante mais ou menos formalizado de uso da palavra, a julgar pelas falas dos entrevistados, era amiúde esvaziado, não se pode reduzir os méritos qualitativos da intenção, nem os desdobramentos que tal atitude implica.

Na medida em que a sociabilidade dos habitantes residentes no Morro da Conceição ainda se dá, em boa parte, em espaços públicos ou em ambientes com esta finalidade, estamos chamando de desdobramentos, à multiplicação espontânea da fala gerada pelos comentários feitos por aqueles que acompanhavam ou tomavam conhecimento das exibições. Comentários e discussões nas vendas e botequins, nas rodas de jogo, na missa do domingo, na escola, na casa do vizinho ao lado, na roda de capoeira do sábado, etc., que podiam se remeter à TV VIVA como um todo, a aspectos de um bloco do programa exibido que tenha chamado mais atenção e até mesmo a questões não relacionadas diretamente à presença da tevê, mas despertadas por ela ter propiciado mais uma oportunidade do encontro das pessoas na rua⁹⁴.

⁹⁴ Amostragem de 179 questionários aplicados em oito bairros em que a TV VIVA realizava exibições como: conhecer a TV VIVA de “ouvir falar” 10%; ser informado sobre suas exibições no bairro “pelo vizinho”, grupos do bairro e assemelhados 26%; comentar os vídeos com outras pessoas 56%, demonstram em termos gerais o que estamos afirmando. ETAPAS. *Relatório de impactos das ações da TV VIVA...*, op. cit., p.34, 36,

O mínimo que se pode dizer neste sentido, é que a insistência na realização do debate, era tão importante no cerne do fazer comunicativo proposto pela TV VIVA, quanto a iniciativa de trazer suas imagens ao espaço público da rua.

Sim, pois, o estímulo à palavra é questão chave dentro dos objetivos a que a tevê se propunha. Com efeito, quer pelo fortalecimento da prática de reunir pessoas no e através do espaço, quer pelo estímulo à troca fortuita ou deliberada da palavra com o *outro* que semelhantes ações podem proporcionar, ambas apostam na geração da discussão, ambas tramam – através dos processos comunicativos – em favor do acaso como possibilidade de surgimento do novo e no *valor de uso*, como maneira de resgatar e de fortalecer permanências de sociabilidades compartilhadas, de símbolos, de identidades construídas no *lugar*.

Portanto, o momento do encontro na praça antes, durante ou depois das exibições, era o da palavra por excelência. Para além das ritualizações, pois, espontâneo por natureza, nele podia ocorrer de tudo: da reflexão séria ao comentário mais insólito, da gargalhada esrachada ao semblante do riso, dos gestos agitados ao silêncio profundamente preocupado, do olhar atento provocado por uma passagem julgada interessante do vídeo ao plano da fofoca sobre a última novidade no bairro: o adultério da vizinha, a rebeldia do filho adolescente, o batizado, o pagode e a seresta de logo mais no sábado, a filha que foi desvirginada, a derrota do time preferido no campeonato nacional, o seqüestro de um cantor famoso, a água que não chega há uma semana, a eleição do Conselho, o assassinato de um “José qualquer” no morro vizinho, o aumento vergonhoso do salário mínimo, ou a simples

72, 74, 75. Na nossa pesquisa direta no Morro não encontramos um único morador que desconhecesse a TV VIVA, mesmo que nunca a tivesse assistido como seu Cazuza ou seu Toinho ambos donos de mercearias.

e descontrolada correria das crianças e suas brincadeiras, entre centenas de outros pensamentos, gestos e palavras possíveis, essa era a atmosfera geral que permeava o comportamento das pessoas nas exposições.

Já o debate “formal” era o instante em que as pessoas podiam tomar a palavra e manifestar suas opiniões, fazer protestos, críticas, trazer sugestões e também divertir-se, surpreender-se com sua voz e imagem no telão. Por conseguinte, a fala aqui representava a perspectiva racionalizada e concreta de, pelo uso do espaço, vir fomentar a comunicação interpessoal, uma instância essencial no longo e árduo aprendizado cotidiano de conquista da cidadania e do despertar da consciência crítica.

Como lembra Montenegro, o âmbito da língua em suas vertentes escrita e, sobretudo, oral constitui-se em instrumento indispensável no cotidiano das populações pobres. E escreve “*não dominá-las projeta um imaginário de limitação e impotência, no embate cotidiano (...) com os valores e as práticas instituídos como dominantes na sociedade. Aprender a discutir, a defender uma idéia, a ouvir outras idéias, a inventar argumentos na defesa de seu ponto de vista, da sua opinião é um caminho a ser trilhado*”⁹⁵. Assim, como nos outros espaços de sociabilidade existentes fora e, principalmente, dentro do bairro a exemplo do conselho de moradores, da Igreja, da festa, da pelada na praça, das relações de vizinhança, etc., locais onde também se exercitam o contato e as trocas sensíveis com o *outro*, a fala durante a exposição e no debate, enquanto tática, seguramente contribui para a sobrevivência do encontro como forma social privilegiada da vida urbana e para o fortalecimento do *lugar*.

⁹⁵ MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória...*, op. cit., p.38 & 39.

No segundo semestre de 1994, ao final de dez anos, a TV VIVA encerra suas atividades de exibição nas ruas dos bairros. Entre as razões alegadas por Eduardo Homem, um dos dirigentes da TV, para o término da experiência, duas merecem destaque. A primeira foi de ordem financeira pois, como ele diz *“não se tem mais dinheiro pra fazer o que a gente fazia. Hoje você não consegue mais financiamento internacional para manter a equipe que nós mantínhamos e a atividade de produção e de exibição de um vídeo mensal não se auto-sustenta”*.

A outra, embora a época tenha gerado bastante polêmica e divisões internas e, até hoje, seja motivo de controvérsias entre dirigentes e ex-membros das equipes exibidoras, liga-se ironicamente, à própria necessidade de repensar a proposta da *TV de rua*. De acordo com o mesmo dirigente, *“a gente começou a perceber que dispersando o trabalho em vinte e quatro bairros a TV VIVA tava se tornando um disco voador que pousava uma vez por mês na comunidade sem nela criar raízes. Quanto mais a gente ampliava o número de bairros, menos conseguíamos manter um contato orgânico com eles. A sensação de pertencimento às comunidades enfraqueceu-se frente à sensação de disco voador”*.

Para muito além das contradições e frustrações, caminhos e descaminhos que os processos comunicativos gerados na rua possam levantar. Para bem distante das restrições que a real escassez de recursos materiais possa ter imposto aos altos custos exigidos pela produção e exibição videográficas. Tudo isso só confirma os limites estreitos nos quais se sustentam experiências com essa natureza estando inseridas em uma sociedade capitalista, onde tudo para existir necessita submeter-se ao imperativo da rentabilidade ou no mínimo, na era dos eufemismos politicamente corretos, *“auto-sustentar-se”*.

Na verdade, depoimentos como o que diz: *“são duas coisas diferentes: a tevê em casa você assiste individualmente, no máximo com a família e na rua você tá junto com*

outras pessoas, tem mais gente pra comentar é uma maneira festiva de assistir televisão... é também uma forma de aproximar as pessoas e de a gente discutir a própria comunidade...”

revelam que a TV VIVA, ao extinguir as exibições, renuncia ao principal traço que a diferenciava estruturalmente dos *media de massa*, isto é, a apropriação do espaço para produzir processos comunicativos entre as pessoas e, a partir deles, abrir possibilidades de interferir no cotidiano, permitir fluir o acaso, aflorar as diferenças e engendrar a mudança.

Todavia, se não entendemos a noção de mudança como a capacidade de aproveitar cada oportunidade de canalizar as energias contidas no cotidiano dos gestos, atos, ações não capturadas, não reduzidas e irredutíveis à lógica da mercadoria, da *troca*, como vamos emergir das armadilhas do consenso, da inércia, do vazio de iniciativas que povoam um mundo tão ansioso por manter estável sua orgia de consumo, quanto avesso a qualquer sinal de subversão?

Se o sentido do urbano e da plenitude da vida urbana, tal como a compreende Lefebvre, baseia-se no seu reconhecimento efetivo enquanto forma da simultaneidade, da reunião, do encontro, da convivência das diferenças, que embora extrapole a forma da cidade, tem uma existência num espaço/tempo concretos, prático-sensível, e que, sobretudo, fundamenta-se na permanência do *valor de uso*⁹⁶. E se o uso do espaço proposto pela TV VIVA abre brechas exatamente para se pensar a realização dos elementos acima apontados, não encontramos justificativa plausível para a suspensão de suas atividades de rua, senão àquela que impõe a submissão de tudo à lógica do mercado.

⁹⁶ LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991, p.81-82.

A fala de um ex-membro da equipe de exibição externando seu descontentamento pelo fim da tevê, com a lucidez do seu depoimento, sintetiza nossa interpretação a respeito da questão.

“Eu sempre fui partidário de que mesmo que a TV VIVA viesse a ter um canal aberto que atingisse milhares de pessoas em casa, ela não deveria abandonar o trabalho da rua. É claro que quando se trata de atingir um público maior a televisão aberta é fantástica. Mas com a experiência que a TV VIVA teve, não deveria jamais ignorar a rua. Muito pelo contrário, essa parte da rua deveria ser ampliada... porque ela não está encerrada, a rua não se encerra. O espaço onde as pessoas tão brincando, se reunindo, tomando cerveja, jogando bola... isso não se encerra nunca. E tinha a proposta do encontro. Não era só ir assistir a TV VIVA. O cabra saía na rua, saía de casa, o cara se encontrava com amigos, com a namorada, com as pessoas do bairro... a rua é o encontro das pessoas do bairro. Então jamais você pode dispensar esse espaço lúdico, esse espaço riquíssimo. Nós táamos chegar num nível do trabalho de exibição muito legal. Além do mais na rua a gente tava chegando pro povão, mas também trabalhando no micro e eu sou dessa história aí, da formiguinha...”.(Amaro Filho).

Não obstante, se hoje a TV VIVA passou a ser uma simples produtora comercial de vídeos como tantas outras, que marcas sua festejada presença nos bairros terá deixado? Que elementos podem ser atribuídos às sementes por ela plantadas? Dez anos de apropriação da rua para o encontro, o riso, a fala podem ser reduzidos a mero triunfo do mercado? Ou sua extinção – num mundo em que a mercadoria se generaliza – é só mais um alerta de que já não há mais lugar para utopias? Seria com perplexidade que admitiríamos não haver outras possibilidades.

Mais que isto, estaríamos negando o movimento da história e a mudança como potência latente que a acompanha, como que a espreitar por entre veredas, o instante de poder transmutar-se do sonho à realidade.

Muito pelo contrário, de acordo com Lefebvre, quando escreve sobre o percurso metodológico necessário ao entendimento das possibilidades de realização plena do urbano e da sociedade urbana “a utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na

*prática suas implicações e conseqüências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos da vida quotidiana se inscrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?”*⁹⁷ [grifos no original]. Sendo assim, poderiam os bairros onde as exibições da TV VIVA provocavam a reunião, a comunicação e o debate entre as pessoas com seus vídeos, serem espaços favoráveis à felicidade nos termos colocados pelo autor?

Se a nossa proposta de investigação não comporta que tal verificação aconteça em todas, nem mesmo na maior parte das localidades em que a TV VIVA realizou exibições, em uma delas – a do Morro da Conceição – encontramos sinais concretos de que os homens continuam com suas utopias – mesmo que, cada vez mais, estas aparentem somente serem perceptíveis/possíveis no nível micro, o da ‘formiguinha’ como bem metaforizou aquele exibidor citado – e a história se movendo ainda com uma certa dose de imprevisibilidade, por isso mesmo, reservando-nos surpresas e acontecimentos.

Assim, os elementos que nortearam a condução da pesquisa, no período que ainda nos achávamos no estágio da observação e da elaboração das hipóteses, partiram de alguns pressupostos. O primeiro, era de que uma *TV de rua*, que faz do resgate dos espaços públicos a partir da esfera local, um pretexto para reunir pessoas, permitiria discutir a questão dos *usos* do espaço pelo que ele contém de *valor de uso* e que a *tevé* direta ou indiretamente viria reforçar. Portanto, no e através do espaço, o instante do encontro na praça ou na rua para assistir a TV VIVA, a *insurgência do uso* levanta a possibilidade de renovação da relação sujeito/espaço.

⁹⁷ op. cit., p.108.

O segundo, se apoiava na proposta de comunicação da “emissora”. Se ela usava o espaço e as imagens problematizantes dos seus vídeos, para produzir interações sensíveis entre as pessoas, – quer no momento mesmo da exibição, quer nos desdobramentos que os processos comunicativos pudessem gerar no cotidiano do bairro, – abria a discussão sobre a projeção dos mesmos quanto aos limites e repercussões no cotidiano de quem os assistia, particularmente, no que tange aos seus processos de organização e de luta na produção do *lugar*.

O terceiro, nos colocava diretamente em contato com a questão da identidade espacial, por conseguinte, no âmbito da permanência do *lugar*, num quadro em que os ventos homogeneizantes soprados pela mundialidade em constituição, parecem evaporá-lo.

Neste caso, as discussões incluíam a análise, tanto do significado que a apropriação do espaço nas exibições possa ter tido como mais um elemento fortalecedor da identidade do *lugar*, igualmente à festa de N. Sr^a da Conceição e os demais usos da praça discutidos no capítulo anterior; quanto dos conteúdos dos vídeos da TV VIVA, ou seja, o campo das representações de mundo que suas imagens queriam consolidar.

Com efeito, essas, além de sempre se basearem numa linguagem problematizante que subsidiava o despertar da palavra falada – fundamento imprescindível à realização plena dos processos comunicativos propostos pela TV VIVA – tinha nos próprios bairros, na sua vida, nos seus problemas, a temática obrigatória de uma parte de sua programação⁹⁸.

O último retoma uma vez mais os *usos* do espaço promovidos com a presença da TV VIVA no *lugar*, discutindo-a enquanto instrumento de lazer, do encontro para a festa, a brincadeira, a diversão. Que por esta via, procura transcender as dimensões do privado, da

⁹⁸ Dentre os blocos da programação da TV VIVA já mencionados, o **Jornal Olho Vivo** era aquele que se dedicava especificamente à abordagem dos problemas cotidianos dos bairros onde havia exibição.

não-comunicação e da *troca* pelo *valor de troca* reforçando a identidade dos habitantes com o *lugar* e a permanência deste.

Por um momento, com a presença da TV VIVA no Morro, a interrupção da cotidianidade dominada pelos ritmos do trabalho alienado, pela repetição mecânica de gestos e ações, pela eliminação da diferença, pela perda da espontaneidade, pela programação da vida. Através dela, no *lugar*, o encontro e o ato da fala, a realização plena da vida urbana. A *apropriação* em substituição à lógica segregante, homogeneizante e hierarquizante conferida ao espaço pelos meandros da *troca*, abrindo a possibilidade, pelo âmbito do local, de se repensar a cidade e o urbano.

Contudo, há que se dizer que as hipóteses iniciais do trabalho tiveram que ser revistas e, portanto, redimensionadas à medida em que o percurso metodológico adotado para investigar o recorte espacial proposto pela pesquisa fazia emergir atores com força explicativa significativamente mais contundente da referida realidade.

Neste sentido, as premissas que colocavam todo acento da permanência e do fortalecimento da identidade do *lugar*, na discussão da atuação temporária de um meio de comunicação alternativo à mídia eletrônica de massa, foram relativizadas em benefício de contextos sociais mais marcantes da atual configuração espacial do Morro como os da festa popular e o das lutas históricas pela melhoria do *lugar* analisados no capítulo anterior.

Isso não significa, no entanto, que tenhamos negado o lugar da TV VIVA na vida do Morro. De modo inequívoco houve um papel da *TV de rua* e este aparece nos relatos dos moradores na pesquisa de campo. A dimensão desse papel é que mereceu reavaliação à proporção que as descobertas avançavam na direção de atores com maior peso na produção do Morro, alguns até afins com o trabalho realizado pela TV VIVA (a questão da festa, por

exemplo). Contudo, suficientemente mais enraizados que esta no tempo/espaço do *lugar* para ali deixar e consolidar marcas, entre outras coisas, geradoras de identidade.

Em outras palavras, o que queremos dizer é que o Morro da Conceição, enquanto expressão de um espaço concreto de produção e de reprodução capitalista da cidade, não obstante às diluições promovidas pelo exacerbamento das relações de cambialidade que dominam a atual sociedade do consumo – inclusive às patrocinadas pelo meios de comunicação de massa – enfraquecendo e fragmentando as iniciativas locais, também fez surgir e sobreviver ali, em meio à reprodução material mínima da existência, a construção de um espaço com identidade própria. Identidade cuja força simbólica de processos sociais a princípio de cunho apenas sagrado, depois extrapolado para as organizações coletivas produtoras de lutas como o conselho de moradores, mas sobretudo fortalecidas e multiplicadas por seus habitantes nas inúmeras práticas de sociabilidade compartilhadas no plano do espaço cotidiano vivido (nos clubes, nas relações de vizinhança, nas portas das mercearias, etc.) definiram a permanência do *lugar*. Por conseguinte, a TV VIVA não vem trazer elementos radicalmente novos a uma prática espacial identitária, mas apropriando-se dos elementos já existentes no *lugar*, pode-se dizer, sobretudo reforçá-las.

Assim sendo, o que temos no item que encerra este trabalho é, principalmente, a tentativa de sintetizar o papel da *TV VIVA* no fortalecimento dos *usos* não absorvidos pelo *valor de troca* no espaço do Morro da Conceição e a sua importância como mais um ator (como a Igreja, o conselho de moradores, os movimentos culturais, etc.) que contribui para a permanência deste *lugar*.

Parte-se então para o cruzamento de todos os pressupostos acima referidos, até o limite em que possam iluminar nossas afirmações a respeito da dimensão das relações entre a TV VIVA e o *lugar*.

4.4 As Imagens Que Ficam No *Lugar* Que Permanece

Apesar de o item ter em seu título o termo *imagem*, não é exatamente enquanto representação do real em forma de sinais luminosos, nem como conceito que vamos tratá-la. À princípio, imagem aqui é apenas um recurso de exposição que quer apropriar-se do vocábulo definidor da matéria-prima da TV VIVA, ou seja, o conteúdo imagético dos seus vídeos, como pretexto para buscar as presenças/ausências da tevê no contexto espacial e de vida dos moradores do Morro da Conceição.

Para além das repercussões que as imagens videográficas venham a ter produzido no espaço e no imaginário local, as *imagens que ficam* traduzem antes e exclusivamente nossa tentativa de revelar o legado, ou a carência dele, deixado pela passagem da TV VIVA no *lugar*. De mostrar o que possa ter permanecido de significativo dessa experiência que reuniu as dimensões do *olhar* os vídeos no telão; do *falar* sobre eles, mas também – às vezes até principalmente – falar qualquer coisa, provocar os sentidos; e especialmente do *usar* o espaço e com isso aproximar as pessoas fazendo-as fruir intersubjetividades, descobrindo e descobrir-se no e através do *outro*.

Também de apontar à luz das lembranças individuais trazidas pelos depoimentos de moradores do *lugar*, o que a TV VIVA teria deixado como prática de mudança, reforço e manutenção da vida coletiva do *lugar*, após cinco anos do final das exibições.

Se a “espoliação das lembranças” é uma das expressões do desenraizamento dos seres humanos na vida moderna, a evocação delas pode sinalizar as primeiras promessas de manutenção espaço/temporais. Assim, se como escreve Simone Weil “*um ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que*

*conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro*⁹⁹, as recordações de moradores a respeito da TV VIVA no Morro são já, em si mesmas, indicadores que revelam um enraizamento tanto dos moradores no espaço e, por conseguinte, a sua permanência, quanto da *TV de rua* como uma experiência significativa que, ao definir a comunicação pelo encontro das pessoas no uso do espaço, deixou marcas.

O primeiro aspecto que merece ser destacado, refere-se à própria diferenciação na realização do processo comunicativo nos *mass media* e na *TV de rua*, que como tal, reflete-se na natureza das *lembranças* que podem ser construídas por um e por outro.

Como sabemos, os aparatos técnicos dos *mass media* ao reforçar a esfera do privado, ao tirar as pessoas da rua, geram não-comunicação e com isso acabam obstaculizando a construção de uma densidade histórica indispensável à constituição da memória. O bombardeio ininterrupto de informações deslocadas reduz a capacidade de pensar ao mínimo e praticamente não deixa margem à reflexão. Assim, o bordão do consumo pela repetição exaustiva, pela pretensão a onipresença, é quase a única lembrança permitida a povoar a cabeça dos espectadores e a que possui melhores chances de colonizar individualidades e coletividades à escala do planeta.

Na medida em que estimula o contato direto entre as pessoas a *TV de rua*, pelo contrário, ao apoiar-se no uso do espaço, na comunicação de fato, no estímulo à reflexão crítica, não apenas contribui para o fortalecimento de raízes dos habitantes com o *lugar*, para reavivar relações baseadas no *uso pelo valor de uso*, ajuda também na elaboração de uma história guardada na memória dos seus habitantes e expressadas em suas lembranças. Através delas foi possível resgatar a participação da TV VIVA em questões como a do

⁹⁹ WEIL, S. apud BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.443.

fortalecimento da identidade do *lugar* a partir dos usos do espaço para o lazer, o simbolismo da festa, o engraçado e o lúdico. E principalmente, a dimensão do uso da rua como instância fundamental da vida coletiva do bairro.

Em primeiro lugar, chamam a atenção os depoimentos que lembram a TV VIVA como uma ferramenta a meio caminho entre a intenção de influenciar na construção da consciência crítica pelo tratamento dado às questões sociopolíticas e a simples diversão. Na verdade esta última dimensão, para um dirigente e um ex-exibidor, freqüentemente, impõe-se sobre a primeira e às demais.

“Porque as pessoas são brincalhonas, gostam de rir, elas brincam até mesmo com a sua miséria; porque algo engraçado nada tem a ver com não levar à reflexão; porque é mais agradável de fazer e porque a gente também é festeiro. O humor é uma forma de comunicação maravilhosa e a gente conseguiu fazer isso de forma legal. Virou uma característica da TV VIVA: do lado de uma estética apurada, a incorporação orgânica na linguagem da questão do humor, sem aquele ranço de esquerda de abordar a miséria de forma chorosa e dramática, pois, basicamente eu acho que o processo comunicativo tem que ser um divertimento. Tudo que não diverte não transmite”. (Eduardo Homem/).

“A proposta era ser mais um recurso de lazer dentro da comunidade. Um recurso de lazer que trouxesse educação e temas importantes para serem discutidos. Os blocos pretendiam mais divertir do que ficar fazendo a cabeça de alguém. Claro que era um espaço que a gente procurava aproveitar o lado educativo de as pessoas se colocarem também enquanto cidadãos...” (Amaro Filho).

Com efeito o que podemos dizer é que a perspectiva de ultrapassar a análise tradicional no tratamento dos problemas cotidianos em suas diversas escalas (local, nacional e mundial), e de buscar apreendê-los tal como se apresentam no real-vivido em sua grandeza, pequenez e variedade de lados, onde o sério e o engraçado se cruzam permanentemente, não só era uma proposta da tevê, como foi claramente percebido e assimilado pelos que a assistiam. Ou seja, o acontecimento TV VIVA fortalece o sentido da festa, no qual a unidade impondo-se ante às separações e ao isolamento da vida privada,

alimenta o identitário e o relacional do lugar. Pois, embora no neocapitalismo o lazer tenha sido capturado e colocado a serviço da reprodução das relações de produção, segundo Lefebvre, ele também produz espaços contraditórios por excelência. Segundo o autor, o espaço de lazer “*tende (...) a superar as separações: a do social e do mental, a do sensível e do intelectual, como a do cotidiano e do extraordinário (da festa)*”¹⁰⁰.

“Ela era as três coisas numa só. Diversão, política e festa. Esclarecia coisas que a gente não sabia que tava acontecendo a gente ficava sabendo... coisas que se passava aqui mesmo e a gente não sabia, coisas que passava em outros lugares, coisas que eles levavam daqui pra outros lugares...” (D. Gracinha, 39 anos).

“Era o contexto todo junto. Era lazer quando a gente se divertia com os programas. Tinha a questão da consciência política que ela trazia nos vídeos, em alguns debates que ela fazia. Enfim ela trazia um contexto bom de tudo junto que dava pra gente se divertir, ter a consciência política, aprendizagem... era isso” (Rosemary/Rose, 33anos).

O conjunto de relatos demonstra ainda, que o recurso a um forte conteúdo simbólico na linguagem dos vídeos da TV VIVA, se vem ao encontro de práticas socioespaciais de apropriação já conhecidas e consagradas no cotidiano do *lugar* (o caráter festivo dos burburinhos noturnos na praça, as conversas de calçada, etc.), a TV VIVA ao fazê-lo nos espaços (a praça e a rua do Morro) de grande significação para os moradores do *lugar*, devolve-o como elemento de reforço deste.

E isso acontece porque a utilização desses espaços tem implicações consideráveis, pois, como foi dito anteriormente, material e simbolicamente neles foi produzida a centralidade do bairro, por eles passaram e permaneceram processos fundamentais da produção do *lugar*, neles, grupos sociais do bairro desenvolveram usos que avivaram a irredutibilidade do heterogêneo, da diferença ainda existentes nas práticas socioespaciais.

¹⁰⁰ LEFEBVRE, H. La production de l'espace..., op. cit., p.443.

Portanto, num tempo de esvaziamento dos espaços e da 'coisa' pública, a utilização deles por parte da TV VIVA resulta em privilegiá-los, reforçá-los e mantê-los como espaço apropriável para a vida. Aliás, a perspectiva espacializante intrínseca à *TV de rua* recupera também formas/conteúdo em declínio e por excelência fundamentos do modo de vida urbano: o encontro, a fala, a descontração, a brincadeira, a troca de idéias, tendo subjacente a não coisificação do que possa ser produzido pelas relações humanas no seu tempo livre. E isto é expressão de resíduos de práticas espaciais não absorvidas pelos *valores de troca* em meio à generalização dos espaços de consumo onde se oferecem ambientes de diversão e lazer nos quais supostamente se supera a programação do cotidiano, mas que na verdade se prestam à finalidade primeira e praticamente única do consumo (numa multiplicidade de espaços: começando pelo consumo dele próprio até uma infinidade de coisas, signos, espetáculos, de *trocas* de toda ordem).

O sentido dos *usos* não absorvidos pelo *valor de troca* também são fortalecidos. Se a identidade espacial do Morro só pôde ser construída a partir da convivência histórica em um substrato material concreto onde se foram permeando conteúdos relacionais: de vizinhança (onde se troca favores, sorrisos, solidariedade, alegrias e também conflitos); de luta cotidiana (pela melhoria da casa ou simplesmente para que ela fique de pé, pelo transporte, pela coleta do lixo, etc); de solidariedade (na alegria da festa, mas também nos confrontos por seu espaços negociáveis); político-partidárias; de brincadeiras, de fé e de festa (devoção, futebol, escola de samba, carnaval), a TV VIVA vem juntar-se a esse mosaico consolidado em muitas décadas de convívio e reforçá-lo. Quer subvertendo a finalidade funcionalizada da rua, crescentemente reduzida com o avanço do capitalismo às dimensões de passagem, circulação e consumo de mercadorias, quer enfatizando o

encontro, ou ainda fazendo seus habitantes se apropriarem de informações que os façam reconhecer-se criticamente perante o mundo e simultaneamente pertencentes ao *lugar*.

Por outro lado, não se pode afirmar que há uma relação de influência direta da tevê nas lutas sociais do *lugar*. Menos ainda mensurar transformações provocadas por ela na vida cotidiana dos seus moradores. Aqui o terreno é pantanoso e, como já foi demonstrado, o papel de esferas como o Conselho de Moradores, a Igreja e o Estado significativamente mais expressivos.

“A TV VIVA não se metia diretamente nas lutas do bairro. Mas a gente registrava manifestações como, por exemplo, a do conflito com a Igreja na praça do Morro; acompanhamos os moradores até a prefeitura no movimento pelo transporte e tantos outros... a gente filmava, entrevistava as partes interessadas e à noite ia mostrar ao povo o que tinha acontecido. Isso aumentava a mobilização. Então a gente mostrava que com a força das pessoas elas conseguiriam seus direitos. Era essa a contribuição que a gente podia dar” (Walter/Vavá).

Em todo caso, a recusa da impessoalidade da narração em ‘off’, a realidade local trazida para o primeiro plano da discussão sobre a relação lugar/mundo e a manutenção do conflito nas abordagens dos vídeos, também contribuem nos processos de identificação com o espaço local, pois as pessoas se vêem representadas na situações que estão sendo retratados ali no telão, mesmo quando não se trate de matérias específicas ao seu bairro¹⁰¹.

Portanto, os vídeos da TV VIVA são especialmente associados à ordem próxima, ao espaço vivido. Particularmente quando a comparação feita é com a televisão convencional, geralmente ligada à ordem distante, a realidades afastadas do cotidiano sensível

¹⁰¹É significativo que quase a metade das pessoas entrevistadas pela ETAPAS para a avaliação da TV VIVA apontem os elementos do seu mundo vivido abordados nos vídeos desta como principal diferenciador em relação à tevê tradicional. Para uma amostragem de 131 pessoas: relação com os problemas dos moradores 31%; traz informações sobre o bairro 12%; passa na rua 5%. Da mesma forma a respeito do que gostariam de continuar assistindo na TV VIVA. Para uma amostragem de 179 pessoas: programas sobre o bairro 23%; criança de rua 10%; desemprego e carestia 9,5%; violência e segurança 4%. Dados da ETAPAS. *Relatório de Impacto das Ações da TV VIVA...*, op. cit., p. 64 & 66.

experimentado pelos habitantes do lugar, embora sem que muitas vezes se dêem conta, os eventos da globalidade interfiram e mesmo possam destruir a vida local.

“Na TV VIVA a gente via muitas coisas que aconteciam nas comunidades vizinhas. Tinha muitas coisas interessantes que aconteciam em outras comunidades que eu não sabia. Pude ver que a gente se juntando dá pra fazer muita coisa pelo bairro que a gente mora. A partir do momento que ela mostra o que os outros estão fazendo, isso libera um certo espírito de luta e faz com que você batalhe”. (Carlos Antonio, 29 anos).

No plano prático pode-se perceber ainda nas falas dos moradores o papel da TV VIVA como sua aliada e colaboradora nos movimentos do bairro. Tais associações permitem dizer que são desdobramentos da presença dela na vida do *lugar*.

“Eu acho que foi uma perda porque a TV VIVA mostrava assim coisas novas pra comunidade. Por exemplo, se eu não tenho condições de ir na outra comunidade ver como é que é que eles acabaram com o lixo, se eles têm alguma organização, se eles fizeram um projeto melhor, por que não pegar a experiência de lá e trazer pra cá? Se lá conseguiram fazer assim uma comunidade mais alegre por que não trazer pra cá? A TV VIVA fazia isso, mostrava o que acontecia nos outros bairros pra gente...” (Fernando, 18 anos).

“Eles sempre fazia ‘entrevista’ sobre o Morro e lá fora o pessoal ficava sabendo como era o Morro. Do jeito que eles trazia as coisas dos outros lugares pra gente, já levava da gente pra outro lugar. Isso ajudava ao povo saber que o Morro não é como muita gente pensa. Muita gente acha que o Morro é “quente”, muito violento, mais não é. Talvez a TV VIVA passando essas ‘entrevistas’ lá fora o pessoal vá perdendo o medo de subir o Morro. Eu vivo aqui há tanto anos, criei meus filhos aqui e graças a Deus não tou arrependida, adoro viver no Morro”. (D. Gracinha, 39 anos).

“Era interessante porque era uma forma assim de integrar a comunidade ao mundo, que não era só a Globo, mais o mundo que era a nossa realidade. As questões da cidade, as experiências de outros bairros ela trazia pra gente ver, comparar. Como era a nossa organização aqui no Morro, a organização de outras comunidades como era, quais os problemas que elas enfrentavam, porque cada uma é diferente né... que não só aqui ou em Casa Amarela que tinha problemas, mas o Recife todo tinha. A TV VIVA trazia tentava trazer pra o coletivo...” (Rosemary/Rose, 33anos).

‘Adorar viver no Morro’, ‘tentar trazer para o coletivo’, ‘aprender com a experiência do outro’ são elementos dos relatos a evidenciar que a subversão da estrutura do *meio*, ao

quebrar a clássica relação emissor/receptor que esvazia a vida de relações em benefício do isolamento permitido pelo universo privado da casa e dos ambientes impessoais da individualidade, persegue um uso desprivatizado do espaço, reforçando assim, práticas espaciais não produtoras de coisas, mas de sociabilidades relacionais, abrindo perspectivas de pensar-se e produzir-se um espaço urbano diferente.

Por fim, o caráter de apropriação do espaço público que se dando através dos *usos* não absorvidos pelas relações abstratas do *valor de troca*, fortalecem laços de identificação dos moradores com os espaços da vida cotidiana cuja produção no tempo, como resultado do amálgama mundial/local, embora tenda a desfigurar este último, também tem desencadeado mundo afora, processos de resistência e o sentido de afirmação do *lugar* como expressão do direito a existência de culturas, povos, festas e símbolos, sonhos, espaços.

Neste sentido, a rua como expressão concreta das formas de apropriação do espaço, revela o homogêneo e o normatizado trazido com a generalização das relações de *troca*, mas revela também, ainda que cada vez mais raro, o sentido da reunião e do encontro. *“Teatro espontâneo, terreno do jogo sem regras precisas, e por isso mesmo mais interessantes, lugar do encontro e de solicitações múltiplas –, a rua resulta indispensável”*¹⁰².

Portanto, a experiência que os moradores do Morro da Conceição tiveram com as exibições da TV VIVA na rua e na praça, – exatamente pelo fato de acontecerem na rua, permitir a manifestação da palavra, provocar a empatia pelo encontro com iguais também fazendo uso da palavra nas imagens dos vídeos – foi uma dessas manifestações invulgares

¹⁰² LEFEBVRE, H. *De Lo rural a lo urbano...*, op. cit., p.181.

da permanência da rua como local de transcendência de todas as dicotomias, onde o imprevisto e o acaso afloram. Nela, brinca-se, trabalha-se, joga-se, reza-se, festeja-se, reivindica-se, confronta-se faz-se e refaz-se cotidianamente a identidade do lugar.

“Na rua você vai ver outras pessoas, conversar com outras pessoas, encontrar os amigos, ver uma programação diferente, um cara engraçado falando de tal político, um músico interessante, uma matéria sobre outra comunidade, discutir com o outro: puxa tá acontecendo isso em Brasília Teimosa! Olha como lá é diferente! Ou mesmo matéria sobre nossa própria comunidade... tinha essa coisa legal de você conversar, comentar com o outro. Muitas vezes a TV VIVA terminava e a gente ficava na praça conversando, as vezes rolava aquele som ai ficávamos dançando um pouco... você assiste televisão com outras pessoas. Em casa você vê as coisas e nem comenta...”(Wilma Uchoa).

Eu acho que a TV VIVA contribuiu também no sentido de mostrar que nos outros lugares também existe organização e isso era uma forma das pessoas compreenderem tanto as questões mais gerais da sociedade e do mundo, como os problemas de seu local, do seu bairro”. (Luiz Carlos/Cal, 31 anos).

Para além de qualquer associação objetiva, ademais problemática, entre o que resultou de fato da influência da TV VIVA no Morro e as práticas sobreviventes na vida atual dos seus moradores, é suficiente que se observe os movimentos políticos, culturais, os usos noturnos da praça, a festa de N. Sr^a da Conceição, as rodas de pagode dos finais de semana, o desfile do clube carnavalesco, o consertador de sapato, as serenatas, o jogo de futebol, etc..., não somente buscando uma relação de causa e efeito, mas como verdadeiras *insurgências de usos* não reduzidos à *troca*, momentos de *apropriação* do espaço, *resíduos* para se repensar o urbano e a vida urbana. Felizmente os homens continuam produzindo sua própria história e os habitantes do Morro apesar de terem perdido a TV VIVA, vivendo-a e fazendo-a permeada de contradições, avanços e recuos, em grande parte em suas ruas.

Assim, se o Morro da Conceição, em um primeiro momento, é resultado dos caminhos que o capital impõe à reprodução da cidade, sua permanência enquanto lugar da

vida depende de outros tantos processos. Alguns condicionados pela totalidade mais ampla (nação, mundo), outros por uma história particular que o mantém e antes o produziu.

A despeito de toda a influência exterior trazida pelos diversos níveis da realidade social, no nível local também se constroem práticas socioespaciais valorativas da ordem próxima, que se não livra os indivíduos de uma 'história geral' francamente desfavorável a seus interesses, consegue torná-los assim mesmo sujeitos de uma 'história singular' produzida na convivência compartilhada que gera valores, espaços símbolos e a própria vida.

Os lugares de alguma forma continuam a ser manifestações tanto da generalização da formã-mercadoria na cidade, que tornou ela própria um produto em permanente processo de cambialidade e disso eles são condição e resultado, portanto, espaço agente da proliferação do *valor de troca*. Por outro lado, certas relações desenvolvidas no seio destes microespaços (festas, lutas, cultura), são relações elaboradas à sombra dos meios de troca as quais vão sedimentando 'contra-espaços' baseados em usos que apelam ao *valor de uso* e, portanto, vão se mantendo através das práticas do encontro, da sociabilidade da festa, do fazer coletivo, etc.

A reprodução ampliada do capital que passa cada vez mais pela formação de espaços mediados pelas trocas à escala global, e esta corrói avassaladoramente o universo local das relações imediatas produzidas no vivido, se depara com processos de resistência manifestos nos espaços, nas relações, na cultura desse mesmo vivido. Entende-se assim, que a presença espacial da TV VIVA veio reforçar o que já se mantinha de modo explícito ou como força latente no próprio *lugar*.

De qualquer maneira a iniciativa de levar o campo da comunicação pelas imagens para o domínio da rua recuperando o encontro e a festa, reforça no bairro dimensões

perdidas com a racionalização e o agigantamento da cidade modernamente reduzida a espaço de consumo.

O Morro representa assim, a combinação contraditória de relações sociais historicamente construídas e geradoras de práticas espaciais. Nele, há resíduos e recusa em ser simples alojamento para homens e mulheres extenuados pela jornada diária de trabalho. Trabalho aliás raro, já que o grau de exigência de uma economia globalizada, deixa de fora parcelas crescentes de indivíduos sem o mínimo de saber operatório.

Todavia, se triunfa no capitalismo globalizado o espaço homogêneo, arrasador das diferenças, como ele não se reproduz igualmente em todos os lugares, deixa possibilidade a manifestações de inércia contidas em práticas há muito enraizadas e à mobilização de resistências. São nestas que se fundam as permanências.

Se os lugares são resultado de uma totalidade espacial que vincula-os à reprodução privada da cidade e do capital mundializado, por outro lado, estão conectados a relações que o fazem permanecer e a *TV de rua* como equipamento que faz uso do espaço, ajuda a reelaborar os signos dessa perenidade.

Os aparatos eletrônicos que congestionam os lares e mantêm os indivíduos dentro de casa afastados dos espaços públicos e do contato interpessoal, que estabelecem relações imateriais, mediatizadas, têm na *TV de rua* a contrapartida de um equipamento tecnologicamente atualizado, mas que procura subverter a estrutura do *meio* eliminando mediações. Com isso reaviva o heterogêneo, a surpresa do encontro na rua onde o indivíduo se constrói no reconhecimento com o *outro*. O tempo-espaço veloz da fluidez imposto pelas técnicas, informações e imagens dos meios tradicionais, se choca aqui com a prática do convívio no encontro da praça, do estímulo à fala, da problematização trazida pelos

vídeos, da referência ao espaço social concreto, a espontaneidade, a valorização do tempo-espaço do *lugar*.

Estabelecido o conflito de usos entre os da reprodução do capital do qual quase nada escapa e os da sociedade, apesar da ampla vantagem dos primeiros, o que fica pode abrir brechas para a partir do *lugar*, no plano da prática política concreta, se repensar a vida urbana.

Para terminar, queremos dizer que a identificação da permanência espacial a partir de um *meio* eletrônico alternativo, entrevê novas discussões. Por exemplo, a do significado das representações local/mundial que o contato prolongado da sociedade com a imagem eletrônica produz no imaginário dos indivíduos da cidade contemporânea. As conseqüências trazidas por um universo que distingue cada vez menos entre o real/concreto e o virtual/imaginado.

No mundo do espaço espetacular produzido pelas imagens de tevê e do cinema que ainda guardam referências na realidade, ainda que distanciado de um conteúdo sociopolítico conseqüente e menos ainda com algum compromisso de mudá-lo, ou no do espaço virtual, digitalizado imaterial, sem qualquer relação com o concreto o que será então a cidade e o modo de vida urbano? Não é por acaso que a temática real/virtual até mesmo nos folhetins de forte apelo popular (novelas da Rede Globo por exemplo) esteja tão recorrente nos dias de hoje. Ela é já um reflexo de que a perda crescente do “sentido da realidade” é uma questão concreta que a sociedade terá cada vez mais de se preocupar.

Recentes discursos do Estado sobre a Recife do século XXI, encontrados principalmente na mídia impressa, por exemplo, parecem não guardar relação alguma com o senso de responsabilidade, bom senso e principalmente realidade encontrados no espaço concreto da cidade. São projetos de habitação fantasmas, sistemas viários imaginários, entre

outros projetos de uma cidade aparentemente impossível, porém vendidos com convicção na mídia.

Para além do triunfo de uma razão cínica, quais as conseqüências sobre o conjunto da sociedade, de um discurso sobre algo que não tem materialidade concreta, mas que passa a ter existência no imaginário social dos habitantes de uma determinada localidade? Que Geografia, Sociologia, Economia urbanas serão essas que refletirão a partir de informações sobre um espaço que é só imagem. Quais as implicações disso para o planejamento urbano e, sobretudo, para prática espacial dos seres humanos, talvez a única concretude a permanecer? Se darão conta que ultrapassando a tela do computador, os discursos dos jornais, da tevê do cinema, etc., há um espaço real a ser pensado, mudado, transformado, produzido?... mais isto é um outra história...

5. BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Wilson N. M. *Novas práticas de urbanização nas periferias do Recife: as comissões de acompanhamento de obras*. Recife, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia), CFCH/UFPE.
- ALMEIDA SOUZA, Maria A. de. *Assentamentos populares do Recife: cadastro e mapeamento*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, 1990.
- ALVES, Glória de A. *Cidade como Te Ver?* São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia), FFLCH/USP.
- ANDRADE, Manoel C. de. *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1979.
- ANDRADE, Margarida M. de. *Bairros Além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Móoca e Belenzinho*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/USP.
- ANSAY, Pierre & SHOONBRODT. “Première Partie - La ville et la Philosophie”. In: *Penser la ville*. Bruxelles: Aux Archives D'Architecture Moderne, 1989, p.15-51.
- ARANTES, Antonio A. *O que é cultura popular*. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. (trad. Maria L. Pereira). Campinas/SP: Papyrus, 1994.
- BARBERO, Jesus M. “Memória narrativa e indústria cultural”. In: *Comunicación y cultura*. México: Universidade Autónoma Metropolitana, 1983, p.60-73.
- BARRETO, Angela M. M. *O Recife através dos tempos*. Recife: Fundarpe, 1994.

BARROS E SILVA, Fernando de. Segmentação reinventa a televisão. *Folha de S. Paulo*, 10 nov., tvfolha, p.2, 1996.

BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. (trad. Aníbal Alves). Rio de Janeiro: Elfos Ed., 1995.

_____. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. (trad. Suely Bastos). São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica arte e política*. (trad. Sérgio P. Rouanet). 7.ed.,v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Rua de mão única*. (trad. Rubens R. T. Filho & José C. M. Barbosa). 3.ed., v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERNARDES, Denis. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1996.

BETANINI, Tonino. “O ‘espaço do corpo’ e os territórios da vida cotidiana”. *Seleção de Textos*, São Paulo/AGB, n.10, p.111-141, 1985.

BEZERRA, Daniel U. C. *Alagados mocambos e mocambeiros*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1965.

BITOUN, Jan. “Análise dos bairros do Recife através da distribuição da renda”. *Revista de Geografia*, Recife/UFPE/DCG., Edição Especial, p.41-55, jul./1996.

_____. “Recife: uma interpretação geográfica”. In: CARLOS, A. F. A.(org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, p.27-45, 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. 8.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.

BRANDÃO, Carlos R. *A cultura na rua*. Campinas/SP: Papyrus, 1989.

_____.(org.). *Pesquisa participante*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARLOS, Ana F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A (Re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____.(org.). “Repensando a Geografia Urbana: uma nova perspectiva se abre”. In:

_____. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p.157-198.

_____. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. (Trad. Cecília Prada). São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste*. 2. ed. São Paulo: 1959.

CHAFFIN, Cássia M. *O circo eletrônico - TV de rua: a tecnologia na praça pública*. São Bernardo do Campo/SP, 1995. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Instituto Metodista de Ensino Superior.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense: 1986.

CONVERSA com Henri Lefebvre, (trad. Manuel R. Berríos). *Espaço & Debates*, n.30, p. 61-69, 1990.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____.“O trabalho de campo na Antropologia Social”. In: _____. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 3.ed. Rio de Janeiro: Rocco, p.143-150, 1991.

DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*. (trad. Guilherme Teixeira). Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

- DIAS, Leila C. "Redes: emergência e organização". In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. & CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.141-162, 1995.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- _____. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- EMPRESA de Urbanização do Recife-URB/Equipe de Estudos Geotécnicos. *Estudo dos problemas geotécnicos dos morros da cidade do Recife*. URB/ATEPE/LSI/UFPE, 1987.
- ETAPAS - Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social. *Morro da Conceição fazendo história*. Recife, 1994.
- _____. *Retrato do Morro: o Morro da Conceição e seus moradores*. Recife, 1993.
- _____. *Avaliação do impacto das ações da TV VIVA*. Recife, 1992.
- _____. *Miséria urbana: uma radiografia da região metropolitana do Recife*. Recife, 1991.
- FALCÃO NETO, J. de A. & ALMEIDA SOUZA, M. A de. "O direito de morar". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 18, maio/jun., p. 74-80, 1985.
- FERREIRA, Laurien. A guerra santa no Morro da Conceição. *Veja 28 Graus*, São Paulo, 21 nov. 1990, p.4-7.
- FESTA, Regina & SILVA, Carlos E. L. da.(orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.
- FOOTE-WHYTE, William. "Treinando a observação participante". In: GUIMARÃES, Alba Z. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p.77-86, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

- GALLOIS, Dominique T. & CARELLI, Vicent. "VÍdeo nas aldeias: a experiência Maiãpi". *Cadernos de Campo*, São Paulo, n.2, p. 52-68, 1992.
- GOLDMANN, Lucien. "A reificação das relações Sociais". In: FORACCHI, M. M. & MARTINS, J. de S.(orgs.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed., p. 163-174, 1981.
- GOMES, Edvânia T. A. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/USP.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. (trad. Geraldo G. de Souza). São Paulo: Edusp, 1993.
- GRANOU, André. *Capitalismo e modo de vida*. (trad. Maria H. Machado). Porto: Afrontamento, s/d.
- GREGORY, D; MARTIN, R. & SMITH, G. (orgs.). "Introdução: Geografia Humana, mudança social e ciência social". In: _____. *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. (trad. Milam Isaak). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 11-27, 1996.
- GREGORY, D. "Teoria Social e Geografia Humana". In: _____. *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. (trad. Milam Isaak). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.90-122, 1996.
- GUERRA, Flávio. *História de Pernambuco*. 4.ed. Recife: Fundaj/Massangana, 1992.
- GUIDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. (trad. Raul Fiker). 2.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- HAESBAERT, Rogério. "A noção de rede regional: reflexões a partir da migração 'gaúcha' no Brasil". *Território*, Rio de Janeiro/LAGET/UFRJ, n.4, jan./jun., p.55-71, 1998.

- _____. "Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão". In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. & CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.165-205, 1995.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. (trad. Adail U. Sobral & Maria S. Gonçalves). São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. (trad. Carlos N. Coutinho & Leandro Konder). 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- IANNI, Octávio. *A sociedade global*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 1991.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- JORNAL DO BRASIL. *Imagens do fundo do quintal: TVs comunitárias surgem em todo país e atraem público cada vez maior*. Rio de Janeiro, 11 mai. 1996, p.7.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. (trad. Célia Neves & Alderico Toríbio). 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. (trad. Karen E. Barbosa). 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LA BLACHE, Vidal de. "Introdução - significado e objeto da Geografia Humana". In: _____. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, p.27-45, 1954.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. (trad. Alcides J. de Barros). São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O direito à cidade*. (trad. Rubens E. Frias). São Paulo: Moraes, 1991.

_____. *De lo rural a lo urbano*. (trad. Javier G. Pueyo). 4.ed. Barcelona: Edicions 62, 1978.

_____. *Hegel, Marx, Nietzsche*. (trad. Rafael G. G. Filipe). Lisboa/Cacém: Ulisseia, 1976.

_____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

_____. *O pensamento marxista e a cidade*. (trad. Maria I. Furtado). Póvoa de Varzim: Ulisseia, 1972.

LIPIETZ, A. & LEBORGNE, D. "O pós-fordismo e seu espaço". *Espaço & Debates*, n. 25, p.12-29, 1988.

LIRA, José T. C. de. "A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome. Recife década de 1930". *Espaço & Debates*, n.37, p.47-60, 1994.

LÚCIA, Nara; TAVARES, Fabíola; ANDRADE, Juraci. Desmonte marca os 13 anos de arcebispado. *Jornal do Commercio*, Recife, 6 dez. 1998. (Especial crise da Igreja, p.2).

_____. Morro da Conceição é exemplo de resistência. *Jornal do Commercio*, Recife, 6 dez. 1998. (Especial crise da Igreja p.3).

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. (trad. Maria C. T. Afonso). Lisboa: Edições 70, 1996.

MAGNANI, José G. C. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole". In: *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- MAIOR, Mário S. & SILVA, Leonardo D.(orgs.). *O Recife - quatro séculos de sua paisagem*. v.2. Recife: Fundaj/Massangana, 1992.
- MARTINS, José de S. (org.). *(Des)Figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTONE, Emanuel de. “Noções gerais - evolução da Geografia”. In: *Panorama da Geografia*, v.1. Lisboa: Cosmos, p.1-22, 1953.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. (trad. Arthur Mourão). Lisboa: Edições 70, s/d.
- MATOS, Maria I. S. “Na trama do cotidiano”. In: *Cadernos CERU*, n.5, p.13-22, 1994.
- MATTOS, Olgária. “A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças”. *Espaço & Debates*, n.7, p.45-52, 1983.
- MELO, Marcus A. B. C. de. “A cidade dos mocambos: Estado, habitação e luta de classes no Recife (1920-1960)”. *Espaço & Debates*, n.14, p.45-66, 1985.
- MELO, Mário L. de. *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*. Recife: UFPE, 1978.
- MENDONÇA, João H. “A festa de N. Srª da Conceição de Casa Amarela”. *Ciência & Trópico*, Recife, v.14, n.2, jul./dez., p. 157-181, 1986.
- MICHILLES, K. Devoção sobe o morro. *Reclamo*, Recife, n.26, jan./1988, p.27-28.
- MONTENEGRO, Antonio T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MONTERO, Paula. “Dilemas da modernidade no mundo contemporâneo”. *Cadernos de Campo*, São Paulo/USP, n.2, p.52-68, 1992.

- MORAES, Antonio C. R. *Geografia - pequena história crítica*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MORAES, Antonio C. R. & COSTA, Wanderley M. da. *A valorização do espaço*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MORAES, Genovan P. de. "TV VIVA: da não comunicação à comunicação no lugar". *GEOUSP - Revista da Pós-graduação em Geografia da USP*, São Paulo, n. 3, p.39-49, mar./1998.
- _____. *A implantação da televisão em Pernambuco: estudo introdutório de alguns aspectos de sua organização espacial*. Recife, 1992. Monografia (Graduação em Geografia), CFCH/UFPE.
- MOURA, Alexandrina S. de. *Terra do mangue: invasões urbanas no Recife*. Recife: Fundaj/Massangana, 1990.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao B. de. *A cidade (Tele)percebida*. Campinas/SP, 1994. Dissertação (Mestrado em Educação), UNICAMP.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *A moderna tradição brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PARENTE, André. (org.). *Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual*. (trad. Rogério Luz et al.). 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- PARÓQUIA N. Sr^a da Conceição do Morro. *Morro de Casa Amarela: lembrança da Virgem da Conceição*. Recife, s/d.
- PERUZZO, Cicilia M. K. *A participação na comunicação popular*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), ECA/USP.
- PREFEITURA da Cidade do Recife/Empresa de Urbanização do Recife/URB. *Relatório Morros*, 1996.

- _____. *Mapeamento de risco das encostas ocupadas do Recife*. GUSMÃO Engenheiros Associados Ltda, 1993.
- QUAINI, Massimo. *A construção da Geografia Humana*. (trad. Liliana L. Fernandes). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- QUEIROZ, Maria I. P. de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: CERU/FFLCH/USP, 1983.
- RAMADA, M. As ONGs na corrida tecnológica. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, n.123, out./1989., 40-42.
- REZENDE, Antonio P. (org.). *Recife: que história é essa?* Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.
- ROCHA, Rosamaria L. de M. *A vertigem do olhar: manifestações grafitadas e transformações na comunicação, no espaço e no tempo urbanos*. São Bernardo do Campo/SP, 1992. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Instituto Metodista de Ensino Superior.
- RYBCYNSKI, Witold. *Vida nas cidades: expectativas urbanas no novo mundo*. (trad. Beatriz Horta). Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *Por uma geografia nova*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, José L. dos. *O que é cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- SANTORO, Luiz F. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus, 1989.
- SEABRA, Odette C. de L. "A insurreição do uso". In: MARTINS, J. de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, p.71-86. 1996.
- SILVA, José B. da. *Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf Ed., 1992.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. "O uso do solo urbano na economia capitalista". In: MARICATO, Ermínia. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, p.21-36, 1982.
- _____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- _____. *A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. 5.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. (trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- SOUZA, Adriana M. de. *TV VIVA furando a rede*. São Paulo, 1994. Monografia (Graduação em Jornalismo), ECA/USP.
- SOUZA, Marcelo L. de. "O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.51, n.2, abr./jun., p. 139-172, 1989.

TROLLES, Rosângela. A TV do futuro: debate mostra o potencial da telinha da tv e aponta para um mundo mais democrático. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, n.144, nov./1991., p. 26-27.

_____. TV alternativa: o espaço se abre a nova opções. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, n.141, jul./1991., p.27-28.

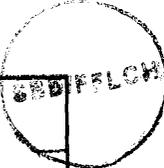
VALLE, E. & QUEIRÓZ, J. J. (orgs.). *A cultura do povo*. 4.ed. São Paulo: Cortez/ Instituto de Estudos Especiais, 1988.

VELHO, Otávio G.(org.). *O fenômeno urbano*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Observação:

Não constam desta bibliografia algumas obras e artigos de jornal citados em *nota de rodapé* cujo utilização se deu apenas para esclarecimentos muito específicos.

SBD / FFLCH / USP	
SBD / FFLCH / USP	
SEÇÃO DE: GEOGRAFIA	TOMBO: 178674
AQUISIÇÃO: DOAÇÃO / SERVIÇO DE PÓS-GRADUAÇÃO /	
DATA: 25/04/00	PREÇO: R\$ 30,00



ANEXOS

PESQUISA: TV VIVA/MORRO DA CONCEIÇÃO

ENTREVISTA (Depoimento pessoal com o uso do gravador)

ROTEIRO 1 (Moradores do bairro Morro da Conceição – Recife/PE)

Abril/Maio – 1998

NOME: _____

IDADE: _____ SEXO: _____ GRAU DE INSTRUÇÃO: _____

PROFISSÃO: _____ OCUPAÇÃO ATUAL _____

NATURALIDADE: _____

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO BAIRRO: _____

ENDEREÇO: _____

DATA: _____

QUESTÕES:

1. Há quanto tempo mora no Morro?
2. Antes de morar no Morro onde morava?
3. Como era o bairro quando chegou?
4. Que tipos de eventos, festas e acontecimentos existiam na vida do bairro e que desapareceram nos últimos anos? Participava deles? Como?
5. O que lembra das apresentações da TV VIVA (do princípio em 1984 até o fim das exibições em 1994).
6. O que achava de assistir TV na rua? Era bom/ruim? Por que?
7. Qual a diferença entre assistir TV em casa e assistir TV na rua ou praça?
8. Como se dava a participação das pessoas durante e no final das exibições?
9. Esse encontro na rua durante as exibições produzia conversas, discussões? Produziu amizades ou o encontro servia apenas para assistir aos vídeos?
10. O que chamava a atenção nos vídeos da TV VIVA?
11. A TV VIVA teve importância na vida do bairro? Em que?
12. A TV VIVA discutia o bairro? Como? Isso era importante? Por que?
13. E o Recife, Pernambuco, Brasil e o Mundo eram discutidos pela TV VIVA?
14. Quais as imagens apresentadas pela TV VIVA que mais lhe marcaram?
15. A TV VIVA ajudava a enfrentar os problemas do bairro? Como?

16. Questões como a melhoria no transporte, na habitação, na saúde, no abastecimento d'água, na coleta de lixo, na construção de muros de arrimo, na promoção do lazer, contaram com a participação da TV VIVA? Como?
17. Participa dos movimentos do bairro? (Associação, conselho de moradores, grêmios, associações culturais, núcleos partidários, etc.).
18. Era comum, antes da TV VIVA, o encontro das pessoas para discutir os problemas do bairro, estratégias de luta ou qualquer outra forma de manifestação? Quais?
19. E com a chegada da TV VIVA esses encontros aumentaram? Por que?
20. E com o fim das exibições os encontros aumentaram, reduziram-se, permaneceram iguais?
21. Acha que mudou alguma coisa no bairro durante o tempo em que a TV VIVA exibiu seus vídeos?
22. A TV VIVA era divertimento/lazer ou era trabalho de conscientização política?
23. Como está o bairro hoje sem a presença da TV VIVA? Ela faz alguma falta?

PESQUISA: TV VIVA/MORRO DA CONCEIÇÃO
ENTREVISTA (Depoimento pessoal com uso do gravador)
ROTEIRO 2 (Equipe de exibição)
Abril/maio – 1998

NOME: _____
IDADE: _____ SEXO: _____ GRAU DE INSTRUÇÃO: _____
PROFISSÃO: _____ OCUPAÇÃO ATUAL: _____
NATURALIDADE: _____
PERÍODO EM QUE ESTEVE NA EQUIPE DE EXIBIÇÃO: _____
TEMPO DE PARTICIPAÇÃO DE EXIBIÇÕES NO MORRO DA CONCEIÇÃO: _____
ENDEREÇO: _____
DATA: _____

QUESTÕES

1. Como era fazer a comunicação na rua?
2. Havia demonstração de interesse dos moradores pelas exposições? De que modo isso podia ser percebido e avaliado?
3. Lembra-se das exposições acontecidas no Morro da Conceição? Como se davam?
4. O que havia de diferente nas exposições de um bairro para outro?
5. Durante a exposição como as pessoas se comportavam?
6. Como era feita a escolha do local de exposição (praça, rua, etc.)?
7. Havia contato com as lideranças do bairro? Como isso era feito?
8. Como acontecia a participação das pessoas no debate ao final das exposições?
9. A TV VIVA se envolvia diretamente nas lutas e problemas dos bairros? Como isso ocorria?
10. Era possível perceber mudanças, melhorias na vida do bairro, resultantes do trabalho da TV VIVA? Como era possível percebê-las?
11. O que poderia ter mudado na vida cotidiana dos moradores do Morro da Conceição, por exemplo, durante e depois das apresentações da TV VIVA?
12. O que era mais importante para os moradores dos bairros, as imagens dos vídeos ou o caráter de encontro, festa, lazer que a exposição na rua trazia?
13. O que diferencia fazer um trabalho de comunicação na rua e num estúdio de uma TV convencional?

PESQUISA: TV VIVA/MORRO DA CONCEIÇÃO

ENTREVISTA (Depoimento pessoal com uso do gravador)

ROTEIRO 3 (Dirigentes da TV VIVA)

Abril/maio – 1998

NOME: _____

IDADE: _____ SEXO: _____ GRAU DE INSTRUÇÃO _____

PROFISSÃO: _____ OCUPAÇÃO ATUAL: _____

NATURALIDADE: _____

PERÍODO QUE DIRIGIU/DIRIGE A TV VIVA: _____

ENDEREÇO: _____

DATA: _____

QUESTÕES:

1. Por que fazer um trabalho de comunicação na rua? Qual o objetivo?
2. Por que escolher o bairro (bairros pobres) para realizar esse projeto, e não o centro da cidade, espaços culturais, escolas, Associações de Moradores, Centros Comunitários etc.?
3. Por que a TV VIVA desistiu de atuar na rua? Por que não se interessou em aprofundar os vínculos com os moradores dos bairros, como fez a TV Maxambomba do RJ?
4. Na elaboração dos vídeos havia preocupação de dirigir a linguagem para a realidade próxima do bairro? Como isso era feito?
5. Que elementos específicos (artifícios, estratégias) eram utilizados nos vídeos para atingir os objetivos desejados?
6. Era objetivo da TV VIVA envolver-se diretamente nos problemas e nas lutas das comunidades em que fazia a exibição? Isso foi alcançado? Que elementos podem expressar que o bairro viveu algum tipo de mudança decorrente do trabalho da TV VIVA?
7. Como o processo comunicativo era pensado para que estimulasse o diálogo entre as pessoas?
8. No momento mesmo da exibição o que pretendia a TV VIVA?

9. De que maneira as imagens dos vídeos expostos no espaço da rua, permitindo o encontro das pessoas, eram pensados e instrumentalizados pela TV VIVA, como elemento politizador e mobilizador dos moradores dos bairros?
10. Quais eram os critérios utilizados para escolher os bairros a serem contemplados com exibições da TV VIVA?
11. Os problemas do bairro eram abordados nos vídeos? Como?
12. Por exemplo, no Morro da Conceição, esse processo comunicativo gerou mudanças no bairro? É possível fazer essa associação direta entre TV VIVA – melhoria das condições de transporte, educação, habitação, abastecimento d'água, etc. daquele bairro?
13. De que maneira se buscava fazer a associação entre o que acontecia na vida do bairro, com o que se desenrolava fora dele (na cidade, Estado, país, mundo)?
14. Por que a festa, o lúdico, o engraçado tinham um papel importante nos vídeos apresentados?
15. Em que podemos diferenciar o encontro proporcionado pela exibições da TV VIVA e outros encontros já existentes tradicionalmente na vida do bairro (motivação religiosa, político, esportiva, etc.)?
16. Há vídeos específicos sobre os bairros? E sobre o Morro da Conceição?
17. Qual bloco da programação mensal abordava o bairro especificamente?

RELAÇÃO DE VÍDEOS DA TV VIVA PREMIADOS EM FESTIVAIS

URBANO

Arapuã: Azucrinando nas Escolas – Jan./1992; 16'30"

- Melhor Vídeo Nacional; Troféu OCIC (Órgão Católico Internacional de Cinema), XV Guarnicê de Cine-Vídeo/Jornada de Cinema e Vídeo no Maranhão – São Luiz/MA/1992.

Esquinas da Vida – Jan./1991; 18'

- Melhor Vídeo Profissional; Melhor Reportagem, V Fest Vídeo - Canelas/RS - 1991.

Especial Eleições/89 – Out./1989; 50'

- Melhor Vídeo - Júri Popular; Prêmio Especial - Júri Técnico; Menção Honrosa - Troféu Macunaíma, XII Jornada de Cinema e Vídeo no Maranhão - São Luiz/MA/1989.

A Sangue Frio – Jul./1989; 15'30"

- Sol de Prata - Melhor Vídeo Documentário, VI Rio Cine Festival - Rio de Janeiro/RJ - 1990.

- Menção Honrosa, VIII Fotoptica Internacional Vídeo Festival - São Paulo/SP - 1990.

Pão Nosso de Cada Dia – Jul./1988; 15'45"

- Medalha de Prata, I Olimpíada de Vídeos e TVs Locais - Savoie/França - 1992.

Nós e a Constituinte - Maio/1986; 7'40"

- Menção Honrosa, XV Jornada de Cinema da Bahia - Salvador/BA - 1986.

Profissão: Doméstica – Jan./1985; 7'30"

- Prêmio Especial do Júri, XIV Jornada de Cinema da Bahia - Salvador/BA - 1985.

Menores Prostitutas - Nov/1984; 9'30"

- 6º colocado, I Vídeo Mulher - Brasília/DF - 1987.

RURAL

Seca – Fev./1991; 30'

- Melhor Direção, Festival de Vídeo/UFSE - São Cristobal/SE - 1992.

Barragem: A Ocupação – Dez./1986; 35'40"

- Primeiro lugar - Júri Oficial e Júri Popular, Vídeo Terra - Unicamp/Mirad - Campinas/SP/1987.

Sindicato Sim Senhor – Nov./1984; 7'30"

- Prêmio Especial do Júri - XIV Jornada de Cinema da Bahia - Salvador/BA - 1985.

CULTURA

Axé de Fala – Nov./1991; 3'40"

- 3º Melhor Clip Musical, Festival Democracy and Communication/IMRE -New York/USA,1992.

Alafim Oyó – Fev./ 1989; 7'30"

- 4º Melhor Vídeo Musical, Festival Democracy and Communication/IMRE - New York/USA- 1992.

Fazendo Troça – Fev./1985; 7'30"

- Prêmio Especial do Júri, XIV Jornada de Cinema da Bahia - Salvador/BA - 1985.

HUMOR

Puxa-Saco & Baba-Ovo – Jan./1992; 16'30"

- Melhor Direção; Melhor Vídeo Nacional, XV Guarnicê de Vídeo/ Jornada de Cine e Vídeo no Maranhão - São Luiz/MA - 1992.

O Jumento, Nosso Irmão – Ago./1991; 12'30"

- Medalha de Prata, I Olimpíada de Vídeos e TVs Locais - Savoie/França - 1992.

Parece Mas Não é – Fev./1991; 15'

- Melhor Vídeo - Júri Técnico; Melhor Ator (Cláudio Ferrário), XVI Guarnicê de Cine-Vídeo/Jornada de Cinema e Vídeo no Maranhão - São Luiz/MA - 1990.

O Pacote da Cruzélia - Maio/1990; 19'45"

- Melhor Vídeo - Júri Popular; Melhor Edição Profissional - Júri Técnico; Melhor Ator (Cláudio Ferrário), IV Fest Vídeo - Canela/RS - 1990.

- Melhor Vídeo - Júri Popular e Técnico, XIII Guarnicê de Cine-Vídeo/ Jornada de Cinema e Vídeo no Maranhão - São Luiz/MA - 1990.

- Menção Honrosa, VIII Fotoptica Internacional Vídeo Festival - São Paulo/SP - 1990.

Achados e Perdidos – Ago./1988; 12'15"

- Melhor Atriz (Ceça Acioly), XI Jornada de Cinema e Vídeo do Maranhão - São Luiz/MA - 1988.

Todo Homem Tem Seu Preço? – Mar./1986; 12'25"

- Prêmio Coral de Vídeo Educativo, IX Festival Internacional del Nuevo Cine Latino-Americano La Habana - Cuba - 1987.

Independência Ou... – Ago./1985; 8'

- Menção Honrosa, XV Jornada de Cinema da Bahia - Salvador/BA - 1986.

Amigo Urso – Jul./1985; 9'

- Grande Prêmio, III Vídeo Brasil - MIS-Fotoptica - São Paulo/SP - 1985.

Você Trabalhou e o Brasil Mudou? – Abril/1995; 7'30"

- Prêmio Especial do Júri, XIV Jornada de Cinema da Bahia - Salvador/BA - 1985.

INFANTIL

Pavão Misterioso – Ago./1988; 9'45"

- Melhor Vídeo - Júri Técnico, XI Jornada de Cinema e Vídeo no Maranhão - São Luiz/MA/1988.

- Coral de Melhor Vídeo Infantil , XI Festival Internacional del Nuevo Cine Latino-Americano La Habana - Cuba - 1989.

No ar, a TV Viva

MARCO POLO



O povo vai chegando para assistir a programação



Com Nina Hagen: entrevista exclusiva sobre o amor

Uma televisão que tem um pouco de circo mambembe, com charme de computador

Surpreendente mistura de circo mambembe e alta tecnologia. A TV Viva, "A Sua Imagem", é uma nova televisão pernambucana que, todo mês com uma programação diferente, vai ao ar sempre às 20 horas, às segundas, quartas e sextas-feiras, em 10 arrualetas do Recife. Lançamento desde janeiro deste ano, a TV Viva já pretende expandir seu campo de ação para mais 10 bairros e, num futuro não muito distante, invadir também o interior do Estado, mesmo em regiões onde não há energia elétrica.

A programação é sempre diferente, mas o esquema é o mesmo. Abre com um programa infantil, "Pipoca Mambuca", que pode ser a um desenho animado nacional ou uma brincadeira feita pela própria equipe. Depois vem "Olho Vivo", um tele-jornal que faz os encaminhamentos dos problemas dos bairros, mas também pode tratar de questões nacionais e até internacionais. Depois vem o tele-jornal de assuntos de interesse popular (por exemplo, a invasão de terras); finalmente, "Círculo Eletrônico", um vídeo-clip com os artistas anônimos dos bairros mais pobres.

Informação democratizada

A sede da TV Viva é na rua 77 de Janeiro, 181, no Verdeiro, onde também funciona o Centro Luta Freixo, à qual está ligada. Quando a cabeça da cadeia Batista, querente de equidade, Cláudio Barroso, que juntamente com Eduardo Homem dirigiu esta TV alternativa, diz que a emergência de intenção de fazer uma TV que tivesse seu próprio compromisso e falasse dos problemas do povo com a linguagem do povo, ao que ele chama de "informação democratizada".

Eduardo Homem elaborou, então, um projeto que foi primeiro enviado à Fundação Ford, mas esta achou que a utilização de vídeo não era o ideal para a comunicação popular. O projeto foi enviado, desta vez, à Nova Instituição ligada ao parlamento holandês que financia trabalhos do gênero no 3º Mundo, como grupos de teatro no Chile e de vídeo na Nicarágua. A resposta veio logo: um financiamento de cinquenta mil dólares, como primeira parcela de ajuda.

Eduardo Homem foi à Nova Iorque e adquiriu o que havia de melhor e mais moderno em matéria de vídeo. A maioria da equipe da atual TV Viva é feita de trabalho junto às comunidades de base como fotógrafos, diretores de teatro, atores, cineastas, jornalistas, etc. De pouco do material eletrônico sobram esse tempo e começaram a elaborar os programas.

Depois, encaminharam cinco bairros para as comunidades não muito organizadas e mais cinco onde a situação é oposta: Morro da Conceição, Brasília Tereza, Coque, Quatrinha, Ilha de Santana, Bonitucema. Aho de São Isabel, São Amador, São e São.

Uma semana antes da apresentação aos empregados à reunião dos moradores do bairro Panfiteiro

anunciando o dia e o local das apresentações. E o resultado não se fez esperar: as apresentações em telão ao ar livre nos bairros da periferia, atraem desde crianças até anciãos. E todos participam e vibram durante as apresentações.

O programa é instigante

Os programas foram elaborados a partir do contato com as comunidades. Procurando instigar uma participação cada vez maior do povo, foram criados programas como "Bom dia, Dé" em que o ator Cláudio Lertinho se veste de acordo com o assunto que está abordando. Dentro desta série o que teve maior sucesso foi o "Amigo Uro", tratando do problema da infidelidade em termos bem crus: com esboços chifres na cabeça e de sua perguntando pela rua, e mulheres e homens se achavam que eram corcos. A maioria reagiu com bom humor, mas teve gente que quis engrossar. No entanto, tudo terminou bem e este programa chegou a obter o Prêmio Especial do Jôri na XIV Jornada de Cinema e Vídeo, em Salvador.

Os "Círculos Eletrônicos" são feitos vídeo-clip com artistas dos bairros, como por exemplo, Nelson Poeta, que é entregador de contas de luz durante a semana e nos sábados e domingos é um famoso cantor/compositor de Casa Amarela. "Bate mais é latível", diz Cláudio Barroso. "Além de artista é também político, já candidatou-se à presidência da associação do bairro. Não durou na de que ganhe, é muito querido na Casa Amarela. E depois o pouco não vou me admirar se ele concorrer a um cargo de vereador e senador".

Outro programa de bastante sucesso são os bairros e o "4 Cantos". São documentários sobre problemas at-

ris da comunidade, como a escravidão de prostitutas de 14 anos, ou o drama das mulheres estupradas. "E sobrevive", conta Cláudio. "Além de à noite passar pelo estupro na manhã seguinte a mulher vitimada tem que encarar a série de políticas nada detidas querendo que ela se suicide e que a vítima seja violentada duas vezes, embora só na primeira o seja literalmente, entendeu". A comunidade ao ver esses programas se vêem no meio de tudo, compreendendo o quanto uma partem para a política outros ficam extremamente indignados.

Também o tele-jornal recebe um tratamento diferente. Muitas vezes o próprio povo é convidado a estar como repórter, apresentando assim maior rendimento do assunto tratado, não só por conhecer intimamente o problema, mas como também por apresentá-lo numa linguagem fortemente assimilável pela comunidade, uma vez que é a sua própria linguagem.

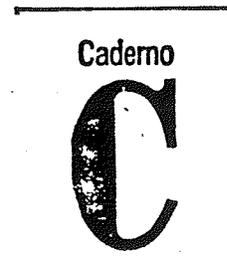
Curiosamente, entretanto, registra Cláudio Barroso que certas comunidades estão de tal modo condicionadas que chegam a recusar demais "mensagens", exigindo um tele-jornal de postura mais formal. A equipe da TV Viva está fazendo testes dentro destas condições para tentar a receptividade.

Expansão

Ao cabo de certa tempo um representante da Norbit veio de Holanda verificar como iam os trabalhos. "Ele chegou aqui e ficou admirado com o volume de material produzido em tão pouco tempo", conta Cláudio. "Mas bastou mesmo dizer quando foi a um bairro conhecido assim e uma escola em telão, na praça pública. Terminou ficando satis-

feito dos que assistiam e se espantavam com a presença daquele sujeito alto, tranqüilo, louro, de olhos azuis, rido à toa e falando sozinho. Para completar tomou umas doses de cachaca e de volta à Holanda, recordando um apelo maior ao nosso projeto. Dentro em pouco recebemos mais 35 mil dólares, que utilizamos no expando do material e na compra de dois carros para transporte da equipe e da equipe".

Explica Cláudio que muitas outras comunidades estão solicitando a presença de TV Viva e eles já estão tentando comprar equipamento para atingir mais 10 bairros além dos que já visitamos. Também há planos de jun-



to à FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco) levar a TV Viva para a área rural, mesmo as locais onde não há energia elétrica. Para isso, serão utilizados vídeo-cassetes que serão produzidos em TVs energizadas à bateria.

Para conseguir os recursos para esta expansão, Cláudio e Eduardo Homem já estão em contato com a Fundação Ford, que, desta vez está falando com mais carinho a proposta do grupo pernambucano.

Sobrevivência

Para manter e sobreviver às duas que formam a equipe, muitos trabalhos comerciais são feitos pela TV Viva. "Prestamos serviços de publicidade para várias entidades e particulares. Temos 6 vídeos sobre problemas femininos vendidos à SOS-Corpo. Também fazemos vídeos para partidos políticos, mas nem sempre vale à pena. Choram para pagar pouco, demoram a pagar, são poucos e dão um trabalho danado: os políticos chegam aqui falando como se estivessem numa palanque, os gritos, apênticos e gesticulantes, às vezes a cabeça pendida como se estivessem com tétanos, é o diabo".

A TV Viva também faz trabalhos para publicidade e também já há projetos de fazer programas comerciais para serem vendidos às redes de televisão brasileira. "Temos propostas de três emissoras que estão interessadas no nosso trabalho", diz Cláudio Barroso, "mas provavelmente ficaremos com a rede de TV Educativa que está bem mais próxima de nossa meta, que é fazer uma televisão com a linguagem do povo, voltada para o povo".

A TV viva sobe o morro, o povo vibra

Quando o carro da equipe da TV Viva chegou ao Morro da Conceição no último dia 7, segundo-feira de 1985, foi um festa. Crianças correndo atrás, tocando e gritando, mulheres com os filhos nos braços se aproximando, repanto e até mulheres idosas chegando para cumprimentar com familiaridade os membros da equipe.

Em poucos minutos são convidados ao colinas onde se instalaram as salas de aula e a vara do ferro sobre de pendura e talão. A energia é passada diretamente do poste mais próximo que um dos rapazes da equipe socia com desventura. Logo, a praça de Nossa Senhora da Conceição está como em dia de quem não chora de frio que balanço o corpo de um dos bairros e mergulha limpo nos braços de sua.

Quando já há cerca de trinta pessoas, é anunciada a programação. Começa com a "Pipoca Mambuca", que apresenta um desenho animado colorido, extremamente motivado, mas que todos assistem em silêncio e atentamente até o final, que é recebido com exclamações de agrado.

Curiosamente, o tele-jornal "Olho Vivo" prende mais a atenção das mulheres. Talvez porque esteja tratando de problemas de área delas. Mas o programa que recebe a maior receptividade até então é o "Bom Dia, Dé". O ator Cláudio Lertinho aparece

pelos ruas do Recife com o cabelo platinado de óculos, um arco verde e uma blusa vermelha na mão, mequeiros entrelaçados, e lentamente se com exceção de uma espécie de tráfego em redor dos quadris e um coração vermelho pendurado no pescoço onde está escrito "Amor".

Pergunta a raposa e morce, volta e volta, travessa e política se acartilam no amor. Com inventário humor negro pergunta e uma víbora se o amor está morrendo. Mas a melhor, pelo menos é a que acha a platéia, é quando ele entrevista Nina Hagen que responde com carisma e uns romances lindos, mas não tem do vivo muito gostoso.

Também agrada o projeto do "Círculo Eletrônico", Recife sobe um garoto que sai para vender amendoim cozido e torrado em zonas de bairros. Três parangarajós podem cinco pacotes, um deles encende um e diz que só vai pagar quatro. O menino faz o que ele tem de pagar cinco. O menino começa a brincar que não é latido e que o melhor é "privado" dar e fora se não quer apenhar. O garoto, então, entrega um pacote que tira no peito e se transforma numa explosão de umidade que estoca os três desordenados para correr. A platéia, distraída com esta cena de justiça, a platéia assiste desatenta.

Mas uma vez foi ao ar a TV Viva, é sua imagem.



A rapaziada descontraída que cuida da produção da TV Viva

TV Viva, muito além da simples pirataria

Não se trata de uma tevê pirata, muito menos dessas que a gente tem por aí, descarregando, sempre, sobre os passivos telespectadores, enlatados de qualquer espécie para serem simplesmente engolidos. Trata-se, antes de mais nada, de uma tevê alternativa e comunitária, cuja participação do público é fundamental.

Sem a necessidade de participar dos trâmites burocráticos para ganhar concessão de canal, a TV Viva de Recife entrou no ar há mais de um ano e, em pouco tempo, foi adquirindo boa audiência e receptividade junto ao público de dez bairros da periferia de Olinda e Recife, locais por onde a TV Viva mostra suas atrações, sempre às segundas, quartas e sextas, às 20 horas.

Agora, o brasiliense também conhecerá um pouco do que esta emissora ambulante, mais parecida com um circo eletrônico, tem para mostrar. Hoje, a partir das 20 horas, no telão do Garvey Park Hotel, Ivan Viana, diretor de arte da "emissora", estará apresentando quatro dos cinco quadros da programação que os pernambucanos de Olinda e Recife assistem.

A primeira parte será o infantil Pipoca Maluca, cuja atração de hoje é um show de mamulengo intitulado: Forró Bodó; em seguida vem o Bom Dia Deo (uma sátira ao Bom Dia Brasil, da Globo), com a atração Amigo Urso, ganhador do primeiro lugar no Festival de Fotóica, realizado em outubro, em São Paulo. Em seguida, será mostrado o programa Quatro Cantos, que leva ao ar sempre uma grande reportagem. A de hoje será sobre as menores prostitutas de Recife, e, encerrando o "espetáculo", a TV Viva mostra o Circo Eletrônico, um programa de Video-Clip, o ou melhor, Video-Grampos, como disse Ivan, que leva ao ar nesta noite a obra do poeta de um dos bairros da periferia de Recife, Nelson Poeta. Só não será exibido o jornal Olho Vivo. Logo após a exibição, Ivan Viana garante que haverá um grande debate sobre a

questão do vídeo comunitário, a concessão de canais em UHF e outros temas. Todos os interessados neste assunto estão convidados.

TRABALHANDO COM PRODUTORAS

Um dos dez profissionais que conseguiram levar esta "emissora" ao ar é conhecido pelo telespectador de Brasília, através do programa Olho Mágico, da produtora independente Abril Vídeo, e que aqui vai ao ar pela TV Capital. Brivaldo, aquele repórter que já se vestiu até de noiva para entrevistar um casal que saía da cerimônia de casamento, faz parte da TV Viva.

Além disso, Brivaldo, o repórter, fez uma série de entrevistas sobre o medo, que foi ao ar na TVE do Rio. A TV Viva foi responsável, também, pela gravação de uma entrevista com Alceu Valença exibida na Rede Bandetrante. Mas não é só. Segundo Ivan, até a BBC de Londres já veiculou imagens da "emissora". "Foi um trabalho sobre os canavieiros da região", disse ele. E, brevemente, os cubanos também vão assistir algumas atrações desta televisão, garantiu.

Para montar a tevê ambulante, Ivan explica que houve apoio de uma firma holandesa, a Novib, que possibilitou a aquisição dos equipamentos. E hoje, diz ele, o trabalho é todo realizado em equipe, formada por dez profissionais, entre jornalistas, atores de teatro e tevê e outros com alguma experiência em cinema.

Neste trabalho, o que não falta é imaginação. E só a TV Viva parar com todas as suas paraferrálias nas praças de qualquer bairro periférico de Olinda ou Recife e começar a ligar um som, ao mesmo tempo em que vai armando a "emissora", que os "telespectadores" vão chegando. "Eles até pegam o microfone para dar recados, depois então começa o "espetáculo" e, durante uma hora, a festa é do povo. Ah, e para quem quiser assistir hoje a TV Viva, a entrada é franca.

“Viva”, criação de Olinda

TADEU JUNGLE

Da equipe de articulistas da Folha

Fora dos hinos e badalos do eixo São Paulo-Rio, surgiu no nordeste uma nova televisão. É a “TV Viva”, sediada em Olinda, com uma equipe de dez pessoas, produzindo e veiculando seus próprios programas. No ar desde março de 85, a “Viva” (como é conhecida pelos nativos) produz um programa de 1h, mensalmente, e o exibe em dez bairros da região metropolitana do Recife, através de uma tela de 72 polegadas instalada em ruas e praças.

“O projeto surgiu de um delírio”, como explica Eduardo Homem, 38, jornalista carioca que, junto com Cláudio Barros, 32, cineasta paulista, pensaram primeiro em armar uma emissora de TV em UHF (frequência ultra-alta de ondas, que permite a existência de pelo menos trinta canais adicionais aos já existentes), mas, diante das dificuldades colocadas pela “burocracia comunicacional” do país, optaram por um “circuito tecnológico-mambembe”, onde a TV vai à praça no lugar da bandinha do coreto. Escreveram um projeto curtíssimo, sem especificar o conteúdo das futuras emissões (a não ser o seu caráter social), e o remeteram

para a Fundação Ford (que indefiniu), e posteriormente para a NOVIB (instituição ligada ao governo holandês), que apoiou integralmente o projeto e enviou 81 mil dólares para a compra de equipamentos (duas câmeras, duas gravadores U-Matic, uma ilha de edição, projetor de vídeo, VCR's Beta e VHS para cópias, som e luz etc.).

Foi difícil começar, num lugar onde nem os grupos locais que ativam a área cultural deram muita importância àquela vídeo-possibilidade (ainda hoje, a intelectualidade de Recife não conhece a Viva (1), ou pelo menos nunca viu nenhum produto). Eram apenas sete pessoas que nunca haviam trabalhado com vídeo e o aprendizado se deu no muque e no labirinto dos manuais.

Programas

Os programas levados às praças são divididos em blocos de até 12 minutos e abrangem desde um segmento infantil até clips com artistas regionais, passando por um jornal local e informações para a mulher (SOS Corpo). O humor é a tônica, principalmente com as intervenções do repórter Brivaldo (Cláudio Ferrario), que, sempre travestido de acordo com a pauta da matéria (de d.

Pedro, na Semana da Pátria; de noiva se o tema é o amor etc.), se transformou num “pós (e haja poeira nisso)—Varela” da caatinga.

As exibições são armadas em acordo com as Associações de Moradores e atraem em média quatrocentas pessoas, mesmo sendo realizadas no horário da novela das 8h. O público se diverte “paca”: fica 1h, em pé, assistindo nada mais que um “vídeo”.

Sobrevivência

Completando agora um ano de atividades, a Viva já produziu mais de cem programas, entre vídeos comerciais e institucionais, já tendo vendido realizações suas para a BBC de Londres, Abril Vídeo e TV Educativa. Hoje, Eduardo comenta que prefere realizar vídeos de caráter social para sindicatos e outros grupos desta área, ao invés de trabalhar com políticos ou publicitários, pois esses causam “muita aporrinhão”.

Dentro do projeto Mutirão Contra a Violência do Ministério da Justiça, a Viva foi contratada para realizar quatro vídeos com tema livre e, em conjunto com quatorze sindicatos rurais do nordeste, pretendem instalar uma “rede alternativa de exibição”, distribuindo seus programas por todos estes sindicatos, que já estão se aparelhando, potencializando assim a produção local.

Com os prêmios ganhos em São Paulo (Videobrasil 85) e em Salvador (14ª Jornada de Cinema) a Viva vem adquirindo notoriedade nacional, tendo sido convidada para ir a Cuba no final do ano. Neste clima de euforia, já conseguiram a aprovação de mais 50 mil dólares da Novib para a compra de equipamento, o que possibilitará triplicar o número de exibições em praça pública. Agora a meta é arrumar grana para pagar a casa de quatro andares recém-comprada em Olinda.

Viva em São Paulo

Se cores vivas e um tom ligeiramente “engagé” não te perturbam, agende-se para ver a Viva, que agora estende sua programação até São Paulo: a partir de abril, o Sesc Vila Nova (r. Vila Nova, 245, f.256-2522) vai exibir toda última sexta-feira do mês, às 19h30, o mesmo programa de 1h levado até as praças do Recife.

Hoje, às 24h30, a TV Gazeta, nas suas Ondas Livres, vai exibir um fragmento destes programas (atenção para o repórter Brivaldo).

NOTA: na próxima semana continuaremos a fornecer informações sobre os vídeos disponíveis em vídeo-clubes e os futuros lançamentos.

RIO SHOW

Hoje é a última oportunidade para o cinéfilo rever no cine Cândido Mendes, o filme "Esse obscuro objeto do desejo", dirigido por Luis Buñuel. Protagonizado por Fernando Rey, Angela Molina e Carole Bouquet. Ótimo

TV Viva, o cordel eletrônico

Mostrar o cotidiano das pessoas através do vídeo, flagrar situações que as televisões comerciais não divulgam, ouvir o homem da rua. Esses são os objetivos do projeto TV Viva, desenvolvido pelo jornalista Eduardo Homem e sua equipe nas praças da periferia do Recife. O resultado desse trabalho, que o povo de Recife está acostumado a ver na rua — a TV Viva monta seu telão três vezes por semana, sempre às 20h30m, em vários pontos da cidade — pode ser visto hoje, às 21 horas, no Espaço Cultural Sérgio Porto.

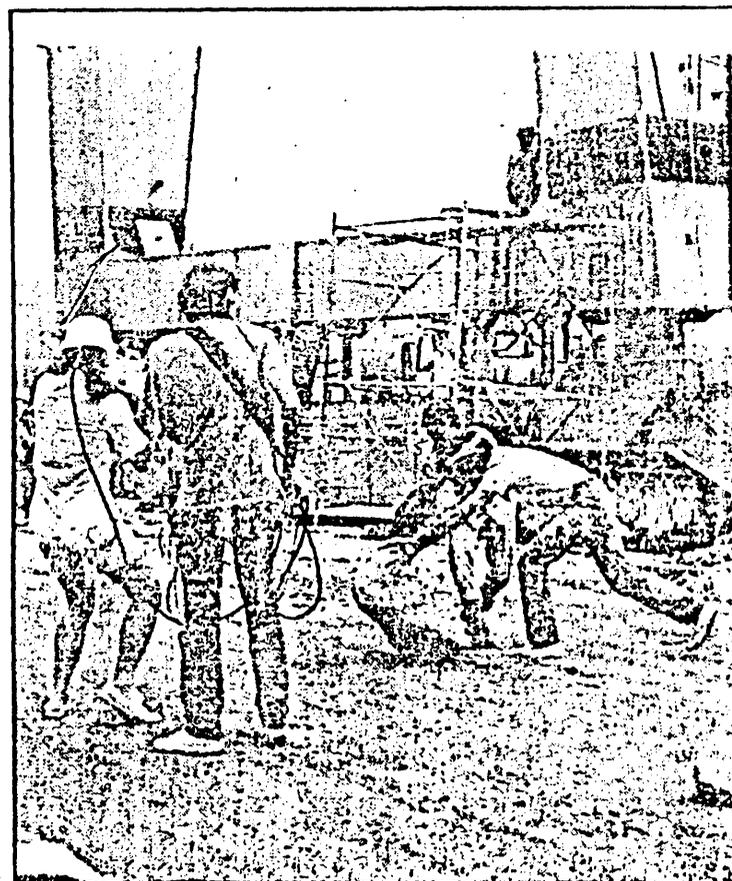
Dois vídeos serão exibidos: o primeiro mostra a passagem da Intrépida Troupe (que está fazendo o musical infantil "Pluft") no Recife e o segundo documenta a invasão da Barragem de Itaparica por moradores do sertão de Pernambuco e Bahia. A construção da barragem pela CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) significaria a expulsão de sete mil famílias de seus lares, com a inundação de extensas áreas. A equipe de TV Viva registrou a ocupação — que durou seis dias, até que um acordo envolvendo os trabalhadores, a CHESF e o Ministério das Minas e Energia garantiu 25

hectares para cada uma das sete mil famílias.

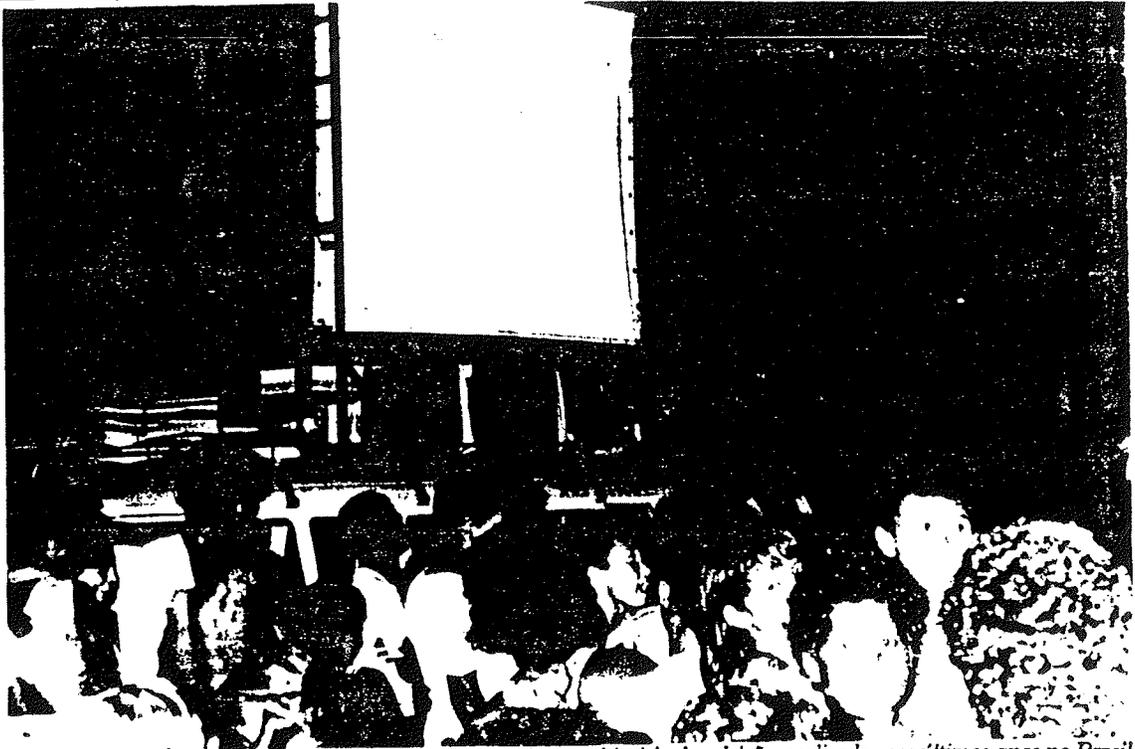
Concorrendo com as novelas do horário nobre, a TV Viva fala de temas como a sexualidade, a prostituição, a prostituição e as necessidades da população, "que costuma se ver no vídeo", conta Eduardo. Numa paródia ao "jornalismo-verdade", seus repórteres "vestem a camisa" do assunto em pauta. Numa das reportagens, por exemplo, ao indagar do povo o que achava da inflação, o repórter andava de perna-de-pau.

A participação da comunidade é um outro dado: recentemente, a equipe encontrou na favela Ilha de Santana, em Glinda, três garotos que simulavam, com caixas de sapato e latas de óleo, a parafernália televisiva. Resultado: um dos meninos, Piolho de 13 anos, teve seu sonho de trabalhar em televisão realizado e já fez dois vídeos para a TV Viva.

Com mais de cem vídeos no catálogo — todos com produção profissional —, o projeto não conta com o apoio do Estado e sobrevive, desde 1984, com a chancela da fundação holandesa Novib, vinculada ao Centro Lutz Freire.



A TV Viva documentou a invasão da barragem de Itaparica



O povo tem ido às praças conhecer a história das eleições realizadas nos últimos anos no Brasil

Vídeo mostra nas praças a história das eleições

Mostrar às comunidades "quem são e quem foram" os candidatos à presidência da República é a proposta do vídeo sobre eleições que a TV Viva estará exibindo até o dia 13 de novembro, em mais de vinte bairros populares da Região Metropolitana do Recife. Antes da apresentação do programa, que começa a partir das 20 horas, um carro de som da produtora circula pelo bairro anunciando o local da exibição.

Num telão de mais de três metros de largura instalado na praça ou local mais central do bairro, o vídeo pretende prender a atenção dos moradores na maior parte dos seus 47 minutos de duração. "Não é todo dia que a gente assiste a um programa de televisão ao ar livre numa maior tevê do que a gente tem em casa", afirma Roberta Lira, dona-de-casa que assistiu ao programa terça-feira, em Amaro Branco, na cidade de Olinda.

O programa é dividido em cinco blocos que abordam desde a história das eleições presidenciais ao perfil dos atuais candidatos, passando por pesquisas de intenção de voto e atualidades da campanha. A equipe da produtora passou 60 dias fazendo gravações no Agreste, Sertão, Zona da Mata e Região Metropolitana e colhendo depoimentos sobre a importância do voto com personalidades como dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, o governador Miguel Arraes e o senador Marco Maciel.

Mas quem tem mais voz e vez

no programa especial é mesmo o povo, segundo Marçilio Brandão, um dos integrantes da equipe de 24 pessoas da TV Viva, sustentando ser essa a principal característica da produtora. "No Jornalismo Comunitário as pessoas se vêem no vídeo, o que não acontece com as televisões comerciais que apenas mostram a realidade de uma minoria da sociedade".

O público da produtora varia de 300 a 400 pessoas em cada apresentação. A TV Viva geralmente apresenta os seus programas em comunidades periféricas e pretende atingir, daqui para o final do ano, mais de 40 bairros da Região Metropolitana. A equipe também planeja a realização de outro vídeo sobre eleições presidenciais para o segundo turno. "Esse programa será mais detalhista. O público tem de conhecer bem os dois candidatos para poder decidir", afirma Eduardo Homem, um dos coordenadores da produtora.

PITACO

As partes do programa são intercaladas pela aparição do Pitaco, um boneco falante que surge orientando o público sobre o processo eleitoral. Mas Eduardo Homem garante que o Pitaco "não dá pitaco sobre o melhor candidato". Mesmo admitindo que a produtora se identifica mais com o candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio "Lula" da Silva, Eduardo Homem diz que o vídeo é apartidário. "Nós apenas mostramos a verdade sobre cada candidato, as pessoas é quem decidem quem é o melhor".

Mas no Olho Vivo, jornal de reportagens sobre intenção de voto que são atualizadas semanalmente para o programa, Lula é apontado como o preferido. Essa pesquisa é realizada através de uma urna colocada por duas horas no local mais movimentado de um bairro. "Nós não podemos ir de encontro aos resultados", esclarece Eduardo Homem. Já a moradora de Amaro Branco, Roberta Lira, acha que a pesquisa da produtora é que mostra a realidade. "Pelo menos a gente vê como ela é feita".

TV VIVA

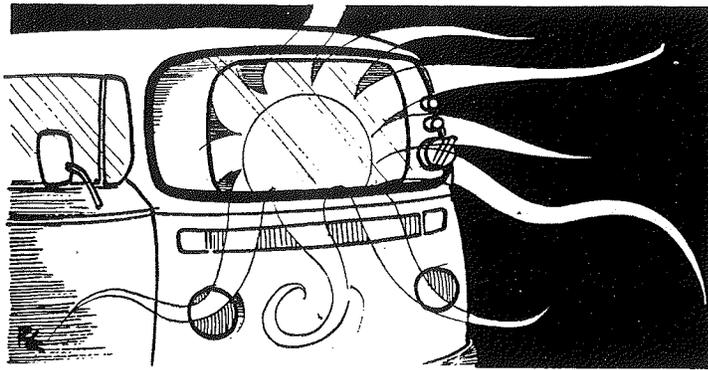
O trabalho desenvolvido há cinco anos em comunidades não se reverte em dinheiro para a TV Viva. Um terço do orçamento anual da produtora é financiado por uma organização de cooperação internacional da Holanda. O contrato, no entanto, só vai até dezembro de 91. "Quando terminar nós o renovaremos", garante Eduardo Homem. Enquanto isso, a produtora vai "se virando" com prestação de serviços.

Atualmente, a TV Viva está produzindo um vídeo sobre a revitalização do bairro do Recife para a URB e sempre realiza programas para movimentos sindicais, associação de moradores e treinamento de pessoal de empresas. Além disso, a produtora está fazendo as gravações no Recife para o Guia Eleitoral dos candidatos do PMDB, Ulisses Guimarães, do PT, Lula e do PCB, Roberto Freire. Mas a prioridade da produtora, de acordo com os seus coordenadores, é o trabalho comunitário.

TV Viva lança novos programas nas comunidades

A temporada de verão está aberta. E, com ela, inicia a "caça ao tédio". Pelo menos esta é a proposta do Centro de Cultura Luiz Freire que, na segunda-feira, às 20 horas, lança a nova programação de vídeos nas praças, através da TV Viva. O Alto da Bondade e Supucaia serão as primeiras, das 24 comunidades da Região Metropolitana do Recife, a receber as recentes produções da TV Viva.

E para preparar o lançamento, os líderes comunitários estarão reunidos hoje, a partir das 10 horas, no Centro de Cultura Luiz Freire. Eles debatem, com a TV Viva, o resultado de sua pesquisa de impacto e o trabalho de exibição e produção de maté-



rias, em conjunto com a TV.

A partir da segunda, a famosa Kombi e o telão da TV vão percorrer a cidade mostrando vídeos de humor, ficção, culturais, jornalismo comunitários e clipes da campanha contra a Fome. Na programação do mês também estão matérias sobre a Escolinha de Circo do Cecosne; o documentário "Terra do Mandacaru", que aborda a seca em Pernambuco; o clipe musical "Leão do Norte", de

Lenine; e uma sátira, o "I Encontro Latino-Americano e Caribenho de Mujeres", gravado no desfile do bloco Virgens, de Olinda.

Há mais de sete anos o Centro de Cultura Luiz Freire vem desenvolvendo este trabalho. E um bom número de produções da TV Viva já foi premiado no Brasil e exterior. Se a sua comunidade estiver interessada no circuito das praças, basta contactar a TV, no fone: 429.4109.

Recife segunda-feira, 22 de janeiro de 1990 JORNAL DO COMMERCIO

TV Viva com seus vídeos

Hoje é dia de TV Viva no Morro da Conceição, e na Muri-beca. Dia 24, Barreira e Brasília Teimosa; e dia 26, Conjunto 27 de novembro e UR-10, sempre às 20h. Trata-se de suas apresentações pelos bairros do Grande Recife, com o "Pavão Misterioso", "Amigo Urso", "Safba dos Bonecos", e "Jornal Olho Vivo".

J. do COMMERCIO

10/03/1994

Apelo à Polícia Militar

A direção da TV Viva pediu ontem à Polícia Militar que garanta a exibição em praça pública hoje, às 20h, em Roda de Fogo, de um vídeo feito na favela sobre atos de violência praticados por seguranças de um comerciante, dono de uma mercearia da área, a Brasil. O vídeo é composto de entrevistas com pelo menos cinco pessoas que já foram espancadas dentro do estabelecimento, acusadas de furto. O pedido de garantia se justifica. Quando a equipe da TV Viva esteve em Roda de Fogo foi ameaçada pelo dono da mercearia. "Se vocês voltarem a aparecer por

aqui as conseqüências serão drásticas", disse ele. Um ofício relatando o episódio foi entregue ontem, ao Comando da Polícia Militar.

TV Viva revive

A TV Viva reinicia, hoje, sua programação pelos bairros. Quatro exibições, começando por Brasília Teimosa e Alto da Bondade, quarta-feira os bairros visitados, serão Alto da Colina e Roda de Fogo e sexta-feira, Três Carneiros e Morro da Conceição, sempre às 20 horas. Os títulos a serem exibidos: "Puxa-Saco e Baba-Ovo", com Aramis Trindade e Cláudio Ferreira; "Azucrinando nas Escolas", documentário; o clipe musical "Mundo Hostil", com Ibanez e a banda "Crime Organizado"; e a comédia infantil "Bola de Sabão".

2 Recife segunda-feira, 13 de janeiro de 1992 JORNAL DO COMMERCIO

QUÁTR O BOCAS

INFORMATIVO DO CONSELHO DE MORADORES DO MORRO DA CONCEIÇÃO JANEIRO/93 Nº 8

PRA COMEÇO DE CONVERSA

O Quatro Bocas está chegando, neste começo de 93, cheio de desafios pela frente. É hora de pensar nas dificuldades que a gente enfrenta no dia-a-dia do Morro, acreditar na nossa força e união e partirmos prá luta.

Por falar nisso, os grupos do Conselho já realizaram, neste mês de janeiro, um levantamento dos principais problemas que afligem nossa comunidade, como: barreiras, limpeza urbana, moradia, saneamento, escola, desemprego e outros. Foi preparado um documento, com todas as preocupações e propostas apresentadas pelos grupos. O levantamento será entregue ao Prefeito Jarbas Vasconcelos, numa audiência já marcada.

E pensando em todos estes desafios, é que o Conselho de Moradores realiza neste mês de janeiro, nos dias 29, 30 e 31, seu encontro Anual de Planejamento. Estarão reunidas a Diretoria, equipes de trabalho e representantes de grupos. Será uma oportunidade para estudar, refletir sobre nossa luta e preparar muitas



novidades boas para este ano de 93.

E pra você que tem acompanhado de perto a História, nas

reuniões ou mesmo através do nosso Quatro Bocas, mande seu recado, participe e dê sugestões. Sua participação pode antecipar nossas vitórias.

A TODA HORA ROLA UMA HISTÓRIA

- Aguardem para muito breve a inauguração da sala do setor de comunicação e da nova cozinha do conselho; vai ser uma festa e tanto. Esperamos vocês!

- Vamos frever na troça carnavalesca "Osso Duro de Roer", no seu segundo ano de apresentação, como mais uma promoção do conselho de moradores. A saída será no dia 22 de fevereiro, pela manhã. "Mais esse osso é osso duro de roer, roer".

